



The background features abstract geometric shapes: a large black circle on the right, a smaller red circle overlapping it, and a diagonal red band extending from the bottom left. The overall composition is minimalist and modern.

PATRIMÔNIO *em* TEXTOS



Minas

Ministério da Cultura, Governo de Minas e Cemig apresentam

PATRIMÔNIO EM TEXTOS 2



PATROCÍNIO MASTER



PATROCÍNIO



CORREALIZAÇÃO



REALIZAÇÃO



PATRIMÔNIO EM TEXTOS 2

Práticas de Difusão e Educação para o Patrimônio Cultural: a experiência do IEPHA-MG

Belo Horizonte
IEPHA-MG
2025

Ficha Técnica

Luis Gustavo Molinari Mundim e Luzinete Assis de Jesus - Organizadores

Autores dos textos - IEPHA-MG

Antonia Cristina de Alencar Pires – Doutora em Literatura Comparada – Técnica Proteção e Restauro de Gestão, na Gerência de Documentação e Informação/GDI

Débora Raíza C. R. Silva – Mestra em História – atuou como Gerente de Patrimônio Cultural Imaterial (2017-2022) e Diretora de Proteção e Memória/DPM (2023)

Guilherme Eugênio Moreira – atuou como estagiário na Gerência de Patrimônio Cultural Imaterial/GPCI (2018)

Jason Barroso Santa Rosa – Mestre em Arquitetura e Urbanismo – Analista de Gestão, Proteção e Restauro na Gerência de Difusão e Educação para o Patrimônio Cultural/GDEPC

Laura Moura Martins - Socióloga – atuou como Analista de Patrimônio Cultural na Gerência de Patrimônio Cultural Imaterial/GPCI (2019-2021)

Leandro Henrique Cardoso – Jornalista; especializado em Comunicação Digital e Mídias Sociais – atuou como Assessor de Comunicação Social/ACS (2013-2022)

Luís Gustavo Molinari Mundim – PHD em História – Analista de Gestão, Proteção e Restauro – Diretor de Promoção/DPR

Luzinete Assis de Jesus – Mestra em Museologia; especializada em Gestão Pública – atuou como Gerente de Difusão e Educação para o Patrimônio Cultural/GDEPC (2019-2022)

Maria Inez Candido – Historiadora; especializada em História da Arte – Analista de Gestão, Proteção e Restauro aposentada. Atuou no IEPHA-MG entre 1980 e 2022

Mariana Loures Morais – atuou como estagiária na Gerência de Patrimônio Cultural Imaterial/GPCI (2019)

Sabrina Soares Machado – Pedagoga – atuou como Analista de Patrimônio Cultural na Gerência de Difusão e Educação para o Patrimônio Cultural/GDEPC (2014-2021)

APPA (Educadores da Fazenda Boa Esperança e do Palácio da Liberdade – 2018-2019)

Esther Oliveira

Izabel Freitas

Magno Marciano da Silva

Marden Ferreira,

Mariana Sicarelli Silva

Marianne Braga

Mauro Fernandes Maia

Mayana Silva Vinti

Paulo Sérgio Castro Vieira

Taynan Leonardo Oliveira.

Curadoria do Evento “Patrimônio, Cidade e Negritudes” e da Exposição

“Palácio da Liberdade: leituras negras” (2019)

Josemeire Alves Pereira – Doutora em História e Lisandra Mara Silva – Doutora em Arquitetura e Urbanismo.

Comissão Editorial/Programa de Publicações IEPHA-MG

Luís Gustavo Molinari Mundim – Coordenador Geral

Ana Carolina Vasconcelos Ministério – Subcoordenadora

Membros Executivos

Alexander Alves Ribeiro, Antonia Cristina de Alencar Pires, Isa Maria Marques de Oliveira.

Membros Consultivos

Adalberto Andrade Mateus, Ana Paula Trindade Gomes, Daniele Gomes Ferreira

Revisão FINAL: Antonia Cristina de Alencar Pires e Isa Maria Marques de Oliveira (Copydesk)

Normalização bibliográfica: Andréa Santos Xavier

A experiência, a possibilidade de que algo nos aconteça ou nos toque, requer um gesto de interrupção, um gesto que é quase impossível nos tempos que correm: requer parar para pensar, parar para olhar, parar para escutar, pensar mais devagar, olhar mais devagar, e escutar mais devagar; parar para sentir, sentir mais devagar, demorar-se nos detalhes, suspender a opinião, suspender o juízo, suspender a vontade, suspender o automatismo da ação, cultivar a atenção e a delicadeza, abrir os olhos e os ouvidos, falar sobre o que nos acontece, aprender a lentidão, escutar aos outros, cultivar a arte do encontro, calar muito, ter paciência e dar-se tempo e espaço (Larrosa, 2002, p.10).

SUMÁRIO

Apresentação.....	03
Prefácio.....	10
O IEPHA-MG e sua missão.....	11
A gerência de difusão e educação para o patrimônio cultural.....	13
A educação para o patrimônio cultural do IEPHA-MG: fundamentação, conceitos e metodologias.....	14
Experiências compartilhadas.....	21
Encontros de formação de educadores em escolas tombadas.....	22
Biblioteca itinerante: ações educativas:	
Na Escola Estadual Barão do Rio Branco.....	28
Oficinas de sensibilização: a arte dos sentidos.....	31
Educação para o patrimônio cultural e ressocialização de apenados: a parceria do IEPHA-MG com o projeto Tudo de Cor.....	33
Oficina educação para o patrimônio cultural em diferentes suportes.....	37
Roda de conversa Memórias Lá de Casa.....	42
Oficina de educação para o patrimônio cultural: o vídeo Das Violas como Suporte de Mediação.....	44
Oficina Aromas e Sabores para crianças.....	46
Inventários participativos: uso de mapas de percepção na construção do patrimônio cultural.....	49
A experiência do fórum de escuta para salvaguarda das folias.....	51
A APPA.....	54
Mulheres em destaque: o lugar da mulher é onde ela quiser.....	56
Encontro com educadores: redescobrindo sentidos.....	58
Patrimônio, cidade e negritude em debate.....	62
O papel da comunicação na promoção e difusão do patrimônio cultural.....	69
Trabalho de difusão realizado na rede Minas.....	71
Referências.....	78

PREFÁCIO

Este caderno é uma coletânea de relatos de experiências educacionais promovidas pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA-MG) e seus parceiros nos últimos anos. A iniciativa busca compartilhar com o leitor boas práticas de difusão e educação no campo do patrimônio cultural, objetivando contribuir com reflexões na esfera teórica e prática e, nesse compasso, estimular e fortalecer a atuação dos agentes locais em torno das referências culturais do povo mineiro e de suas múltiplas identidades regionais.

As experiências relatadas apresentam metodologias de apoio e referência ao trabalho educativo, que podem ser aplicadas em diferentes territórios e contextos sociais. As ações apresentadas levam em conta a diversidade e a pluralidade de culturas que se processam na dinâmica da vida em comunidade, intrinsecamente ligadas à constituição e à recriação do patrimônio, com suas materialidades e manifestações.

Por essência, os sentidos da preservação, conservação, salvaguarda e promoção do patrimônio cultural, seja ele material ou imaterial, protegido ou não, só são possíveis e exitosos quando os sujeitos desse patrimônio são entendidos e admitidos como protagonistas do processo. Assim, acreditamos que a metodologia da Educação para o Patrimônio Cultural encontra seu campo de atuação e se conforma nos propósitos da mediação como estratégia de diálogo e relacionamento comunitário.

Nesse contexto, é missão do IEPHA-MG desenvolver e fomentar ações que corroboram com a ideia de que o patrimônio cultural é vivo e nos conta sobre a trajetória da vida social, numa dimensão de tempo e espaço, sendo capaz de resguardar não somente a memória dos seus produtores e realizadores, mas também as visões de mundo expressas no fazer cultural dos indivíduos e seus legados. Nisso consiste a educação, como processo de mediação para as gerações atuais e futuras, fundamentando o diálogo crítico e participativo.

Desse modo, espera-se que as vivências relatadas ao longo desta publicação possam servir de inspiração aos municípios que participam do Programa ICMS Patrimônio Cultural gerido pelo IEPHA-MG, às Instituições de Ensino, de Cultura e de Memória Coletiva, como também aos educadores formais, não formais, pesquisadores e interessados que seguem na jornada em defesa e promoção do patrimônio por meio da educação.

Luís Gustavo Molinari Mundim
Luzinete Assis de Jesus

O IEPHA-MG E SUA MISSÃO

Luzinete Assis de Jesus
Maria Inez Cândido

O Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – (IEPHA-MG) tem por finalidade pesquisar, conservar, valorizar e promover o acesso aos bens culturais de natureza material ou imaterial de interesse de preservação no estado de Minas Gerais, alinhando políticas culturais de difusão de uma consciência patrimonial em todas as suas ações institucionais. Em uma trajetória cinquentenária, o Instituto reafirma a sua vocação e o seu papel de protagonista e articulador das políticas de preservação do patrimônio cultural mineiro, ampliando e conduzindo o debate sobre conceitos, métodos e práticas relacionados ao tema, em sua pluralidade e diversidade.

Além da sua atuação direta e normativa, realizada por meio de tombamentos, registros e inventários de bens de interesse de preservação, o IEPHA-MG é fomentador de pesquisas aplicadas de difusão de conhecimentos sobre técnicas tradicionais, novas tecnologias e formas de abordagem empregadas em ações de conservação/restauração, assim como indutor e articulador de parcerias em processos de reconhecimento, valorização e salvaguarda de manifestações imateriais do nosso patrimônio cultural, adotando uma postura educativa em todas essas ações. No cumprimento das suas atribuições, o Instituto tem fortalecido e flexibilizado o raio de sua atuação ao longo dos anos, ao considerar uma pluralidade de valores culturais associados a uma concepção mais ampliada de Patrimônio Cultural, que favorece o envolvimento de outros atores nos processos de promoção desse patrimônio, por meio de parcerias na gestão de programas e projetos do Instituto que se articulam ao interesse público e estreitam o diálogo com a sociedade. Trata-se de uma proposta de afirmação de uma política cultural alicerçada na democratização da gestão e na descentralização de ações amplas e criativas, com vistas ao alargamento da participação social nas práticas institucionais, levando em conta que a Educação para o Patrimônio Cultural deve ser um espaço de permanente reflexão e apropriação dos bens culturais como bens coletivos e públicos, capaz de estimular, instrumentalizar e promover a transformação social e a cidadania.

Em consonância com essa orientação, as atividades educativas e de difusão conduzidas pela Gerência de Difusão e Educação para o Patrimônio Cultural (GDEPC), da Diretoria de Promoção (DPR) do IEPHA-MG, desenvolve ações e projetos na temática da preservação e promoção do patrimônio cultural, oferecendo aportes teóricos e metodológicos sobre conteúdos e práticas de ação educativa para diferentes públicos e faixas etárias – gestores municipais, agentes culturais, professores, associações culturais, grupos artísticos e outros agentes multiplicadores em potencial –, com o objetivo de disseminar informações e favorecer experiências culturais que realcem *o saber e o fazer* cultural mineiro, de forma plural e inclusiva.

Esse trabalho é realizado não só na sede do órgão, em Belo Horizonte, como também em diferentes regiões do estado, com o objetivo de promover parcerias e ampliar os direitos culturais, tendo

como parâmetros as necessidades e as demandas do nosso território. É importante ressaltar que as ações de Educação para o Patrimônio Cultural promovidas pelo IEPHA-MG permeiam, além do trabalho da Diretoria de Promoção, as ações das Diretorias de Proteção e Memória e de Conservação e Restauro através das Gerências técnicas envolvidas no planejamento e execução das demandas. Além disso, o Instituto conta com a colaboração de diferentes parceiros em suas ações. Exemplo disso são as parcerias com a Rede Minas, o Instituto Inhotim e a APPA (Associação Pró-Cultura e Promoção das Artes). Esta última, em 2018, por meio do “Termo de parceria de estruturação e gestão”, atuou nos setores educativos do Palácio da Liberdade, em Belo Horizonte, e da Fazenda Boa Esperança, em Belo Vale. Estes equipamentos culturais, protegidos pelo IEPHA-MG, se destacam pelo seu potencial museológico, cujos Programas Educativos atenderam milhares de pessoas.

No caso específico da Fazenda Boa Esperança, ressalta-se que o trabalho desenvolvido foi fruto do Projeto Refazenda (Projeto de Revitalização da Fazenda Boa Esperança) que contemplou, em sua fase preliminar, uma produção intensa de ações de pesquisa, diagnóstico e mapeamento cultural realizado pelo Instituto Inhotim, responsável por essa fase do Projeto, possibilitando ao final, a elaboração do *Manual Criativo de Educação para o Patrimônio Cultural* para mediadores do Setor Educativo da Fazenda, acompanhado do material do aluno. Assim, a proposta institucional de difusão e educação para o patrimônio cultural promovida pelo IEPHA-MG utiliza-se de diferentes linguagens e suportes artísticos como alternativas facilitadoras de mediação crítica do processo educativo, que visam estimular a criação de novos elos, valores e significados para o Patrimônio Cultural como espaço aberto às narrativas plurais.

Planejadas como instrumentos de trabalho, pesquisa e aprendizagem, tais atividades adotam metodologias alicerçadas na construção e valorização do conhecimento, a partir de ações dos sujeitos sobre os bens culturais e de suas interações com eles, nas quais as trocas sociais são condições necessárias para o alargamento do pensamento sobre procedimentos exigidos para a preservação, manutenção e restauração dos bens culturais. No âmbito desta abordagem, as ações realizadas dentro dessa temática têm por motivação ampliar as fronteiras da reflexão e da prática e o alcance social dos projetos desenvolvidos pelo IEPHA-MG em sua caminhada cotidiana em direção à preservação do patrimônio cultural mineiro, partindo do pressuposto de que a Educação é o único meio eficaz e transformador da realidade, nas relações entre o passado, o presente e as perspectivas de futuro.

Por fim, a expectativa do IEPHA-MG com esta publicação é ampliar as possibilidades de sua atuação institucional e reafirmar a sua posição de polo de convergência e irradiação de políticas preservacionistas no estado de Minas Gerais, realçando o protagonismo da Educação para o Patrimônio Cultural no desenvolvimento de ações e práticas sociais comprometidas com a diversidade cultural e o desenvolvimento humano; experiências diárias compartilhadas pelo IEPHA-MG e seus parceiros.

A GERÊNCIA DE DIFUSÃO E EDUCAÇÃO PARA O PATRIMÔNIO CULTURAL – GDEPC

Luzinete Assis de Jesus

A Gerência de Difusão e Educação para o Patrimônio Cultural – GDEPC, assim chamada a partir do Decreto Nº. 47.400, de 17 de abril de 2018, é um setor técnico ligado à Diretoria de Promoção do IEPHA-MG, que substituiu a Gerência de Difusão. Essa atualização, na denominação do setor, reflete o pensamento contemporâneo da Instituição em reconhecer a importância da educação e da difusão, conjuntamente, no trabalho de preservação e na abordagem do patrimônio cultural.

A GDEPC tem como missão e desafio, especialmente, o de conceber e gerir estratégias e ações educativas e de difusão focadas nas demandas institucionais e na realidade dos municípios mineiros, no âmbito do Programa ICMS Patrimônio Cultural, que participam dos Quadros IIIC e IIID – Programas de Educação e Difusão do Patrimônio Cultural, respectivamente. Programa este, que segue sob responsabilidade do IEPHA-MG, por meio da Diretoria de Promoção, desde sua implantação, cabendo à Gerência o papel de fomentar e fortalecer suas iniciativas, como ferramentas potenciais, por meio de ações formativas e de orientação teórica, metodológica e prática que tal trabalho exige.

Além de propor, planejar, executar ações e programas, é uma premissa do setor colaborar com a promoção e a difusão do patrimônio cultural, buscando alcançar maiores parcelas da sociedade com vistas à proteção, à preservação e à salvaguarda dos bens culturais protegidos pelo estado. É também sua função acompanhar e monitorar as iniciativas pactuadas juridicamente com o IEPHA-MG, para mitigação dos impactos ao patrimônio cultural decorrentes da licença e operação de empreendimentos. Nesse contexto, as atividades técnicas da GDEPC se alimentam, em seu cotidiano, de ações basilares voltadas à pesquisa e ao diagnóstico, à identificação e à compreensão das demandas dentro e fora da instituição.

A essência da GDEPC e de suas ferramentas de trabalho estão na inquietude de uma metodologia em processo – a Educação para o Patrimônio Cultural – que busca na contemporaneidade entender o comportamento social, a partir das relações que os sujeitos, em um sentido de coletividade, estabelecem na constituição, manutenção e recriação de seu patrimônio, com seus valores e significâncias aliados aos fatores, como a memória e a identidade, por exemplo. Pensar nessa lógica, é pensar para além de ações meramente pontuais ou, simplesmente, de promoção do conhecimento e da interpretação desse patrimônio dissociado de seu objeto social.

Assim, a ideia de produzir um Caderno, relatando boas práticas de educação e difusão, com foco no patrimônio cultural de Minas Gerais, é um exemplo desse anseio. A iniciativa demonstra, acima de tudo, o comprometimento técnico com a missão institucional do IEPHA-MG, com um olhar mais amplo para o território e suas comunidades, e os diferentes bens culturais que traduzem a sua identidade coletiva. Com este princípio, são apresentados, nesta publicação, alguns relatos da atuação da GDEPC, em torno de oficinas que envolvem não somente a discussão do patrimônio material ou imaterial, mas, como dito anteriormente, a relação que os sujeitos sociais estabelecem com esse patrimônio e suas referências culturais, como foco de mediação.



A EDUCAÇÃO PARA O PATRIMÔNIO CULTURAL DO IEPHA-MG: FUNDAMENTAÇÃO, CONCEITOS E METODOLOGIAS

Luzinete Assis de Jesus

A Educação Patrimonial, convencionalmente adotada pelo IEPHA-MG como Educação para o Patrimônio Cultural, é uma metodologia de trabalho educativo e de orientação comunitária estrategicamente voltada para a “identificação, a salvaguarda e o reconhecimento do patrimônio cultural do estado”, segundo o Decreto estadual Nº. 47.921/2020, em vigor, que versa sobre o estatuto da Instituição, em substituição ao Decreto Nº. 45.850/2011.

Em outras palavras, o IEPHA-MG, ao ampliar sua visão em relação à metodologia da educação patrimonial, reconhece a participação social e a cultura cotidiana: o criar, o fazer e o viver, nos novos sentidos de preservação, e não somente no patrimônio edificado e assim definido, verticalmente, pela força patrimonialista do estado. Essa nova visão institucional também encontra ressonância no Decreto Estadual Nº. 42.805/2002, que “Institui as formas de Registros de Bens Culturais de Natureza Imaterial ou Intangível que constituem patrimônio cultural de Minas Gerais”, inspirado no Decreto Federal Nº. 3.551/2000. Com essa fundamentação jurídica, o órgão legitima e reforça a importância, o significado e o valor da diversidade de expressões e manifestações culturais que são referências para o povo mineiro.

Essa discussão, de forma mais atualizada, rompe com a noção do patrimônio (o de pedra e cal) pelo seu excepcional valor histórico e artístico, única e exclusivamente. Tal visão é motivada e fundamentada pela Constituição Federal de 1988, considerada um marco jurídico na ampliação do conceito de patrimônio cultural no Brasil, como expressa a Seção II, no artigo 216:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- I) as formas de expressão;
- II) os modos de criar, fazer e viver;
- III) as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV) as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações culturais;
- V) os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (Brasil, 1988, seção II, art. 216).

Ressalta-se ainda que, numa escala maior, a defesa das culturas populares como patrimônio cultural imaterial e sua preservação como papel do Estado, em colaboração com a comunidade, também encontra relevância na Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade Cultural da UNESCO (UNESCO, 2005). O documento universal considera a viabilidade das expressões culturais, não somente como meio de inclusão e desenvolvimento, mas também como um instrumento de cidadania, soberania e autonomia dos povos.

Assim, a metodologia empreendida atualmente pelo IEPHA-MG abrange também as referências culturais e as memórias coletivas representativas dos diversos povos e grupos sociais que

formam culturalmente o território de Minas Gerais. Sobretudo, busca por meio da mediação crítica, proporcionar aos indivíduos, foco da ação, uma experiência afetiva no acesso a esses bens culturais, estimulando seu usufruto, cuidado e valorização. Desse modo, é grande a preocupação em reforçar o sentimento de pertencimento com a percepção de que o patrimônio em si não é estático, não se encerra no passado, pois seus valores se renovam e se recriam.

Inserir a cultura popular nos novos sentidos e olhares do patrimônio cultural representa para o IEPHA-MG um importante avanço em termos de políticas públicas na área de preservação. A esse respeito, vale rememorar as palavras de Gilberto Gil, referentes ao Programa Nacional do Patrimônio Imaterial instituído pelo IPHAN, em 2008:

[...] pensar em patrimônio agora é pensar com transcendência, além das paredes, além dos quintais, além das fronteiras. É incluir as gentes. Os costumes, os sabores, os saberes. Não mais somente as edificações históricas, os sítios de pedra e cal. Patrimônio também é suor, o sonho, o som, a dança, o jeito, a ginga, a energia vital, e todas as formas de espiritualidade de nossa gente. O intangível, o imaterial (IPHAN, 2008).

Sobre o reconhecimento do patrimônio imaterial no rol das políticas públicas, não se pode deixar de relacionar também a noção de povo dada pelo ex-ministro. Em entrevista concedida à Revista Eletrônica do IPHAN, por ocasião do lançamento do selo comemorativo dos Correios com a temática do Samba-de-Roda do Recôncavo Baiano e da homologação do registro do Ofício das Baianas de Acarajé, ele expõe que:

O primeiro grande patrimônio de um povo, inserido em uma comunidade, num conjunto humano e com sua dimensão cultural, é esse próprio povo. Os indivíduos, as pessoas, o conjunto humano em si mesmo. Por quê? Porque toda a cultura advém daí. A cultura é produzida para ser revertida como enriquecimento desse povo. Toda a cultura produzida pelo homem, desde a pedra lascada - a construção dos instrumentos para a caça, para sua sobrevivência, a descoberta do fogo, a agricultura, tudo isso - é produzida para o bem-estar do próprio povo. Então, ele [o povo] é a origem e o destino da manifestação cultural (Revista).

Do ponto de vista conceitual, o IEPHA/MG reconhece e adota a definição defendida pelo IPHAN, elaboradas por Sônia Regina Rampim Florêncio, em 2014, considerando que a Educação para o Patrimônio e, por extensão, a difusão dos bens culturais, se dão por meio de:

[...] processos educativos formais e não formais que tem como foco o Patrimônio Cultural, apropriado socialmente como recurso para compreensão sócio-histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, a fim de colaborar para seu reconhecimento, sua valorização e preservação. Considera ainda que os processos educativos devem primar pela construção coletiva e democrática do conhecimento, por meio do diálogo permanente entre os agentes culturais e sociais e pela participação efetiva das comunidades detentoras e produtoras das referências culturais, onde convivem diversas noções de patrimônio cultural (Florêncio, 2014).

Desse modo, o patrimônio cultural é, portanto, veículo de informação e objeto de interação, cujas experiências vivenciadas pelos indivíduos podem ser dinamizadas por meio de práticas criativas e flexíveis de educação para o patrimônio cultural alicerçadas na escuta, no diálogo

aberto e horizontal, na produção/troca de conhecimento e no compartilhamento de saberes, atribuindo novos olhares, valores e significados.

No que tange à política do Programa ICMS Patrimônio Cultural, especificamente, peculiar ao estado de Minas Gerais, a alteração da terminologia de “Educação Patrimonial” para “Educação para o Patrimônio Cultural” é uma inovação na Deliberação Normativa CONEP Nº. 01/2016. A Deliberação Normativa passa a permitir, desde então, que os municípios participantes do Programa tenham maior liberdade na implementação de suas ações, projetos e programas educativos voltados para o patrimônio cultural aliado às estratégias, materiais e produtos de difusão, ampliando, assim, as possibilidades de trabalho e de públicos para além da escola. Representa, ainda, maior avanço a Portaria IEPHA Nº. 06, de 31 de março de 2021 que, dentro de uma abordagem mais ampliada, propõe a articulação das ações de educação com a difusão, além da realização de um diagnóstico da realidade local do município, que se constitui de uma base importante para a criação de um plano de ação do Quadro III mais efetivo.

Reiterando o que já foi dito até aqui, a Educação para o Patrimônio Cultural, empreendida pelo IEPHA-MG, é uma metodologia em processo, no sentido de buscar em outras áreas do conhecimento estratégias e ferramentas criativas que considerem a trajetória de vida das pessoas em comunidade, que favoreçam não somente a compreensão da sua história, mas o seu reconhecimento e o registro de suas memórias. Portanto, é importante pensar o patrimônio cultural, a comunidade, o território e seu cotidiano por meio de métodos participativos e colaborativos. Sobretudo, como forma de estimular o protagonismo dos sujeitos sociais que se relacionam com os bens culturais, em diferentes situações, contextos e dimensões da vida em sociedade.

Para a GDEPC, explorar o universo no qual o patrimônio cultural se insere, em seus mais variados aspectos, significa reconhecer a dinâmica sociocultural de cada lugar. Isso implica em se pensar a Educação para o Patrimônio Cultural não como uma metodologia engessada e pronta para ser aplicada em qualquer patrimônio/território/comunidade, mas como mobilização de estratégias dinâmicas cujas nuances podem se revelar, de maneiras distintas, nas diversas possibilidades de trabalho educativo, em diferentes territórios e contextos sociais e, em diversas dimensões, favorecendo aos envolvidos experiências afetivas únicas.

A Educação para o Patrimônio Cultural apresenta, como sua principal característica, a relação dialógica que se estabelece entre os envolvidos por meio de processos de mediação. A mediação, do ponto de vista da teoria cognitiva de Vygotsky, sobre Processos Psicológicos Superiores (PPS), é interpretada por Florêncio, em seu artigo “Educação Patrimonial: um processo de mediação”, da seguinte forma:

Vygotsky (1998) considera que os PPS se desenvolvem durante a vida de um indivíduo a partir da sua participação em situações de interação social, na qual participam instrumentos e signos com os quais os sujeitos organizam e estruturam seu ambiente e seu pensamento. Os instrumentos e signos, social e historicamente produzidos, em última instância mediam a vida. Os diferentes contextos culturais onde as pessoas vivem são, também, contextos educativos que formam e moldam os jeitos de ser e estar no mundo. Essa transmissão cultural é importante porque tudo é aprendido por meio dos outros, dos pares que convivem nesses contextos. De forma que, não somente práticas sociais e artefatos são apropriados, mas também, os problemas e situações para

os quais eles foram criados. Assim, a mediação pode ser entendida como um processo de desenvolvimento e aprendizagem humana, como incorporação da cultura, como domínio de modos culturais de agir, pensar, de se relacionar com outros e consigo mesmo (Florêncio, 2012, p.22).

As ações educativas para a valorização do patrimônio cultural são ações mediadoras, no sentido pensado por Vygotsky, que contribuem para a afirmação dos sujeitos em seus mundos, em suas culturas. Trazendo a perspectiva da mediação para uma visão ampliada do universo escolar, na perspectiva de uma *educação integral*, Florêncio, no mesmo artigo, afirma:

Pensar em educação para o patrimônio cultural requer, também, pensar em qual perspectiva de educação deve pautar as ações. Educação aqui é pensada como processo. Dessa forma, educação significa reflexão constante e ação transformadora dos sujeitos no mundo e não uma educação somente reproduutora de informações, como via de mão única e que identifique os educandos como consumidores de informações, cujo modelo Paulo Freire chamou de ‘educação bancária’.

A educação que se vislumbra é aquela que se caracteriza como mediação para a construção coletiva do conhecimento, a que identifica a comunidade como produtora de saberes, que reconhece, portanto, a existência de um saber local. Enfim, a que reconhece que os bens culturais estão inseridos em contextos de significados próprios associados à memória do local.

A educação, portanto, deve ser percebida como aquela que ocorre nos espaços da vida e deve ser pensada na perspectiva da chamada Educação Integral, ampliando tempos, espaços e oportunidades educativas (Florêncio, 2012, p.22).

Desvincilhando-se das ideologias do Estado, é importante registrar aqui, que a atuação da educação nos espaços da vida, através do trabalho dos agentes do patrimônio cultural, encontra alicerce e legitimação, antes de tudo:

- Na Lei de Diretrizes e Bases – LDB, Lei Nº. 9.394/96, que prevê em seu artigo 1º que “a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais” (Brasil, 1996);
- Nos Pilares da Educação para o Futuro, estabelecidos em 2010 pela UNESCO e o MEC, na visão de Gadotti, em sua reflexão sobre as perspectivas atuais da educação: aprender a conhecer (pensar a realidade e o reinventar), aprender a fazer (saber trabalhar coletivamente, comunicar-se e resolver conflitos) aprender a viver juntos (viver, descobrir e compreender o outro), aprender a ser (sentido de aprendizagem integral do indivíduo, sua criatividade, e, imaginação, iniciativa, ética, autonomia e responsabilidade aliados a conteúdos disciplinares) (Gadotti, 2000);
- Nas diretrizes dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN’s) que considera o patrimônio cultural um tema transversal, dentro do eixo Pluralidade Cultural, podendo ser trabalhado no currículo escolar de forma inter e multidisciplinar.

Em sua lógica, os PCN's devem permear o projeto político pedagógico das Instituições de Ensino, associados à vida cotidiana dos educandos, seu universo pessoal e coletivo. Dentro dessa ótica, são temas transversais a Ética, a Saúde, o Meio Ambiente, a Sexualidade, o Trabalho, o Consumo e a Pluralidade Cultural (Brasil, 1997).

- Nas Bases Curriculares Comuns Nacionais – BNCC. Seu conteúdo é de caráter orientador e suas principais premissas concentram-se na afirmação do compromisso de Estado com a educação integral e na fundamentação pedagógica focada no desenvolvimento de competências para aprendizagens essenciais para o desenvolvimento humano, numa perspectiva global, sendo a escola um espaço de aprendizagem plural e de democracia inclusiva, de respeito às diferenças e às diversidades. No que tange ao trabalho da Educação para o Patrimônio Cultural e sua associação às metodologias ativas da educação, é preciso ter em mente as Competências Gerais da Educação Básica, definidas nesse documento:
 1. Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.
 2. Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas.
 3. Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural.
 4. Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.
 5. Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.
 6. Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.
 7. Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões

comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.

8. Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocritica e capacidade para lidar com elas.

9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.

10. Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários (Brasil, 2017).

Em termos pedagógicos, pensar a metodologia a partir de tecnologias da informação e comunicação, de baixo custo, no olhar da BNCC, por exemplo, é um bom caminho e um diferencial, ao possibilitar a interação entre os participantes da ação educativa ou formativa. Aliar criatividade, ludicidade e estímulos sensoriais na abordagem do patrimônio cultural, além de ser uma excelente estratégia de sensibilização, é uma forma de promover o protagonismo dos sujeitos.

Na questão específica da Educação Integral, a discussão contemporânea, também no campo da abordagem do patrimônio cultural e sua ressignificação, conduz às práticas de arte educação, cada vez mais frequentes, associadas aos novos espaços educativos e não somente à escola. Nessa dimensão, são identificados diversos espaços da vida cotidiana da cidade como territórios educativos, ou seja, qualquer lugar que possibilite o convívio social e comunitário pode ser cenário e palco para o trabalho educativo fomentado pelos agentes e órgãos de preservação em diversas esferas de atuação.

Assim, tanto um museu quanto um assentamento quilombola, por exemplo, são espaços vivos circundados pela memória. Em termos práticos, os percursos, a rua, o bairro, a praça, entre outros lugares passíveis de ocupação social, devem estar à luz da discussão dos novos itinerários, olhares e sentidos do patrimônio cultural.

Buscando uma fundamentação teórica, Ladislau Dowbor, citado por Bya Goulart, adotando a concepção de cidade educadora nos processos construtivos da dimensão crítica e cidadã do ser humano, chama-nos a atenção:

Uma nova visão está entrando rapidamente no universo da educação, de que os alunos, além do currículo tradicional, devem conhecer e compreender a realidade onde vivem e onde serão chamados a participar como cidadãos e como profissionais. O desenvolvimento moderno necessita cada vez mais de pessoas informadas sobre a realidade onde vivem e trabalham. Não basta ter estudado quem foi D. João VI, se não conhecemos a origem ou as tradições culturais que constituíram a nossa

cidade, os seus potenciais econômicos, os desafios ambientais, o acerto ou irracionalidade da sua organização territorial, os seus desequilíbrios sociais. Pessoas desinformadas não participam, e sem participação não há desenvolvimento. O envolvimento mais construtivo do cidadão se dá no nível da sua própria cidade e dos seus entornos, na região onde cresceu, ao articular-se com pessoas que conhece diretamente e instituições concretas que fazem parte do seu cotidiano. Trata-se de fechar a imensa brecha entre o conhecimento formal curricular e o mundo onde cada pessoa se desenvolve (Goulart, 2010).

Dentro dessa concepção, há campo fértil para a abordagem do patrimônio cultural aliada à sustentabilidade, ao desenvolvimento local e temas associados, numa perspectiva de educação comunitária, diante das vastas possibilidades de lugares de ocupação que podem se afirmar como territórios educativos. Assim,

A ideia da educação para o desenvolvimento local está diretamente vinculada a esta compreensão, e à necessidade de se formar pessoas que, amanhã, possam participar de forma ativa das iniciativas capazes de transformar o seu entorno, de gerar dinâmicas construtivas. Hoje, quando se tenta promover iniciativas deste tipo, constata-se que não só os jovens, mas, inclusive, os adultos desconhecem, desde a origem do nome da sua própria rua, até os potenciais do subsolo da região onde se criaram. Para termos cidadania ativa, temos de ter uma cidadania informada, e isto começa cedo (Goulart, 2010).

Desse modo, resta-nos a motivação de que trabalhar nessa perspectiva requer sobretudo doação de tempo e embasamento técnico que considerem metodologias participativas integradas às práticas educativas em torno do patrimônio cultural. Além de investimentos, são necessárias ações continuadas e planejadas com a visão sistêmica de todo o trabalho, abarcando etapas que vão desde a concepção e desenvolvimento das ideias, às fases de implementação, execução e pós realização, tendo a avaliação como fio condutor de todo o processo estabelecido. Nessa ótica, soma-se o capital humano disponível, comprometido e resiliente. Eis a essência e a razão do trabalho desenvolvido pela GDEPC, desde a sua criação.

EXPERIÊNCIAS COMPARTILHADAS

ENCONTROS DE FORMAÇÃO DE EDUCADORES EM ESCOLAS TOMBADAS

Maria Inez Candido
Sabrina Soares Machado

As escolas públicas sediadas em edificações tombadas pelo IEPHA-MG são reconhecidas como territórios educativos potencialmente parceiros do Instituto em suas ações de Educação para o Patrimônio Cultural, por suas possibilidades de mediação crítica em relação a diferentes leituras, interpretações e sentidos de apropriação como lugares de memória e de identidade coletiva.

A promoção de formações dirigidas a este público específico, oferecendo conteúdos e práticas de Educação para o Patrimônio Cultural, está prevista no Programa de Educação para o Patrimônio Cultural do IEPHA-MG e vem ao encontro da missão institucional de adotar uma postura educativa em todas as atividades técnicas de salvaguarda e promoção do patrimônio cultural, conduzindo ações que favorecem e estimulam debates e reflexões sobre história e memória, no contexto das comunidades escolares.

Direcionadas, preferencialmente, aos corpos docentes, entendidos como agentes multiplicadores, essas formações aliam atividades de fundamentação teórica a ações de desenvolvimento prático, empregando diferentes linguagens e suportes como estratégias para estimular e desencadear processos culturais específicos de experimentação e aprendizagem referenciados no discurso contemporâneo, o qual trata a questão do Patrimônio Cultural como algo articulado ao interesse público e comprometido com a transformação social.

Nas atividades práticas, as oficinas culturais se apresentam como as principais ferramentas para a exploração do potencial criativo dos participantes e para a troca de conhecimentos, experiências e habilidades, ampliando as possibilidades de interpretação e de atribuição de novos sentidos ao tema do Patrimônio Cultural. Concebidas como forma de mediação entre os sujeitos e os bens culturais, suas ações em linguagens artísticas diversas vão muito além do princípio de transmissão de conhecimentos, estabelecendo nos diálogos as principais formas e fontes de aprendizagem.

A partir dessa compreensão da escola como lugar de memória, de história e de difusão do patrimônio cultural, a metodologia desenvolvida durante as formações apresenta possibilidades para que esses agentes multiplicadores ofereçam em sala de aula conteúdos e práticas sobre o tema de maneira fluida e interativa. Trata-se, portanto, de uma metodologia prático-conceitual fundamentada na escola como espaço para a reflexão e a problematização do patrimônio cultural e de suas possibilidades, bem como para desvelar as potencialidades humanas e educativas da própria escola no desenvolvimento da Educação para o Patrimônio Cultural.

Por outro lado, é importante salientar que, junto à ampliação do conceito de Patrimônio Cultural, ampliaram-se também nas escolas as demandas por metodologias de ensino e estratégias didáticas contendo abordagens relacionadas ao seu conteúdo. Essas demandas foram absorvidas por medidas legais e por políticas públicas, estreitando as parcerias entre escola, poder público e comunidade. Hoje, os currículos escolares, sejam de escola em tempo integral ou não, podem e devem prever uma carga horária exclusiva dedicada à cultura e ao patrimônio cultural que, em atendimento às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica, dialoga direta ou transversalmente com questões do Patrimônio Cultural.

Ratificando o caráter interdisciplinar das ações de Educação para o Patrimônio Cultural promovidas pelo IEPHA-MG, suas atividades salientam a importância da participação de todos os professores, independentemente da área de conhecimento de sua atuação, assim como dos demais profissionais da comunidade escolar, para reforçar o sentimento de pertencimento do grupo durante a aprendizagem. A ação é sempre realizada com a expectativa de que, ao final da formação, esses professores estejam estimulados e habilitados a reproduzir ações semelhantes com seus alunos, ampliando as possibilidades de reflexão sobre o papel da escola na disseminação de valores relativos à preservação do Patrimônio Cultural.

Tendo em vista que tais iniciativas priorizam as escolas cujos prédios se encontram em processo de restauração, o Programa de Educação para o Patrimônio Cultural do IEPHA-MG promoveu, entre 2016 e 2019, formações dirigidas aos corpos docentes e discentes das escolas estaduais Barão de Macaúbas e Barão do Rio Branco, sediadas em Belo Horizonte. Seguem os relatos das experiências formativas na Escola Estadual Barão de Macaúbas.

Formação de Educadores na Escola Estadual Barão de Macaúbas

A ação educativa realizada na Escola Estadual Barão de Macaúbas (inaugurada em 1921, na Rua Davi Campista, 42, no Bairro Floresta), contou com um ciclo de três encontros formativos voltados ao seu corpo docente, visando atender aos seguintes objetivos:

- Sensibilizar e capacitar os professores da rede pública de ensino como agentes multiplicadores da preservação do patrimônio cultural;
- Discutir conceitos e práticas de educação para o patrimônio cultural, por meio de formações e oficinas culturais que explorem o potencial da edificação tombada;
- Ampliar as possibilidades dos professores na temática do patrimônio cultural em suas atividades didáticas de rotina;
- Contribuir para a elaboração de projetos de educação para o patrimônio cultural na Escola;
- Contextualizar a Escola na história mineira e belo-horizontina, destacando a sua contribuição para a educação no âmbito do estado e para a preservação da memória coletiva das comunidades.

1º Encontro de Formação

O “1º Encontro de Formação: a roda de conversa quem é quem e onde estou!” teve como objetivo apresentar a vocação do IEPHA-MG e sua missão educadora no âmbito das políticas de preservação do estado de Minas, destacar a Escola Estadual Barão de Macaúbas no contexto da evolução social e urbana da cidade de Belo Horizonte e sensibilizar/instrumentalizar os professores para desempenharem o papel multiplicador de agentes de mediação em ações educativas voltadas para a valorização e promoção do patrimônio cultural.

Esta ação, com duração de três horas, ocorreu no dia 4 de fevereiro de 2016, na Escola Estadual Pedro Américo¹, em Belo Horizonte/MG e teve como público-alvo os professores da Escola Estadual Barão de Macaúbas. Em sua execução, foram utilizados os seguintes recursos: *powerpoint* contendo apresentação institucional e elementos conceituais como suporte de mediação, além de *data show*, notebook e sala com mobiliário escolar.

1 - Durante o processo de restauração da sede da E. E. Barão de Macaúbas, a instituição de ensino ocupou as dependências da E. E. Pedro Américo, localizada no bairro Santa Tereza, que se encontrava desativada.

Desenvolvimento da Ação

Em conformidade com a proposta metodológica elaborada pelo IEPHA-MG, o primeiro encontro teve o papel fundamental de sensibilizar e fornecer ferramentas aos professores para uma participação efetiva em processos educativos de valorização e promoção do patrimônio cultural, não só nas atividades curriculares, como também nas atividades de extensão com alcance em toda a comunidade escolar.

Na primeira etapa da ação, foi organizada uma grande roda de conversa incluindo todos os participantes. Em seguida, a equipe do IEPHA-MG fez uma breve apresentação em *powerpoint* sobre a vocação e a missão do Instituto, com o intuito de reafirmar e fortalecer a parceria entre o IEPHA-MG e a comunidade escolar ali representada por seu corpo docente.

Para promover uma maior aproximação do grupo durante a atividade,

foi proposta uma reflexão sobre os diversos significados e sentidos da palavra “encontro”, a partir da projeção de um *slide* contendo o verbete, extraído de um dicionário. A ação movimentou os participantes, criando um ambiente mais descontraído para a dinâmica seguinte, dedicada às apresentações individuais, quando foi solicitado a cada um que, além de informar o nome, cidade de origem e trajetória como professor, discorresse brevemente sobre o significado do seu próprio nome (se soubesse) e sobre as histórias familiares em torno da referida escolha.

A etapa seguinte foi dedicada à parte teórica da formação, com a apresentação em *powerpoint* de alguns elementos conceituais (História, Memória, Identidade, Lugar de Memória e Educação para o Patrimônio Cultural), para embasar a discussão em torno do tema do patrimônio cultural. Na sequência, foi feita uma breve exposição, também em *powerpoint*, sobre a história de Belo Horizonte, o contexto histórico de criação da Escola Estadual Barão de Macaúbas e da construção de sua sede, seu legado atual como bem cultural material e imaterial (com destaque para o seu tombamento pelo IEPHA-MG) e, em especial, sobre a obra de restauração em andamento.

No início da terceira e última etapa da ação, os mediadores apresentaram a agenda dos encontros seguintes, ratificando a importância da participação de todos nas demais formações. Em seguida, a turma foi dividida em grupos (média de cinco pessoas por grupo) e estes receberam a orientação de que cada grupo deveria fazer uma reflexão, discuti-la coletivamente e avaliá-la de forma crítica em relação aos elementos conceituais apresentados. Os grupos também foram orientados para que a atividade proposta tivesse como mote as relações pessoais e coletivas, considerando a escola em diferentes níveis (material, simbólico, emocional etc.), a partir dos seguintes questionamentos:

- o entendimento de cada um sobre o fato do prédio, onde funciona a Escola, ser um bem tombado;
- o olhar de cada um sobre a restauração em curso: vantagens, desvantagens e desafios para alunos, professores, funcionários e toda a comunidade escolar.

Após as discussões em grupo, cada participante foi convidado a registrar individualmente numa folha de papel suas indagações, sugestões e críticas. Após a realização do exercício e o recolhimento das contribuições, promoveu-se uma grande discussão para a sistematização dos relatos, a partir de uma reflexão conjunta sobre as questões levantadas. Os pontos mais debatidos foram relativos aos desafios a serem enfrentados pela comunidade escolar, no sentido de conciliar o uso e a conservação do prédio após o restauro, prevalecendo, entretanto, propostas e manifestações mais positivas e inclusivas de utilização e apropriação do espaço no retorno às atividades.

Em relação aos resultados alcançados, considerando-se que oferecer conhecimentos não é apenas transmitir informações, mas sobretudo possibilitar a assimilação dos recursos metodológicos utilizados na produção de conhecimentos, as ações desenvolvidas no primeiro encontro alcançaram os objetivos propostos. Apresentando-se como contribuição significativa no processo de criação de um “patrimônio pessoal” por parte de cada participante, revelado e apropriado também de forma coletiva pelo grupo, a formação sensibilizou e instrumentalizou os participantes como atores sociais e agentes multiplicadores de políticas de preservação de bens culturais.

2º Encontro de Formação

O “2º Encontro de Formação: a Oficina Poética de Intertextualidade” retomou os elementos conceituais do 1º Encontro de Formação (História, Memória, Identidade, Lugar de Memória e Educação para o Patrimônio), objetivando a problematização sobre o Patrimônio Cultural e a Educação para o Patrimônio Cultural (*O quê? Para quê? Para quem? Por quê? Como?*), utilizando-se da exploração do potencial poético na construção coletiva de um conceito mais ampliado de patrimônio cultural pelo público-alvo. Desse modo, conjugou-se cada elemento conceitual a um texto literário para construir coletivamente uma nova poética de temática patrimonial por meio da intertextualidade.

Com duração de três horas, a referida oficina ocorreu no dia 19 de agosto de 2016, na Escola Estadual Pedro Américo, junto aos professores da Escola Estadual Barão de Macaúbas. Para sua execução, foram utilizados os seguintes recursos: Pranchas do primeiro encontro; recortes de papel fantasia em 6 cores, no tamanho de $\frac{1}{2}$ A4; canetas, lápis, pincel atômico de diferentes cores; tesouras; cola; fitas adesivas; rolo de papel Kraft e sala com mobiliário escolar.

Desenvolvimento da Ação

A oficina foi iniciada por uma roda de conversa para uma retomada mais descontraída da discussão sobre os cinco elementos conceituais apresentados no primeiro encontro. Para facilitar a ação, os mediadores exibiram cinco pranchas, cada uma contendo na frente um verbete: História, Memória, Identidade, Lugar de Memória e Educação para o Patrimônio Cultural. Para enriquecer e potencializar a discussão, os mediadores apresentaram outras pranchas com perguntas, tais como:

O que você entende por preservação? O que você entende por tombamento? Você acha que é compatível a preservação do prédio e seu uso como escola? Quais são as vantagens de se ocupar um prédio tombado? E as desvantagens? O que é Educação para o Patrimônio Cultural? Para quê? Para quem? Por quê? Como?

A conversa se desenvolveu livremente, motivando uma discussão profícua sobre o tema do Patrimônio Cultural e, em especial, sobre a Educação para o Patrimônio Cultural e sua rede de significados, processos de criação etc. Foram também abordadas questões relativas às condições físicas e possibilidades de uso do prédio escolar, reconhecido pelo grupo como bem cultural.

No segundo momento da formação, a turma foi dividida em grupos (média de 5 pessoas) para a realização de uma atividade coletiva associando elementos conceituais e atividades práticas, segundo metodologia inspirada em concepções, colagens, artes e poemas do dadaísmo². Retomando novamente as cinco pranchas citadas acima (um conjunto de 5 por grupo), a

2 - Movimento artístico e literário ocorrido na Europa, entre os anos 1915 e 1922, caracterizado por suas produções questionadoras, originais, polêmicas e principalmente cheias de liberdade de criação e expressão.

novidade foi o registro de conteúdos também nos seus versos, só que de teor literário (poemas, trechos de textos etc.). A atividade proposta determinou que cada grupo discutisse e explorasse o potencial informativo das mensagens nos dois lados das pranchas, estabelecendo associações livres entre elas.

Em seguida, os participantes de cada grupo foram orientados a registrar essas associações livres – palavras, ideias, sentimentos – em recortes pequenos de papel fantasia coloridos (uma cor para cada par de prancha), para usá-los na construção de um novo texto em conjunto (colado sobre uma folha de papel Kraft), criando uma espécie de hipertexto³, a partir das experiências, escolhas e desejos vivenciados durante a ação. Depois disso os grupos foram desfeitos, voltando à conformação original da roda de conversa, quando os membros de cada grupo foram convidados a compartilhar suas experiências durante a construção do poema. Ao final da ação, cada grupo foi convidado a afixar seu hipertexto num painel único de papel Kraft, dando origem a um mosaico poético de temática patrimonial, por meio da intertextualidade.

Em termos de resultados alcançados, consideramos que a ação ampliou as possibilidades dos professores de explorarem conteúdos e práticas relacionadas ao Patrimônio Cultural em suas interfaces com linguagens literárias, promovendo novas formas de fruição do patrimônio cultural. Durante o processo, os participantes “desconstruíram” os elementos originais, associando-os e reconhecendo-os de outros modos, menos concretos e racionais e mais da ordem afetiva e simbólica.

3º Encontro de Formação

O “3º Encontro de Formação: O Bem Tombado e as suas potencialidades culturais: olhos para Ver!” partiu de um diálogo com breves comentários sobre as ações realizadas nos encontros anteriores seguido de dinâmicas e atividades práticas de sensibilização, a partir das noções construídas coletivamente, como forma de proporcionar aos participantes vivências formativas voltadas para o conhecimento, reconhecimento e exploração do prédio da Escola Estadual Barão de Macaúbas como bem tombado e restaurado, assimilando as suas potencialidades educativas e culturais.

Como nas ações anteriores, a oficina foi destinada aos professores da Escola Estadual Barão de Macaúbas e realizada na própria escola, durante duas horas e meia, no dia 7 de outubro de 2016. Para executá-la, foram utilizados os seguintes recursos: reproduções fotográficas em cores (tamanho A4) de detalhes da edificação; cartões de um Jogo da memória; cópias heliográficas de plantas dos projetos de restauração do prédio; giz de cera e lápis de cor.

Desenvolvimento da Ação

Antes de iniciar as atividades previstas para o terceiro encontro, a equipe do IEPHA-MG organizou os participantes em uma grande roda e promoveu um bate papo, com o objetivo de recapitular as ações dos dois primeiros encontros. Em seguida, foi apresentada a proposta, salientando-se a sua importância no processo em andamento, pois além de trazer como tema o prédio escolar tombado e as suas potencialidades, a formação marcava o primeiro contato do corpo docente com a sede escolar depois de um longo período de ausência, devido às obras de restauração.

3 - O termo hipertexto pode ser conceituado como um processo de escrita e leitura não-linear, que permite o acesso ilimitado a outros textos de forma instantânea, na forma de blocos de textos, palavras, imagens ou sons.

Após essa conversa, o grupo foi convidado a circular livremente pelo local, para uma oficina de sensibilização e reconhecimento do prédio em sua fase final de restauração, denominada “Exercício do Olhar 1”. A orientação dada pelos mediadores foi que cada participante observasse e explorasse livremente os elementos estruturais e ornamentais identificados nos diversos ambientes e nas áreas externas, os possíveis novos elementos estruturais e ornamentais, os novos agenciamentos dos espaços, as novas instalações, os novos equipamentos etc. Após percorrer o circuito, passando por todas as instalações, o grupo foi convidado a retornar à roda de conversa, para fazer comentários mais gerais sobre as primeiras impressões, em relação ao prédio restaurado.

A atividade seguinte - “Exercício do Olhar 2” – consistiu numa dinâmica para exploração e identificação de detalhes estruturais e ornamentais do prédio, a partir de imagens fotográficas distribuídas aos professores (tamanho: 1/2 A4). Cada dupla de professores recebeu duas imagens, com a incumbência de localizá-las em 15 minutos, aproximadamente, por meio de uma pesquisa investigatória por todos os espaços. A orientação aos participantes foi que novamente exercitassem um olhar crítico sobre o prédio, investigando-o agora de maneira fragmentada, explorando suas partes, seus detalhes, na busca e localização dos elementos reproduzidos nas fotografias, para depois entendê-los integrados ao contexto formal da edificação. Em seguida, o grupo retornou à roda de conversa para avaliar coletivamente a experiência e suas contribuições, seguindo o roteiro abaixo para a discussão:

O que vocês conseguiram encontrar? O que vocês não conseguiram encontrar? O que vocês observaram além do proposto? O que vocês acharam da experiência? Outros comentários.

Após o término da discussão, manteve-se a roda de conversa e os técnicos responsáveis pelas obras de restauração – engenheiros e arquitetos do Departamento de Obras Públicas/DEOP e do IEPHA-MG – fizeram uma explanação sobre o longo processo de restauro do prédio, abrindo depois para o debate, momento em que todos puderam se expressar sobre o tema, com contribuições e críticas.

Para encerrar o 3º Encontro, a equipe do IEPHA-MG realizou outras duas atividades práticas, com o objetivo de ampliar as possibilidades lúdicas de exploração e afirmação da Escola Estadual Barão de Macaúbas como bem cultural, junto ao seu quadro de docentes, considerados multiplicadores em potencial. Para tal, os participantes foram organizados em seis grupos e cada três desses grupos realizaram uma oficina. A primeira, “Exercício do Olhar 3”, consistiu numa atividade lúdica a qual foi chamada de “Jogo da Memória”.

A partir de um conjunto de pares de cartões contendo imagens de elementos estruturais, ornamentais e utilitários móveis e imóveis do prédio – uma imagem antes da restauração e outra, depois da restauração –, distribuídos aleatoriamente, de forma oculta sobre a mesa (cartões virados), os participantes foram convidados a exercitar suas memórias visuais, concorrendo entre si em tentativas individuais de virar dois cartões em cada lance, com o objetivo de formar o par correto. Ao término do jogo, ganhou aquele com mais cartões nas mãos. A segunda oficina - “Exercício do Olhar 4” - foi desenvolvida pelos outros três grupos e propôs aos professores um trabalho prático bastante instigante: a leitura e a análise de cópias das plantas heliográficas do projeto de restauração do prédio, como forma de apurar os olhares sobre as possibilidades de se interpretar o prédio tombado pelo viés das suas representações cartográficas. Durante a ação, os participantes foram convidados a realizar intervenções livres nas cópias com lápis de cor e giz de cera, identificando espaços, sugerindo percursos e inserindo novos elementos, possibilitando novas interpretações.

A análise dos resultados alcançados apontou que as várias ações desenvolvidas no terceiro encontro potencializaram as possibilidades de exploração do prédio, como bem cultural, enfatizando o seu papel como suporte de informação preservado sobre a história e a memória da comunidade escolar e da própria cidade.

Algumas Sugestões de Planejamento das Ações

O planejamento é uma ferramenta essencial ao sucesso das atividades no campo da Educação para o Patrimônio Cultural. Pensar na infraestrutura adequada, na logística necessária e nas formas de acolhimento considerando o perfil dos participantes e o tipo de atividades propostas, são fatores tão importantes quanto à qualidade dos conteúdos didáticos e das mediações.

Por estes motivos, recomendamos aos organizadores desse tipo de ação que: preparem o espaço físico da ação com antecedência (disposição das cadeiras em semicírculo, e a iluminação adequada para projeções etc.). É muito importante que, na hora das falas, as pessoas possam ver umas às outras. Testem os equipamentos antecipadamente. Providenciem e levem materiais brindes relacionados ao tema para serem distribuídos e/ou sorteados. É uma boa forma de acolhida do grupo.

Equipe Técnica:

Fernando Pimenta Marques, Adriana Quirino de Oliveira, Bruno Batista Fioravante, Cristina Maria Mendanha, Maria Inez Cândido, Marta Auxiliadora Torres, Sabrina Soares Machado, Helena Maria França Alves, Luís Gustavo Molinari Mundim, Henrique Coutinho, Luiz Fernando Luciano.



BIBLIOTECA ITINERANTE: AÇÕES EDUCATIVAS NA ESCOLA ESTADUAL BARÃO DO RIO BRANCO

Luzinete Assis de Jesus
Sabrina Soares Machado

As Escolas Tombadas pelo IEPHA-MG integram o patrimônio cultural edificado de Minas Gerais. Elas são protegidas em função do seu valor histórico, cultural e artístico para as comunidades onde estão inseridas e para o povo mineiro, de maneira geral. Nesse contexto, encontra-se a centenária Escola Estadual Barão do Rio Branco, localizada na Av. Getúlio Vargas, 1.041, Funcionários, em Belo Horizonte, que foi fundada em 1906. Em 2011, passou por um processo de restauração, que foi concluído em março de 2018.

Sua arquitetura e seus bens integrados abrigam todo um processo educacional que refletiu o pensamento ideológico, político e social do estado ao longo do século XX, assim como os costumes e as tradições que estão nas memórias individuais e coletivas dos educadores, alunos e funcionários, que um dia usufruíram desse equipamento público. Assim, essa escola é um importante espaço de memória coletiva que constitui ambiente de conhecimento e ensino/aprendizagem em constante processo de ressignificação.

Entretanto, mesmo com a restauração relativamente recente, a edificação, em 2019, apresentou sinais de degradação, principalmente pela ausência de uma política educacional fomentadora de práticas de conservação preventiva em seu cotidiano, com vistas a promover o engajamento dos usuários na sua conservação/preservação. Nesse sentido, é preciso pensar a escola tombada a partir das identidades que se afirmam no espaço e nem sempre se reconhecem nele, buscando implementar pedagogias que favoreçam a internalização de posturas cidadãs, essenciais à garantia do direito ao seu usufruto e à sua manutenção, enquanto patrimônio cultural protegido.

Diante dessas necessidades, o IEPHA-MG, por meio das Gerências de Difusão e Educação para o Patrimônio Cultural, de Documentação e Informação e de Projetos e Obras, propôs uma ação educativa na Escola Estadual Barão do Rio Branco, no mês de novembro de 2019. Durante o evento pedagógico “Semana da Cultura”, valendo-se de abordagens integradas, com o objetivo de sensibilizar a comunidade escolar sobre a conservação/preservação do prédio e aguçar seu olhar crítico como guardião efetiva da Escola. A ação ocorreu em dois encontros, direcionados aos estudantes dos 7º e 8º anos, da disciplina de Português, a convite da professora responsável pelas turmas.

A Biblioteca Itinerante, uma experiência em caráter piloto com os alunos, consistiu em uma consulta mediada aos documentos bibliográficos e arquivísticos que estão sob a guarda da Gerência de Documentação e Informação/GDI. Motivada pelo objetivo de sensibilizar os alunos em relação à conservação/preservação do prédio escolar e despertá-los para uma apropriação afetiva do mesmo, esta ação baseou-se na apresentação de instrumentos que pudesse conscientizar os estudantes sobre os bens culturais protegidos e sua importância histórica, cultural e social no espaço/tempo, relacionando esses bens à vida dos próprios sujeitos/usuários da edificação tombada. Para alcançar o objetivo, foram disponibilizados aos alunos diversos documentos técnicos e publicações que versam sobre patrimônio cultural e a conservação de bens tombados.

A ação - o primeiro dos dois encontros na Escola Estadual Barão do Rio Branco ocorreu no dia 13 de novembro de 2019, das 9h30 às 11h30 e foram utilizados como recursos itens do acervo bibliográfico e arquivístico da GDI, bem como publicações técnicas produzidas pelo IEPHA-MG; espaço amplo para disposição dos participantes em meia lua e mesas de apoio para exposição dos títulos, para permitir seu manuseio e leitura.

O material utilizado como recurso para desenvolvimento da ação Biblioteca Itinerante foi escolhido previamente pelos técnicos do IEPHA-MG envolvidos no projeto e, a partir dos títulos selecionados, preparou-se uma abordagem dos temas para que fosse possível conduzir a mediação crítica durante a consulta a ser feita pelos alunos no dia do encontro. Para isso, levou-se em conta o perfil sociocultural dos estudantes beneficiários, sua idade e escolaridade, bem como os principais problemas enfrentados pelo corpo docente no cotidiano escolar.

Na área de convivência da cantina foram dispostas, em formato de meia lua, as mesas e cadeiras em que os alunos se sentaram. No centro da meia lua, foi montada a biblioteca itinerante composta pelos itens do acervo da GDI levados pela equipe do IEPHA-MG. O encontro com os alunos ocorreu por divisão de turmas, com o tempo médio de 50 minutos para cada uma, respeitando os intervalos do lanche. Cada turma era composta por aproximadamente 23 alunos e a conversa com os técnicos do IEPHA-MG se deu com uma turma por vez.

A dinâmica adotada pela equipe técnica foi a mesma para todas as turmas: os mediadores se apresentavam, falavam sobre o IEPHA-MG (o que é e qual a sua missão institucional) e quais os objetivos daquele encontro. A equipe deixava a conversa com os estudantes fluir descontraída, buscando estimulá-los ao diálogo e à interação com os mediadores. Após as apresentações, realizava-se uma breve explanação acerca dos títulos em exposição, de forma a aguçar a curiosidade dos envolvidos sobre cada tema abordado. Dessa maneira, os estudantes foram provocados a pensar noções de patrimônio cultural e de preservação com um olhar mais amplo, e a expressarem sua visão de mundo sobre o assunto.

Nesse momento da conversa, os técnicos aproveitavam para falar que a Escola Estadual Barão do Rio Branco é uma edificação que faz parte do patrimônio cultural de Belo Horizonte e de Minas Gerais, e perguntavam aos alunos o que isto significava para eles. Durante as respostas dadas, foi notória em todos os grupos a falta de identificação dos participantes com o prédio enquanto bem público, sua história e seu acervo. Contudo, os estudantes ficavam surpresos ao conhecerem os documentos técnicos relativos ao processo de tombamento da escola, ocorrido por meio do Decreto Nº. 27.927, de 15 de março de 1988. O contato com essa documentação significou, para eles, uma experiência única.

O tombamento foi o mote utilizado pela equipe técnica para abordar o processo de restauro pelo qual passou o prédio e os sinais de degradação que ele já apresenta. Várias questões foram suscitadas e os mediadores convidaram os alunos a refletir sobre o modo de vida das pessoas que frequentaram a Escola Estadual Barão do Rio Branco em outras épocas e como a arquitetura e a paisagem urbana da cidade de Belo Horizonte foi se modificando ao longo do tempo, sobretudo no entorno da escola, localizada em área nobre, próxima à Praça da Liberdade, que no passado foi o centro de decisões políticas do estado mineiro. Desse modo, os técnicos do IEPHA-MG puderam enfatizar os motivos de se conservar/preservar a edificação. A equipe destacou o papel da Educação na formação da cidadania e a importância de se preservar os espaços públicos - principalmente as escolas - argumentando que elas são lugares de convívio, de compartilhamento de afetos e de conhecimentos.

Em um segundo momento, foram apresentadas a cada grupo algumas publicações técnicas sobre os processos de registro de bens culturais imateriais realizados pelo IEPHA-MG. Entre eles, os Cadernos do modo de fazer queijo artesanal da região do Serro/MG, das violas de Minas, da Festa de Nossa Senhora do Rosário de Chapada do Norte/MG e da comunidade quilombola dos Arturos, em Contagem/MG. A apresentação desse material teve como propósito abordar a noção de “patrimônio vivo”, trazendo para o universo dos participantes a percepção de que existem outros tipos de patrimônio cultural e que neles os sujeitos são parte do próprio patrimônio, em razão de seus saberes/fazeres. Os mediadores destacaram que esses saberes/fazeres, por serem singulares ou especiais, são reconhecidos e valorizados quando são registrados como bens culturais de uma comunidade.

Assim, os técnicos do IEPHA-MG explicaram que tanto os objetos e as coisas, produtos da ação humana, quanto o próprio indivíduo “fazedor” ou “produtor” dos seus bens culturais são o que designamos de patrimônio e daí a necessidade de preservação. À medida em que os mediadores foram trazendo para a conversa exemplos da tradição gastronômica do povo mineiro, dos jeitos de falar, cantar, tocar, se expressar, de ser e de agir, os alunos foram se reconhecendo e interagindo no contexto da discussão, chegando ao entendimento de que são os protagonistas atuais da Escola Estadual Barão do Rio Branco.

No final da conversa com cada grupo, os mediadores ofereceram exemplares das publicações do IEPHA-MG, deixando claro que os participantes poderiam escolher as que fossem de seu interesse, assim como também não eram obrigados a aceitar a oferta. Convém registrar que a maioria dos alunos escolheu algum dos títulos para si. Nesse momento, os técnicos incentivavam os estudantes a continuarem a pesquisar sobre o patrimônio cultural mineiro, visitando a biblioteca da Gerência de Documentação e Informação/GDI, na sede do IEPHA-MG.

No dia 14 de novembro, ocorreu o segundo encontro. Neste, a ação foi desenvolvida no auditório da escola, com a presença de uma arquiteta da Gerência de Projetos e Obras/GPO, que discorreu sobre degradação de edificações antigas e as medidas de conservação preventiva para evitar os danos. A Ação foi encerrada com uma dinâmica orientada pelas técnicas da GDEPC, que consistiu em mostrar fotos com detalhes do prédio e de seus elementos artísticos. Foi solicitado aos alunos que percorressem a escola a fim de identificar os locais e elementos presentes nas fotografias.

Em avaliação posterior sobre a ação educativa na Escola Estadual Barão do Rio Branco, consideramos que quando os participantes foram estimulados a pensar as memórias resguardadas pela escola ainda hoje, a partir de suas próprias experiências e da sua forma de ver a cidade e de se entender no mundo, a atividade se tornou mais atrativa e enriquecedora. No plano coletivo, a Biblioteca itinerante, além de representar uma oportunidade de encontro entre os corpos discente, docente e o IEPHA-MG, estimulou os alunos a pensarem sobre ações de conservação e posturas que podem ser adotadas no cotidiano escolar.

Equipe Técnica:

Luzinete Assis de Jesus, Andréa Santos Xavier, Sabrina Soares Machado, Antonia Cristina de Alencar Pires, Isabella Lyra de Melo Franco, Helena Alves.

OFICINAS DE SENSIBILIZAÇÃO: A ARTE DOS SENTIDOS

Luzinete Assis de Jesus
Maria Inez Cândido

O tema Patrimônio Cultural, tanto como ideia quanto como legado a ser preservado e assegurado para fruição de todos, apresenta desafios inerentes à sua missão. A formulação de políticas públicas, a instauração de instrumentos jurídicos e a realização de intervenções técnicas, diretamente relacionadas à preservação integral desses bens patrimoniais (conservação preventiva, relativa à materialidade dos bens, e a conservação intelectual, ligada ao potencial de sua carga informativa), sejam preocupações constantes. É necessário que esses legados sejam recorrentemente ressemantizados em seus enunciados, ganhando novos significados na vida presente, como forma de ampliar as suas possibilidades como referência cultural.

A esse respeito, Regina Abreu reflete sobre o novo papel da Educação Patrimonial como processo de mediação dos agentes do campo patrimonial, entre o legado acumulado e preservado e as subjetividades do contemporâneo. Ela adota a perspectiva do conceito de “memoração” do patrimônio, inspirado no conceito de “alegoria”, de Walter Benjamin:

Ao propor novas aproximações dos sujeitos com os bens patrimonializados que os circundam, estamos pensando não em agregar novos sentidos a partir de agenciamentos não convencionais com toda essa multiplicidade de coisas que chegaram até nós. De uma reverência mórbida que apenas enaltecia bens e lugares como símbolos de eras passadas, pudemos passar a uma atitude ativa de um relacionamento especial a partir dos sentidos – olfato, visão, audição, tato, paladar – com esses legados. Aqui a noção de experiência é central. Mais do que aprender sobre as relíquias patrimoniais, convém experimentá-las usando nossos sentidos e sensibilidade. Não se trata apenas de construir as condições para a transmissão dos saberes acumulados e para o fortalecimento dos elos de memória social e coletiva que os objetos patrimonializados envolvem. É preciso dar um passo além, possibilitando que os cidadãos de um novo tempo se conectem com experiências que evocam diferentes temporalidades e culturas e que, neste movimento, reconectem a si mesmos como parte de um todo, rompendo com segmentações e particularismos (Abreu, 2018, p.87).

Como exemplo, a autora cita:

A educação patrimonial/memoração do patrimônio poderia ser acionada de diversas maneiras, por meio de inúmeras ferramentas, como redes da web, filmes, fotografias, músicas, eventos, cursos, oficinas, projetos de educação patrimonial, programas de salvaguarda (no caso do patrimônio imaterial), projetos de visitas continuadas a museus, prédios históricos ou a lugares menos convencionais como terreiros, cachoeiras sagradas, pontos de encontro entre manifestações culturais como ocorre com as tradições da cultura popular (...) o conceito de prática participativa é fundamental nesse caso. No contexto

de processos amplos e participativos, é possível que os agentes do campo patrimonial encontrem caminhos capazes de dinamizar os bens patrimonializados e criar novos elos e formas de ligação entre tempos, culturas e subjetividades. Memorar o patrimônio, experimentando-os de outras maneiras, não apenas de forma racional e lógica, mas envolvendo afetividades a partir dos sentidos e dos sentimentos que os patrimônios potencialmente são capazes de evocar, pode ser uma nova via para os desafios que batem à porta (Abreu, 2018, p.88).

Nesse sentido, o IEPHA-MG, ao propor e fomentar experiências sensoriais no campo de abordagem do patrimônio cultural, tem buscado favorecer processos de ressignificação do patrimônio e de suas referências, como principal resultado das ações educativas desenvolvidas junto aos diferentes públicos e contextos sociais, nos últimos anos.

Trabalhar múltiplas visões e sentidos como prática educativa contemporânea se configura como um interessante modo de experienciar, de forma multissensorial, os processos de trocas de saberes e de construção de conhecimento, como base metodológica de uma proposta inovadora de Educação para o Patrimônio Cultural, tendo como elos o olhar/visão, o ouvir/audição, o cheirar/olfato, o saborear/paladar, o tocar/tato. De acordo com o escritor mineiro Bartolomeu Campos de Queirós, os cinco sentidos são formas de suspeitar o mundo, de observar, interagir e transformar, considerando que “em cada sentido moram outros sentidos” (Queirós, 2009).

Considerando ainda que os cinco sentidos do corpo humano são ao mesmo tempo vias condutoras de informação ao cérebro e canais de captação de novas informações, as experiências sensoriais representam, desta maneira, formas de explorar este conhecimento produzido e codificado intelectualmente. Integrar esta concepção aos processos de mediação, como prática educativa, significa conceber a construção do patrimônio cultural passível de ressignificação, a partir das experiências individuais e coletivas dos indivíduos e suas memórias, no contexto sociocultural em que eles e o patrimônio se inserem. Os próximos relatos são demonstrações de trabalho educativo com a sensibilização de público nessa perspectiva, estimulando-o, por meio dos sentidos, a vivenciar e a interpretar o patrimônio de forma mais ampla.

EDUCAÇÃO PARA O PATRIMÔNIO CULTURAL E RESSOCIALIZAÇÃO DE APENADOS: A PARCERIA DO IEPHA-MG COM O PROJETO TUDO DE COR⁴

O projeto Tudo de Cor, criado pelas Tintas Coral com o objetivo de revitalizar fachadas de diferentes tipos de edificações, tornou-se parceiro da Secretaria de Estado de Administração Prisional/SEAP na ressocialização de pessoas em situação prisional, sendo incorporado pelo IEPHA-MG no processo de revitalização de fachadas de edificações tombadas que fazem parte do Circuito Liberdade.

Ao todo, 46 pessoas (30 homens e 16 mulheres), em regime fechado, semiaberto e albergados foram selecionadas pela SEAP para participar do projeto. Antes de executarem o trabalho proposto, os selecionados foram capacitados pelo IEPHA-MG, uma vez que os objetos da revitalização eram fachadas de prédios tombados pelo Instituto. Para isso, eles eram transportados de suas respectivas unidades prisionais ou albergues até o local das aulas todas as manhãs, e levados de volta à tarde, em um ônibus da Polícia Militar.

Desse modo, sob a responsabilidade do IEPHA-MG, as pessoas selecionadas foram agregadas aos trabalhos de pintura das fachadas das seguintes edificações: Museu Mineiro, Coreto da Praça da Liberdade (gradil e cobertura), Arquivo Público Mineiro, muros do Palácio da Liberdade e lixamento de janelas e paredes da antiga Secretaria de Viação e Obras Públicas, sede do IEPHA-MG.

O curso ocorreu entre os dias 3 e 21 de setembro de 2018 e seu programa foi elaborado e coordenado pelo então Diretor de Promoção do IEPHA-MG, Fernando Pimenta Marques, sendo a maior parte do conteúdo explanada pela equipe de servidores envolvida diretamente com o projeto Tudo de Cor. A maioria das atividades foi desenvolvida na sede do IEPHA-MG, na Praça da Liberdade. Durante o turno matutino eram ministradas aulas teóricas e práticas, e à tarde eram realizadas visitas aos equipamentos culturais que compõem o Circuito Liberdade, bem como a outros lugares adjacentes.

O programa do curso contou com uma carga horária de 91 horas, distribuídas em 4 jornadas/turnos semanais de aproximadamente 40 horas (de segunda a sexta-feira, das 8h às 16h30), na modalidade presencial. Composto de aulas teóricas, visitas técnicas, aulas práticas e atividades avaliativas.

Com o objetivo de apresentar o conjunto de edificações tombadas e de sensibilizar o grupo de participantes sobre questões inerentes ao patrimônio cultural, o curso teve como base metodológica a Educação para o Patrimônio Cultural, aliada a conceitos básicos de Conservação e Restauração e tecnologias da Engenharia Civil.

Assim, os alunos receberam informações sobre o IEPHA-MG (sua missão e sua atuação em relação ao patrimônio cultural), tombamento, conservação/preservação do patrimônio, técnicas construtivas tradicionais, preparação de superfícies, pintura e segurança do trabalho. Além disso, eles conheceram todo o entorno da Praça da Liberdade, que engloba uma série de museus, centros culturais e outros equipamentos de conhecimento e lazer, locais onde desempenharam o trabalho de pintura após o curso.

As aulas teórico-práticas que ficaram a cargo de Fernando Pimenta e da equipe da Gerência de Difusão e Educação para o Patrimônio Cultural/GDEPC, integraram o módulo denominado “Os desafios da preservação do Patrimônio” e seu lastro teórico, em grande medida, foi a chamada

4 - Resumo escrito por Antonia Cristina de Alencar Pires do “Relatório de Atividades do curso de capacitação do Projeto Tudo de Cor”, elaborado por Sabrina Soares Machado

“Metodologia das cinco peles”, elaborada pelo arquiteto e pintor austríaco Friedensreich Hundertwasser, a qual busca refletir sobre o sujeito e o patrimônio cultural.

Essa metodologia parte dos próprios dados pessoais do sujeito (nome, filiação, data de nascimento), passa pelo espelhamento desse sujeito em outros sujeitos e utiliza a figura da casa como o primeiro local de referências e trocas de experiências. Além da casa, considerada uma das “peles” do sujeito, são abordados também a escola, o bairro, o local de trabalho e, por fim, a cidade, o país e o planeta, como lugares em escala ampliada das trocas culturais entre as pessoas.

As discussões em torno desses dados objetivaram trabalhar noções de identidade, corporeidade, trocas culturais, referências, pertencimento, memória individual e coletiva, lugares de memória e cidadania, as quais funcionam como aporte para as discussões em torno do (re)conhecimento e apropriação do patrimônio cultural e de sua preservação/conservação.

Associados à “Metodologia das cinco peles”, outros recursos utilizados em Educação para o Patrimônio Cultural fizeram parte do curso: sensibilização musical, leitura de poemas e uso de artefatos visuais, como desenhos, cartões postais e fotografias. Esses recursos deram suporte ao desenvolvimento das aulas práticas previstas no referido programa. Entre essas práticas, foi composta pelos alunos uma canção coletiva, cujo tema era a casa, tocada no violão pelo servidor da GDEPC, Marco Aurélio Godoy, em vários ritmos (samba, rap, rock) com os quais os alunos se identificavam. Assim, de maneira lúdica, foi trabalhada a importância da casa como signo de identidade e de memória.

A ideia da casa como uma das “peles” do sujeito, além da canção, ensejou também a confecção de casinhas de papel pelos alunos. Em cada uma delas foi colada a fotografia de seu dono. Todas foram colocadas sobre uma mesa grande, formando uma maquete da cidade. Desse modo, foi introduzida a noção sobre um dos instrumentos de salvaguarda do patrimônio cultural edificado: o inventário. Os alunos foram orientados a preencher uma ficha de inventário, descrevendo os elementos que compunham as casas como cor e tamanho, por exemplo, e detalhando seu entorno, no qual eles haviam desenhado ruas, árvores e outros elementos que configuram a paisagem de uma cidade.

Com relação à escola, o bairro e o trabalho, foi solicitado ao grupo que narrassem memórias referentes a esses três espaços. O relatório de atividades do curso registra algumas dessas lembranças apontando, na maioria delas, lacunas e tristezas, revelando que, tanto a escola quanto o trabalho nem sempre representaram algo positivo ou contínuo na vida dos participantes. Alguns deles disseram não se lembrar desses lugares e outros mencionaram a participação no projeto Tudo de Cor como algo que já fazia parte de suas memórias do trabalho.

A cidade de papel, construída pelos alunos, foi fundamental para as discussões de como os sujeitos se relacionam com os espaços, quais são suas referências culturais, como essas referências mudam e se ressignificam com o passar do tempo, na mesma medida em que nós mesmos mudamos e transformamos nossa relação com o espaço e com nossos grupos sociais. Assim, os alunos compreenderam a importância do patrimônio cultural e o que ele representa para a sociedade.

Para encerrar o módulo “Os Desafios da Preservação do Patrimônio”, os servidores da GDEPC que trabalharam com o grupo durante todos os encontros - Marco Aurélio Godoy, Marta Auxiliadora Torres e Sabrina Soares Machado - ministraram uma dinâmica avaliativa, que conjugava imagens e textos. A turma foi dividida em dois grupos: um recebeu fichas contendo

imagens de edificações, folias, tijolos de adobe, pigmentos etc; o outro recebeu fichas contendo os conceitos correspondentes às imagens. O objetivo era juntar as fichas correlatas, isto é, a imagem e seu conceito (bem material, bem imaterial, material construtivo tradicional, e assim por diante). Os alunos conseguiram fazer as associações corretas, demonstrando que haviam assimilado satisfatoriamente o conteúdo desse módulo.

No módulo referente à conservação e restauração de edificações tombadas, o grupo de alunos recebeu noções sobre técnicas construtivas tradicionais. Nesta aula ministrada pelo servidor Fernando de Castro Veadó, da Gerência de Projetos e Obras do IEPHA-MG, foram apresentados materiais e técnicas utilizados na fabricação de tijolos, reboco e cobertura que eram utilizados nas antigas construções, sendo que muitas delas têm seu valor histórico e cultural reconhecidos por tombamento. Os alunos assistiram a um vídeo sobre o tema e, em seguida, conheceram amostras dos materiais mencionados no vídeo: alguns tipos de terra, tijolos de adobe, as formas onde são feitos esses tijolos, telhas de barro, e uma maquete de uma edificação em pau a pique. Segundo o relatório de atividades do curso, a aula foi bastante interativa, pois muitos alunos conheciam os materiais apresentados e revelaram ter morado em casas de pau a pique.

Ainda no campo da conservação e restauração de bens culturais, o grupo de alunos participou de aula teórica e prática sobre pigmentação para que entendesse a pintura das edificações tombadas. As aulas foram ministradas pela equipe da Gerência de Elementos Artísticos (GEA – IEPHA-MG). Houve a exibição de um vídeo sobre a composição das tintas, com foco nos pigmentos que compõem a cor, e as possíveis misturas para se obter determinadas tonalidades. Após assistirem ao vídeo, os alunos fizeram um exercício prático, utilizando papel cartão, pinceis e tinta guache. O objetivo da atividade era criar uma escala de cores com variações de tons. Além desse exercício, os alunos foram convidados a observar uma cartela de cores e depois preencher um círculo em branco, tentando repetir nele as cores observadas. O exercício foi muito bem recebido pela turma e os resultados foram avaliados como excelentes por Ana Carolina Rodrigues, Gerente da GEA à época.

Encerrando o módulo de aulas teórico-práticas sobre conservação e restauração, houve uma roda de conversa com Ramon Vieira, Chefe de Gabinete do IEPHA-MG, na época. Na conversa foram retomados os temas das aulas anteriores para que cada um expressasse o que aprendera sobre os temas abordados. Após a roda de conversa houve uma visita guiada pelo próprio Ramon Vieira a um prédio com tombamento municipal, localizado na Praça Sete (Centro de Belo Horizonte), que passava por restauro. O propósito da visita era que os alunos vissem in loco uma obra de restauração e suas especificidades.

Do módulo relativo às atividades profissionalizantes, constaram as aulas relacionadas à execução do trabalho de revitalização, que consistiram no aprendizado sobre preparação de superfícies e pintura, e de segurança do trabalho. Para as primeiras, instrutores das Tintas Coral ministraram aula teórica, na qual foram fornecidas informações sobre composição química das tintas, melhor forma de utilizá-las, além de técnicas de preparação de superfícies e pintura. Seguiu-se a aula prática, na qual os alunos lixaram e aplicaram tinta em alguns trechos de paredes do pátio interno do IEPHA-MG, que seria uma das edificações a serem revitalizadas. A atividade foi acompanhada pelos instrutores da Coral, da GDEPC e pela servidora Helena Alves, da Gerência de Projetos e Obras do IEPHA-MG.

Por sua vez, as aulas de segurança do trabalho ficaram sob a responsabilidade do SECONCI - Serviço Social da Indústria da Construção Civil (empresa especializada em formação de profissionais para trabalhar em obras) - também parceiro da SEAP e do projeto Tudo de Cor.

As aulas, que incluíam teoria e prática, foram ministradas na sede dessa empresa, que possui os equipamentos e instrumentos específicos. As avaliações dos alunos também foram feitas pelos professores do SECONCI e os resultados transmitidos aos servidores da GDEPC que faziam o acompanhamento do grupo. As implicações foram bastante satisfatórias e a turma foi considerada participativa e solidária entre si, requisitos importantes para o trabalho em canteiros de obras.

Por fim, conforme citado anteriormente, o curso incluiu um módulo destinado às visitas aos equipamentos do Circuito Liberdade. O objetivo das mesmas era fazer com que o grupo de alunos congesesse as edificações tombadas e seus acervos, coadunando as noções teóricas recebidas sobre o patrimônio cultural com suas diferentes formas. No turno da tarde, o grupo de alunos se deslocava até os equipamentos culturais, acompanhados por servidores da GDEPC e do próprio Circuito Liberdade. Geralmente, a turma era subdividida em grupos menores para que houvesse uma melhor fruição do local. As visitas começaram pela Gerência de Documentação e Informação do IEPHA-MG, onde os alunos conheceram itens dos acervos bibliográfico e documental, com destaque para os Processos de Tombamento Estadual, mencionados na aula inaugural do curso.

Nos dias seguintes, foram visitados o Museu Mineiro, o Arquivo Público Mineiro, a Casa Fiat de Cultura e a Capela do Palácio da Liberdade, o Memorial Minas Gerais Vale, o Museu das Minas e do Metal/MMM Gerdau, o Espaço do Conhecimento UFMG, o Centro de Arte Popular CEMIG/CAP, o Centro Cultural Banco do Brasil/CCBB e a Biblioteca Pública do Estado. Embora não congessem nenhum desses locais, demonstraram se identificar com aspectos ou itens dos acervos, (re)conhecendo-se neles.

O relatório de atividades do curso destaca, nesse sentido, a grande empatia com o acervo documental do Arquivo Público Mineiro, o acervo em braile da Biblioteca Pública do Estado e com os acervos museais do Memorial Minas Gerais Vale e do Centro de Arte Popular, bem como o acervo do Espaço do Conhecimento da UFMG. O mesmo relatório menciona, ainda, grande interesse dos alunos por algumas exposições em cartaz nos equipamentos. Tanto os servidores da GDEPC e do Circuito Liberdade, quanto as equipes dos educativos dos equipamentos culturais perceberam que vários conceitos como tombamento, bem material, bem imaterial, eram falados pelos alunos no momento das visitas, apontando, assim, que eles se apropriaram de tais conceitos.

O curso de capacitação foi encerrado com a entrega do documento de certificação atestando a aptidão de cada aluno para o trabalho de revitalização das fachadas dos prédios tombados. O documento foi entregue aos alunos por representantes da SEAP, com a presença do Coordenador do curso, Fernando Pimenta Marques, dos servidores da GDEPC, da Presidente do IEPHA-MG à época, Michele Arroyo, e de Assessores do Gabinete da Presidência do Instituto; estiveram presentes também familiares de alguns alunos. Após as falas dos próprios alunos e dos representantes da SEAP e do IEPHA-MG, foi exibido um vídeo produzido por Sabrina Soares Machado, o qual registra momentos das aulas e das visitas aos equipamentos do Circuito Liberdade. O relatório de atividades do curso descreve a entrega do documento como um momento de muita emoção, não somente dos alunos, mas de todos os envolvidos. Cabe explicar que as horas-aulas e horas trabalhadas na pintura das fachadas foram computadas no abatimento do tempo de reclusão previsto nas penas de cada aluno.

Com relação aos resultados alcançados, os relatores avaliaram que o projeto foi além do objetivo de capacitar um grupo de apenados para trabalhar na revitalização das edificações protegidas

e se tornou um instrumento de inclusão social e promoção humana, apontando, uma vez mais, que a educação, nomeadamente, a Educação para o Patrimônio Cultural, é uma aliada potente na diminuição das desigualdades sociais.

Equipe Técnica:

Fernando Pimenta Marques, Adriana Quirino de Oliveira, Marta Auxiliadora Torres Maria Inez Cândido, Marco Aurélio Godoy, Sabrina Soares Machado.

Unidades administrativas parceiras na estruturação do Projeto:

Presidência: Michele Abreu Arroyo,

Chefia de Gabinete: Ramon Vieira

Assessoria de Articulação e Parcerias Institucionais: Edilane Maria de Almeida Carneiro

Assessoria de Comunicação Social: Leandro Henrique Cardoso e Izabel Chumbinho

Gerência de Projetos e Obras: Fernando de Castro Veadó e Helena Alves

Gerência de Elementos Artísticos: Ana Carolina Rodrigues, Daniela Ayala, Flávia Alves e Thiago de Pinho

Gerência de Logística e Manutenção: Edwilson Martins e Efigênia Silva

Gerência de Modernização Institucional: Cleison Carvalho, Jurema Chagas e Júlio Lustosa

Círculo Liberdade IEPHA-MG: Maíra Freire, Luiza Paiva e Dario Giacomo Bassi



OFICINA EDUCAÇÃO PARA O PATRIMÔNIO CULTURAL EM DIFERENTES SUPORTES

Luzinete Assis de Jesus
Maria Inez Cândido
Sabrina Soares Machado

OFórum Mestres e Conselheiros é um evento multidisciplinar que promove discussões teóricas e práticas sobre o patrimônio cultural e os desafios de sua preservação. No ano de 2019, as discussões se desenrolaram em torno das reflexões sobre as diversas dimensões do patrimônio cultural. Uma das áreas temáticas do encontro, denominada “Formação para o Patrimônio: Educação Patrimonial”, contou com a contribuição da Gerência de Difusão e Educação para o Patrimônio Cultural/GDEPC do IEPHA-MG, que participou da programação com a oficina: “Educação para o Patrimônio Cultural em Diferentes Suportes”, compartilhando com o público participante conteúdos e práticas educativas.

A oficina em questão teve por objetivo a sensibilização dos participantes para as diversas possibilidades de trabalhos educativos a partir de vivências sensoriais em interface com a temática do patrimônio cultural. Propôs também a interlocução com os eixos temáticos e as áreas de desenvolvimento da Deliberação Normativa Nº. 020/2018 do Programa ICMS Patrimônio Cultural, (Quadros QIIIC e D). Com duração de 4 horas, a oficina foi realizada no dia 26 de junho de 2019, na Faculdade de Direito da UFMG (que sediou o Fórum) e teve como público-alvo gestores, agentes públicos, educadores, pesquisadores e interessados em geral.

O espaço da oficina foi ambientado com objetos representativos da cultura mineira, entre réplicas de artefatos museológicos cedidas pelo Museu do Ouro de Sabará, artesanatos de diferentes regiões do estado, instrumentos musicais afro, peças indígenas, utensílios da cozinha rústica e produtos da culinária típica. Para aromatização do ambiente, foram utilizados ingredientes como café, canela, cravo e outras especiarias locais. Como fundo musical, foi preparada uma playlist de músicas do Clube da Esquina para acompanhar os slides com imagens temáticas do patrimônio cultural, projetados no modo automático. Quanto à disposição das cadeiras, estas foram organizadas em formato de “u” para facilitar a horizontalidade e a harmonização do diálogo. À entrada da sala, juntamente com a lista de presença, foi colocado um cesto com mensagens de Frei Beto recortadas do texto “Ser Mineiro”, para recepção dos participantes.

Entre 13h30 e 14h15, realizou-se o acolhimento do público inscrito na oficina com a distribuição das mensagens de boas-vindas. Após esse momento, as mediadoras da GDEPC deram início às atividades, expondo os objetivos do encontro. Para conduzir as apresentações e envolver os participantes com a metodologia da oficina, foi proposta a dinâmica “A Chave do Patrimônio” que consiste em passar a chave (temática) ao grupo e solicitar que cada um se apresente rapidamente, informando nome e cargo (ou profissão), seguidos da frase “aqui está a chave do Patrimônio Cultural, que abre a cidade de (citar o município de origem), que tem como patrimônio cultural (citar um bem cultural do lugar com valor afetivo para o participante)” e em seguida passar a chave para quem estiver ao seu lado.

Após a dinâmica, realizou-se a atividade prática individual intitulada “Exercitando os Sentidos”. A ação foi dividida em três momentos como se apresentam a seguir:

Momento 1: ao som da música “Debaixo D’água” (da banda mineira Dibigode) e das orientações para mobilizar os sentidos, os participantes foram convidados a percorrerem o

espaço livremente e perceberem os elementos que estavam compondo o ambiente (exposição de objetos, fotografias, empório de produtos manufaturados). Após esse tempo, ao retornarem aos seus lugares, os participantes receberam uma folha individual contendo um Quadro-Roteiro para exploração dos sentidos, deixando-os livres para voltarem aos objetos que mais chamaram a sua atenção.

Para sintonizar os sentidos, os participantes, ao caminharem livremente, receberam as seguintes orientações:

- Caminhe calmamente pela sala, concentrando-se em sua respiração.
- Permaneça no presente. Não deixe a sua mente divagar.
- Sintonize-se com os seus sentidos. Sinta o ambiente construído ao seu redor e observe as possibilidades sensoriais que ele oferece.
- Atente-se à melodia das canções e descubra se elas remetem a momentos, fragmentos de sua história e vivência pessoal.
- Sinta o cheiro de cozinha e aprecie se ele “alimenta” suas emoções, sensações.
- Observe atentamente cada imagem ao seu redor, as suas variadas formas e cores; reflita se de algum modo isso se identifica com você.
- Identifique as diferentes texturas e formas presentes no ambiente e avalie como tudo isso ativa e interage com os seus sentidos, sentimentos e experiências de vida.
- Quando o tempo acabar, tente voltar devagar pelo mesmo caminho por onde andou, conservando este senso de harmonia e sintonização de todos os seus sentidos, refletindo como tudo dialoga com o patrimônio cultural.

Momento 2: esse momento foi dedicado à mediação das vivências sensoriais dos participantes na atividade anterior. De forma individualizada, eles experimentaram diversas sensações como ver, ouvir, tocar, cantar, cheirar, degustar, sentir, imaginar... Emocionar! O conjunto de sentimentos vivenciados pelos envolvidos resultou numa diversidade de experiências sensíveis propiciadas pelo contato com diferentes bens culturais, os quais aguçaram a afetividade e o encantamento com a ambientação que foi montada.

Momento 3: após discussões sobre as percepções e reflexões acerca de metodologias e possibilidades de trabalho por meio da exploração dos sentidos, deu-se início à segunda atividade, desta vez em grupo. Com base nas orientações das mediadoras, os participantes se dividiram em cinco grupos organizados de acordo com os eixos temáticos da Deliberação Normativa Nº. 020/2018 (História, Memória, Patrimônio Material, Patrimônio Imaterial, Identidade Coletiva) associados aos cinco sentidos (Visão, Audição, Olfato, Paladar e Tato), de acordo com o quadro abaixo.

Grupos	Tema gerador	Sentido	Suporte	Material disponibilizado
Grupo I	Patrimônio Material	Visão	Fotografia	Fotos impressas da Fazenda Boa Esperança e da E. E. Barão de Macaúbas.
Grupo II	Patrimônio Imaterial	Audição	Vídeo	Vinhetas do documentário Registro das Violas “o fazer e o tocar em Minas Gerais”. documentário Registro das Violas “o fazer e o tocar em Minas Gerais”.
Grupo III	História	Tato	Exposição museológica	Espaço ambientado com objetos culturais.
Grupo IV	Memória	Olfato	Empório mineiro	Espaço ambientado e aromatizado com produtos típicos da cultura mineira.
Grupo V	Identidade Coletiva	Paladar	Quitandas Mineiras	Espaço ambientado com demonstração e degustação de quitandas mineiras.

Todos os grupos receberam a orientação de elaborar uma ação de educação para o patrimônio Cultural e registrá-la numa folha de atividades, de acordo com o roteiro abaixo. Para isso receberam um kit de instruções e materiais de apoio (folha de orientações, materiais de suporte, folha de registro da atividade e ficha de avaliação), contando também com o suporte das mediadoras para o esclarecimento de dúvidas.

1. Título da ação (o quê?);
2. Público-alvo (para quem?);
3. Justificativa/relevância da atividade (por quê?);
4. Objetivos (para quê?);
5. Desenvolvimento/metodologia (como?);
6. Recursos Humanos envolvidos (quem?);
7. Duração (quando? Durante quanto tempo?);
8. Local (onde?);
9. Resultados (o que se pretende alcançar?).

Após a finalização do exercício, foi proposto um momento de diálogo com degustação dos produtos típicos para apresentação das atividades elaboradas pelos representantes de cada grupo. Assim os participantes puderam falar, de forma sucinta e descontraída, como se deu o processo de criação das ações sugeridas, discorrendo também sobre as motivações que levaram a estruturá-las tal qual foram apresentadas. A interação proporcionada pelo trabalho coletivo aqueceu os debates, que, por sua vez, enriqueceram as reflexões sobre as variadas possibilidades de valorização da ação educativa a partir da exploração dos sentidos.

Como proposta de encerramento da oficina, após as apresentações dos trabalhos elaborados pelos grupos, a equipe da GDEPC fez a mediação das mensagens de Frei Beto, retiradas do texto “Ser Mineiro”, que foram distribuídas durante o acolhimento. Em seguida, realizou-se um sorteio de publicações do IEPHA-MG, sendo solicitado aos participantes o preenchimento das folhas de avaliação ao final da atividade realizada.

Como recursos, foram utilizados os seguintes itens: sala com 30 cadeiras e 6 mesas; potes, vasilhames, talheres e copos descartáveis, palitos, guardanapos e toalhas de mesa e chitas; datashow, notebook, caixinha de som; flipchart e pincel para a apresentação dos grupos; canetas, lápis, borrachas e folhas A4.

Materiais didáticos/suportes de mediação: powerpoint de imagens de sensibilização; powerpoint com conceitos-chave relacionados ao patrimônio cultural: Patrimônio Material, Patrimônio Imaterial, História, Memória, Identidade e fotos de detalhes de edificações tombadas; mensagens extraídas do texto “Ser Mineiro”, de Frei Beto; playlist de músicas de artistas mineiros (Clube da Esquina, Dibigode); quadro-roteiro explorando os sentidos; folhas de instruções e de registro das atividades em grupo; videodocumentário Violas de Minas - vinheta Expressão (7 min.); objetos decorativos e utilitários que remetem à cultura mineira; produtos da culinária tradicional de Minas (queijo, geleias, pães, biscoitos, farinhas, temperos etc.), ingredientes e ervas aromáticas utilizadas na culinária mineira.

Quanto aos resultados alcançados, a maioria dos participantes considerou que a oficina foi ótima nos quesitos de conteúdo trabalhado, metodologia, materiais disponibilizados, ambiente e adequação do tempo ao conteúdo. Avaliaram que a prática permitiu sensações e trocas de ideias estimuladoras para o desenvolvimento de ações de Educação para o Patrimônio Cultural.

Ao final da oficina, os grupos de trabalho apresentaram 5 produtos, compreendendo propostas de Educação para o Patrimônio Cultural, explorando cada um dos cinco sentidos, conforme descrito a seguir:

- Visão: oficina de reconhecimento de bens culturais por meio de imagens fotográficas;
- Audição: Oficina de identificação de elementos sonoros da Congada por meio da construção dos instrumentos;
- Tato: Evento lúdico de culinária com as mãos, a partir dos saberes das quitandeiras locais;
- Olfato: Resgate de memórias por meio dos aromas da culinária local;
- Paladar: Valorização das tradições culinárias por meio da degustação de quitandas.

A oficina aqui relatada revelou-se, ainda, como um instrumento de difusão, pois seu registro fotográfico possibilitou que a experiência fosse apresentada no Curso de Gestão Municipal do Patrimônio Cultural, oferecido pelo IEPHA-MG, nos dias 24 e 25 de outubro de 2019, integrando o Módulo de Educação para o Patrimônio Cultural “Novas Metodologias e Práticas de Difusão”, como exemplo de metodologia de sensibilização.

Esta oficina também foi tema da abertura da 9ª Rodada Regional do Patrimônio Cultural, realizada no município de Conceição do Mato Dentro/MG, em 18 de julho de 2019, divulgada pelo IEPHA-MG em seu site e, posteriormente, adaptada para o 31º Festival do Folclore de Jequitibá/MG, ocorrido em setembro do mesmo ano, a convite da gestão municipal.

Com relação à avaliação da proposta da oficina, a experiência demonstrou que o potencial educativo da ação foi revelado de forma sensorial, ou seja, a partir da arte dos sentidos. Propomos aos participantes (em sua maioria gestores públicos ligados ao setor municipal de patrimônio) a realização de experiências sensíveis no contato com bens culturais (trabalhados por meio dos objetos e elementos sonoros, visuais, olfativos e degustativos que compuseram o ambiente de sensibilização). Apresentamos, também, uma estratégia metodológica para se trabalhar o conteúdo da proposta formativa de modo a explorar os bens culturais de maneira plural e integral, abrigando possibilidades e reflexões pessoais e coletivas acerca do tempo e do espaço social nos quais se processam essas relações de apropriação cultural.

Nesse sentido, as atividades individuais e coletivas colocaram à disposição do público um leque de possibilidades cognitivas e sensoriais que, além de despertar a criatividade e a imaginação na elaboração de novas ações educativas, despertaram para a identificação e o reconhecimento de temas que estão presentes no cotidiano das pessoas. Assim, mobilizando alternativas para a problematização e proposição de soluções mais ampliadas de valorização, salvaguarda e promoção dos bens culturais do patrimônio mineiro.

A metodologia também possibilitou que as memórias afetivas dos participantes fossem ativadas, abrindo espaço para novas narrativas, compreendendo que cultura é um processo dinâmico, que a história não se encerra no passado, que a memória é um elo entre gerações, que a identidade cultural é um processo de coletividade e que o patrimônio, ao assumir novos sentidos, é passível de ressignificação pelos grupos que o identificam e o vivenciam.

As ações elaboradas pelos grupos, em diferentes suportes, traduzem, além das emoções, o modus operandi em torno do saber e do fazer cultural como instrumentos de vivências educativas, de aprendizagens e de troca de conhecimentos, constituindo-se, ao mesmo tempo, em estratégias diferenciadas que podem ser integradas à prática educativa na abordagem do patrimônio cultural.

Equipe Técnica:

Luzinete Assis de Jesus, Adriana Quirino de Oliveira, Maria Inez Cândido, Sabrina Soares Machado, Isabella Lyra de Melo Franco.



RODA DE CONVERSA MEMÓRIAS LÁ DE CASA

Maria Inez Candido

Sabrina Soares Machado

Ação educativa aqui relatada aconteceu no distrito de Córregos, como parte da programação do “1º Festival de Inverno de Conceição do Mato Dentro - Patrimônio Cultural e Diversidade”, ocorrido em julho de 2019. Na oportunidade, foram atualizadas as informações sobre o andamento do projeto de revitalização das fachadas frontais e laterais do núcleo histórico de Córregos, tombado pelo IEPHA-MG.

A roda de conversa “Memórias lá de casa”, que aconteceu em 18 de julho de 2019, com duas horas de duração, teve por objetivo a sensibilização e o envolvimento dos moradores locais no projeto de revitalização das fachadas frontais e laterais do núcleo histórico de Córregos, bem como o estreitamento do diálogo entre o IEPHA-MG e a comunidade beneficiária (público alvo preferencial da ação).

A ação foi planejada com antecedência, a partir de contato da equipe do IEPHA-MG com lideranças da comunidade, formalizando o convite enviado por carta a cada morador do núcleo histórico. Com a proposta de realização no horário noturno, para possibilitar uma participação mais ampliada, o encontro foi confirmado para a noite de 18 de julho de 2019, na Casa de Biscoitos das Quitandeiras, a Associação Esperança de Córregos – ASEC⁵, com a adesão inicial de seis participantes.

Na roda de conversa, o grupo composto predominantemente por mulheres, revelou-se tímido a princípio, embora receptivo e atento às orientações. Após breves informes sobre o andamento da pintura das fachadas, os mediadores recordaram o encontro anterior com a Gerência de Difusão e Educação para o Patrimônio Cultural/GDEPC, ocorrido em novembro de 2018, considerado como a primeira atividade de sensibilização durante as obras de revitalização das fachadas. Depois da atualização das informações, iniciou-se a conversação, seguindo uma metodologia flexível, construída ao longo da ação, a partir das relações estabelecidas dentro do grupo.

Finalizadas as apresentações individuais, quando cada um teve também a oportunidade de falar um pouco de si, os mediadores solicitaram a cada morador que buscasse na “Caixa da Memória”, localizada no centro da roda, seu objeto de valor afetivo trazido de casa e ali depositado logo na chegada, revelando-o para todos e discorrendo sobre os motivos da sua escolha. Em seguida, foi solicitado que cada morador procurasse também na “Caixa da Memória” a fotografia correspondente à fachada da sua casa antes da pintura, em meio ao conjunto de fotos do núcleo histórico disponibilizado de forma aleatória no baú.

Depois de localizar a fotografia de sua casa, cada morador teve a oportunidade de revelar para o grupo um fato memorável, de valor afetivo, associado aos temas - casa, família, vizinhos - lembrados durante a vivência. No decorrer das falas protagonizadas pelos moradores e mediadas pela equipe do IEPHA-MG, o tema do Patrimônio Cultural fluiu naturalmente, estendendo-se ao cotidiano da vida de todos, como instrumento de cidadania e inclusão social.

Para finalizar a roda de conversa, os mediadores propuseram uma discussão mais geral sobre o patrimônio integral de Córregos, salientando a importância do seu legado para as futuras

5 - O endereço da Associação onde são fabricados os biscoitos, é rua Cônego Antônio Madureira nº. 61, distrito de Córregos, Conceição do Mato Dentro.

gerações. Em especial, foi destacada e valorizada a presença feminina no distrito, reconhecida como porta-voz e principal intérprete de uma oralidade responsável pela transmissão das memórias de família contidas nos modos de fazer da culinária local, enraizados por toda a comunidade (quitandas, doces, queijos etc.).

Como recursos e materiais didáticos/suportes de mediação foram utilizados os seguintes itens: caixa de madeira (para colocar as fotos e objetos); fotos coloridas das fachadas das casas antes da intervenção; ficha de registro da avaliação; caixa de memórias; objetos afetivos trazidos pelos próprios moradores.

Observou-se, em relação aos resultados alcançados, que os moradores puderam refletir sobre o papel de cada casa na composição daquele núcleo histórico e sobre a sua importância para a preservação da memória local. Puderam também discutir sobre as experiências cotidianas e constatar que os valores por eles atribuídos ao lugar estão intimamente ligados aos modos de ser de cada um e às trocas coletivas ali estabelecidas no dia a dia, envolvendo as relações de trabalho, os vínculos de afeto, as tradições, os costumes e os laços peculiares de identidade daquele território.

No que concerne à avaliação desta ação educativa, podemos afirmar que nas narrativas pessoais sobre a casa e as suas relações no contexto da comunidade local, cada morador falou, na realidade, de si, do seu universo de subjetividade e do seu próprio conceito de patrimônio associado ao cotidiano, vivenciando sentimento de solidariedade, pertencimento e responsabilidade social.

Equipe Técnica:

Luzinete Assis de Jesus, Adriana Quirino de Oliveira, Maria Inez Cândido, Sabrina Soares Machado, Isabella Lyra de Melo Franco, Antonia Cristina de Alencar Pires, Helena Alves, Luiz Henrique Bento.

OFICINA DE EDUCAÇÃO PARA O PATRIMÔNIO CULTURAL: O VÍDEO DAS VIOLAS COMO SUPORTE DE MEDIAÇÃO

Luzinete Assis de Jesus
Sabrina Soares Machado

As Rodadas do Patrimônio Cultural são encontros formativos realizados pela Diretoria de Promoção do IEPHA-MG, voltados para gestores municipais de patrimônio cultural, tendo por objetivo a orientação e o esclarecimento dos municípios mineiros sobre o Programa ICMS Patrimônio Cultural e Deliberação Normativa referente. Objetiva-se, ainda, com esses encontros contribuir para uma maior efetividade na gestão de bens culturais locais e promover a troca de experiências, por meio de ações formativas relacionadas ao patrimônio.

A Educação para o Patrimônio Cultural, imprescindível à preservação dos bens culturais, faz parte do conjunto de ações do referido Programa, sendo uma importante forma de capacitação de gestores municipais. Assim, a Rodada ocorrida em Belo Horizonte, em 26 de julho de 2019, teve como tema o Patrimônio Cultural, mobilizando trocas de experiências e ampliando possibilidades de Educação e Difusão, em oficina realizada pela Gerência de Difusão e Educação para o Patrimônio Cultural/GDEPC.

A documentação audiovisual, importante recurso no processo de registro de bens culturais de natureza imaterial, é também rico suporte educativo. Trata-se de uma linguagem que permite múltiplas percepções, pois constrói uma ponte entre a pessoa e o objeto, ligando-os por meio de deslocamento virtual no tempo e no espaço. Portanto, é possível por este recurso promover a integração do público com as dinâmicas das nossas manifestações culturais, no que tange a aspectos sensoriais, intelectuais, emocionais, éticos, estéticos e tecnológicos.

O IEPHA-MG tem produzido, sistematicamente, documentações audiovisuais⁶ acerca dos bens por ele reconhecidos como Patrimônio Cultural. Esta atividade prática busca, a partir do Videodocumentário Violas de Minas - Vinheta Expressão (7min), trocar experiências e ampliar-as, de forma a instrumentalizar e estimular os participantes para a elaboração de propostas de ações de educação para o patrimônio e difusão voltadas para os diferentes públicos e áreas de desenvolvimento estabelecidas na DN CONEP tendo a documentação audiovisual como suporte. O objetivo é que o público presente possa, face às suas manifestações culturais locais e suas mais diversas formas de expressão, pensar metodologias que aproveitem ao máximo as potencialidades da documentação audiovisual, seja para a Educação para o Patrimônio Cultural, seja para a difusão, como um meio de envolver mais a sua comunidade na preservação do seu patrimônio.

A “Oficina de Educação para o Patrimônio Cultural - O Vídeo das Violas como Suporte de Mediação” foi o tema de abertura da 9ª Rodada Regional do Patrimônio Cultural, realizada no dia 26 de julho de 2019, em Belo Horizonte, na sede do IEPHA-MG. A Rodada foi iniciada, de forma calorosa, com a apresentação das equipes que compõem a Diretoria de Promoção e dos gestores e agentes municipais presentes. Os momentos seguintes foram dedicados às falas iniciais que versaram sobre a proposta da programação, os objetivos do encontro e o plano de metas traçado pela gestão do Programa ICMS Patrimônio Cultural, conduzido pela Diretoria de Promoção.

6 - A Portaria Nº. 47, de 28 de novembro de 2008 dispõe sobre os procedimentos e normas internas de instrução dos processos de Registro de bens culturais de natureza imaterial ou intangível, no âmbito do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – IEPHA-MG

Após a realização dos esclarecimentos, a oficina foi iniciada com a exibição da vinheta do videodocumentário *Violas de Minas*, com intuito de sensibilizar os participantes e aguçar os sentidos por meio da imagem e do som. Durante sete minutos, o auditório mergulhou num profundo silêncio, sendo audíveis apenas as narrativas tocantes, experienciadas pelos protagonistas do vídeo, os detentores de bens culturais (fazedores e tocadores de violas). Ao final, a palavra foi aberta aos participantes para que comentassem sobre os seguintes aspectos: *O que acharam do vídeo? A manifestação existe no seu município? Já vivenciaram algum tipo de experiência retratada no videodocumentário? Já realizaram algum tipo de ação educativa e de difusão com detentores de bens imateriais registrados? Como a Educação para o Patrimônio Cultural pode lançar mão desse tipo de suporte para a mediação?*

A conversa foi mediada por ricos debates, proporcionando a troca de experiências educativas já realizadas nos diversos municípios presentes. De um modo geral, os participantes expuseram seu ponto de vista, relatando como a gestão municipal apoia as manifestações culturais registradas, executam planos de salvaguarda, realizam a difusão e financiam despesas de manutenção e recriação da prática cultural, através do FUMPAC. Com isso, as mediadoras da oficina mostraram como a Educação para o Patrimônio Cultural pode permear esse processo e se constituir como ferramenta potencial na valorização, reconhecimento e fortalecimento dos grupos locais.

Tecidos os comentários, foi realizada uma revisão de alguns elementos conceituais relacionados ao Patrimônio Cultural: História, Memória, Identidade Coletiva, Patrimônio Imaterial, Patrimônio Material e por fim Patrimônio Cultural. Feita a revisão, os participantes foram divididos em grupos, sendo entregue a cada um deles, o material de trabalho com o desafio de criar, a partir do que foi vivenciado até aquele momento, propostas de utilização de vídeos na Educação para o Patrimônio Cultural voltadas para públicos diversificados e em lugares pré-definidos, conforme a DN CONEP, explorando as possibilidades que esse tipo de suporte oferece.

Os grupos tiveram 45 minutos para discutir, criar a proposta educativa e sistematizá-la na folha de registro da atividade disponibilizada. Ao final, os grupos apresentaram as propostas elaboradas e comentaram o desafio da oficina, com resultados surpreendentes que demonstraram uma visão ampliada sobre o território, os contextos sociais presentes e suas manifestações culturais com novos sentidos a partir da metodologia proposta.

Para executar a ação, foi utilizado como recurso o videodocumentário *Violas de Minas - Vinheta Expressão* (7 min.) e os seguintes materiais didáticos/suportes de mediação: powerpoint com conceitos-chaves relacionados ao patrimônio cultural: patrimônio material, patrimônio imaterial, História, Memória, identidade coletiva, patrimônio cultural; ficha de registro da atividade; videodocumentário *Violas de Minas - Vinheta Expressão* (7 min.); caneta; flipchart e pincel para a apresentação para o grupo.

No que tange aos resultados alcançados pela ação, observou-se que os participantes compreenderam a importância tanto da documentação audiovisual como do seu uso nas ações educativas de valorização do patrimônio, desenvolvendo com criatividade propostas de utilização de vídeos de Educação para o Patrimônio Cultural e difusão voltadas para os diferentes públicos sugeridos.

Essa ação gerou, ao todo, sete propostas de educação para o patrimônio conforme descrito a seguir:

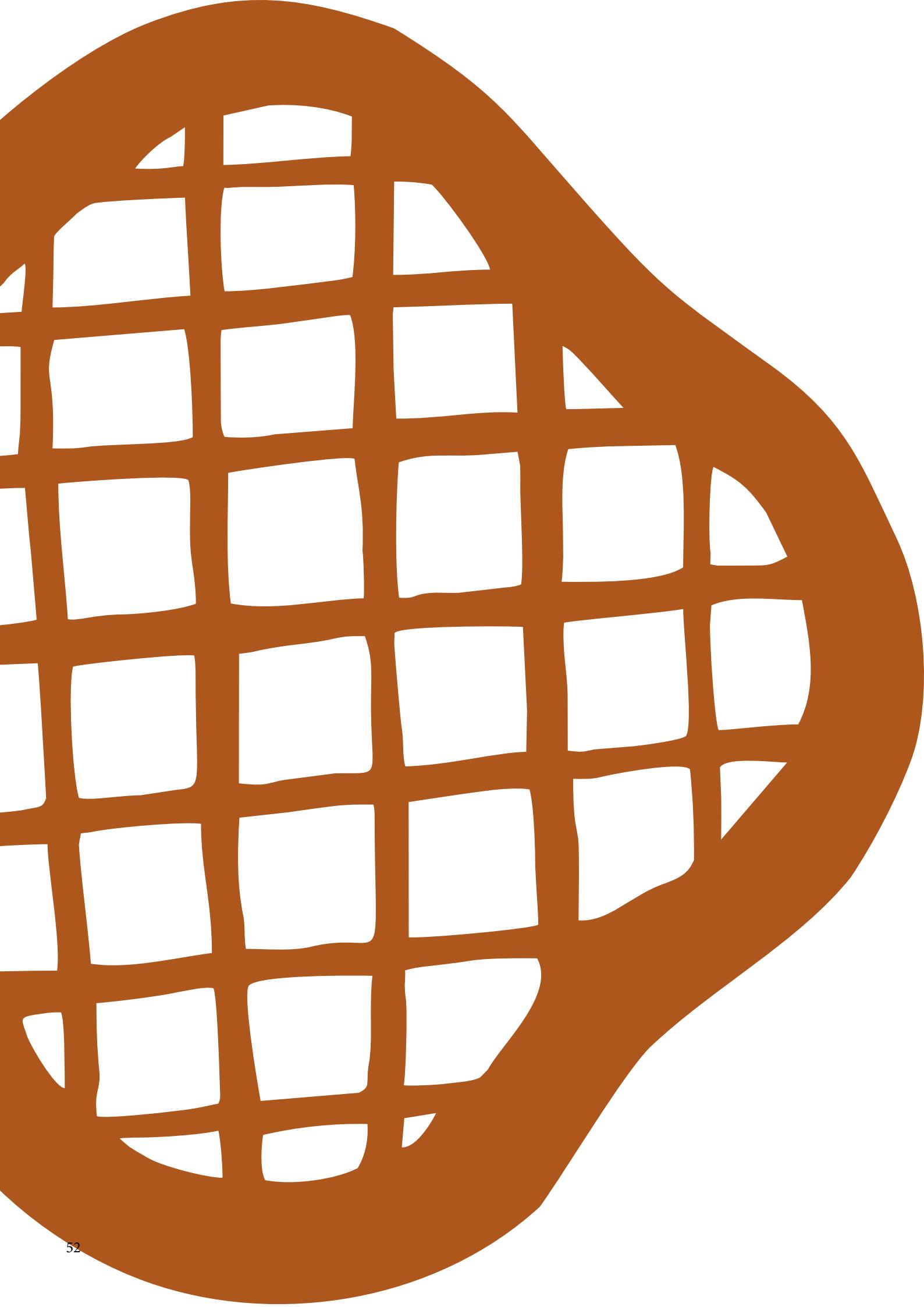
- Sensibilização de motoristas profissionais, para que tenham conhecimento do patrimônio cultural da cidade e o informem aos passageiros;

- Produção de vídeo por alunos do ensino médio sobre os locais de memória da cidade para que os mesmos conheçam e valorizem os bens culturais locais;
- Produção de um vídeo pela administração municipal durante a fase de obra de conservação e restauração de um bem cultural, contemplando entrevistas com a população de entorno para falar da relação dela com o bem cultural, a fim de resgatar o sentimento de pertencimento com o local;
- Produção de um vídeo de resgate da memória da população da terceira idade de uma comunidade quilombola feito por jovens, de forma a promover a troca entre as gerações por meio do resgate da memória;
- Produção de um vídeo pelo gestor público sobre a história de um casarão antigo, contemplando entrevista com toda a família para que a história das pessoas seja valorizada junto à história do imóvel;
- Produção de um vídeo pela administração municipal sobre a obra de um museu, contemplando entrevistas dos operários da obra, com vistas a difundir técnicas e saberes construtivos e a importância da conservação e restauro.

Avaliando-se essa experiência, concluiu-se que a metodologia proposta possibilitou que os participantes experimentassem processos criativos na elaboração de atividades coletivas, como produto final da oficina, reconhecendo as potencialidades existentes na documentação audiovisual. A sensibilização, por meio da vinhetas sobre as Violas de Minas, se revelou como fonte de inspiração na utilização de videodocumentários na Educação para o Patrimônio Cultural em seus municípios e, para além disso, passaram a enxergar diversas possibilidades de trabalho educativo como novos públicos e, ainda, criar vídeos de maneira interativa com a comunidade, como proposta integrada de educação e difusão.

Equipe técnica:

Luzinete Assis de Jesus, Adriana Quirino de Oliveira, Maria Inez Cândido, Sabrina Soares Machado, Isabella Lyra de Melo Franco.



OFICINA AROMAS E SABORES PARA CRIANÇAS

Luzinete Assis de Jesus
Maria Inez Cândido,
Sabrina Soares Machado

A oficina apresentada neste relato integrou a programação da Semana do Patrimônio 2019, promovida pelo IEPHA-MG, no período de 13 a 18 de agosto de 2019, nos equipamentos culturais do Circuito Liberdade, e que teve como tema “Cozinha e Cultura Alimentar”. A ação educativa, realizada em parceria com o Curso de Gastronomia do Centro Universitário UNA/Campus Liberdade, teve como finalidade proporcionar uma experiência sensorial ao público infantil, explorando elementos representativos da cozinha mineira.

Ao longo da história de Minas Gerais, a culinária foi um importante “tempero” na construção da nossa identidade cultural. Por isso, as comidas “típicas e tradicionais mineiras” representam imagens, histórias, memórias, afetos que nos marcam desde a infância. Não obstante, para estimular as crianças a compreenderem as origens dos nossos modos de vida e de nossas tradições, devemos considerar a brincadeira, aliada a estímulos sensoriais, como um instrumento de socialização e aprendizagem, promovendo reflexões que propiciem o conhecimento e reconhecimento da nossa cultura alimentar.

Assim, a oficina Aromas e Sabores, como uma ação educativa para crianças, objetivou explorar, promover e valorizar as tradições da cultura alimentar mineira, por meio de uma vivência sensorial lúdica em torno dos aromas e sabores. Voltada para crianças de 9 a 12 anos (público-alvo), com duração de 2 horas (das 10h às 12h), a oficina foi realizada no dia 15 de agosto de 2019, no Centro de Arte Popular CEMIG/CAP.

A ação teve início com calorosas boas-vindas aos participantes. De forma descontraída, as crianças foram direcionadas ao espaço da oficina, sentando-se ao redor de uma grande mesa. Os pais, por sua vez, foram conduzidos ao ambiente de projeção do documentário produzido pelo IEPHA-MG sobre os modos de fazer queijo artesanal da região do Serro/MG, intitulado “O quê do queijo”. Após as acomodações, foram realizadas as apresentações pessoais e, em seguida, ocorreu a fala das equipes do IEPHA-MG e da UNA⁷ para explicar aos pequenos, de uma forma lúdica, a proposta da oficina, seus objetivos e as orientações necessárias sobre as atividades a serem desenvolvidas por eles.

No primeiro momento, os mediadores propuseram um bate-papo com os pequenos, apresentando-lhes alguns utensílios representativos da cozinha mineira que estavam compondo o cenário da oficina. O contato com estes objetos, ativaram imediatamente as lembranças de momentos em família, especialmente recordações da casa dos avós, de férias na roça, pratos típicos preparados pela vovó, receitas de família, entre outras memórias.

No segundo momento, aconteceram as experimentações dos pratos típicos de Minas na mesa de refeição. Foram eles: broa de milho, pão de queijo, canjica, pé-de-moleque, geleia de jabuticaba e, à medida que as crianças degustavam, as histórias afloravam...

Assim, foi servido um prato por vez, em pequenas porções de degustação, com a orientação de que as crianças apreciassem o aroma e sabor de cada prato. Depois das experimentações, foram feitas algumas perguntas, para que elas pudessem tecer suas associações sobre a cultura alimentar e suas tradições, bem como perceber a culinária como um saber transmitido pelas

7 - O Curso de Gastronomia da UNA preparou os pratos típicos e auxiliou na execução da oficina, cedendo o professor do curso e 4 alunos.

relações pessoais, tais como: *Gostaram? Tem gosto de quê? De que vocês acham que é feito? O que tem dentro? Como que faz? Já comeram antes? Lembra algum lugar? Alguma pessoa? Quando a gente mais come dessa comida? Em qual data? Vocês sabem cozinhar? Aprenderam com quem? Em festas de aniversário, o que não pode faltar? No Natal, qual prato não pode faltar? E na Páscoa? Vocês sabem o que é uma comida típica? Vocês podem citar uma comida que seria típica da casa de vocês? Quem faz a comida na casa de vocês? Quem faz a comida mais gostosa?*

Problematizar estas questões foi importante para que pudessem relacionar o tradicional da culinária mineira, ao tradicional em suas casas, no seu dia a dia, fazendo com que as crianças identificassem as relações entre o individual e o coletivo.

Depois de experimentados todos os pratos, percebidos os aromas e sabores, as crianças foram divididas em grupos, para a nova ação: descobrirem os ingredientes dos pratos degustados, a partir de pesquisas sensoriais em uma mesa preparada apenas com os ingredientes dos pratos servidos. Cada grupo ficou responsável por um prato. Em seguida, os grupos foram convidados a se deslocarem até a mesa, para selecionar os ingredientes que achavam que faziam parte da receita do seu prato.

Terminado o tempo estipulado, cada grupo voltou à mesa principal, na qual pôde conferir a receita do prato disponibilizada no local. Nesse momento, com ajuda da equipe do Curso de Gastronomia da UNA, foram discutidas algumas curiosidades sobre o modo de preparo de cada prato típico, origens e histórias dos mesmos, em diálogo com as histórias dos pratos típicos das casas de cada um. As crianças puderam contar, também, algumas histórias relacionadas às suas próprias tradições e relações com a comida.

Ao final da oficina, as crianças receberam como lembrança dessa ação mini geleias de jabuticaba, cujo modo de fazer é patrimônio imaterial do município de Sabará/MG e um encarte contendo as receitas dos cinco pratos típicos trabalhados na oficina.

Para a execução da ação, foram utilizados como recursos e materiais didáticos/suportes de mediação os seguintes itens: espaço físico: sala com uma mesa de prova e cadeiras para o número de participantes, uma mesa de apoio para colocar os ingredientes; pratos típicos: broa de milho, pão de queijo, canjica, pé-de-moleque, geleia de jabuticaba; Ingredientes: açúcar, água, amendoim torrado e moído, amendoim torrado (inteiro), banha, canela em pau, coco ralado, cravo, farinha de trigo, fermento, fubá, jabuticaba, leite de coco, leite integral, manteiga, milho de canjica, ovo caipira, polvilho doce e azedo, queijo canastra curado, rapadura e sal; ambientação: objetos característicos das cozinhas do interior de Minas, além de coador de café, cestaria de palha, cumbuquinhas de barro, xícaras esmaltadas, colher de pau, tecidos (chitão) utilizados como toalhas de mesa; espaço reservado aos pais e responsáveis pelas crianças: notebook, datashow, videodocumentário IEPHA-MG “O quê do queijo”, projetado paralelamente ao desenvolvimento da oficina das crianças, na parte de entrada da sala, ambientada com cangas e almofadas para este fim; pratos típicos, seus ingredientes e as respectivas receitas.

Por meio da sistematização das fichas de avaliação, observou-se que com esta experiência as crianças puderam conhecer, reconhecer e experimentar cinco pratos típicos da culinária mineira e seus ingredientes, tecendo associações com suas memórias e histórias relacionadas à cultura alimentar. Ao compartilharem suas tradições individuais e coletivas, compreenderam as peculiaridades da cozinha mineira como elementos da identidade cultural do seu povo e como as comidas e seu modo de preparo identificam diferentes grupos culturais de outros lugares.

Em avaliação posterior, esta experiência demonstrou que explorar as memórias da infância por meio de uma prática educativa sensorial com o público infantil, significou para as equipes envolvidas – no seu planejamento, organização e realização –, uma experiência ímpar com resultados positivos imensuráveis. Foi notório o encantamento das crianças com a proposta e conteúdo da oficina, a partir da ativação de suas memórias em torno da cozinha mineira e das relações familiares que nela se processam. O trabalho conjunto entre o IEPHA-MG e o Curso de Gastronomia da UNA, foi uma ação estratégica que contribuiu significativamente para o sucesso dessa proposta, pois além de garantir a segurança alimentar dos pratos para degustação pelas crianças, possibilitou, de forma especial, a interação delas com o Chef e coordenador do curso, Edson Puiati e seus estagiários, dentro de uma metodologia educativa elaborada pela equipe técnica da Gerência de Difusão e Educação para o Patrimônio Cultural.

Por fim, tendo em vista sua difusão, a oficina contou com registro fotográfico e audiovisual. O produto final foi divulgado nas redes sociais do IEPHA-MG, dentro das ações da Semana do Patrimônio 2019.

Equipe Técnica:

Luzinete Assis de Jesus, Adriana Quirino de Oliveira, Maria Inez Candido, Sabrina Soares Machado, Isabella Lyra de Melo Franco.

Centro Universitário UNA/Curso de Gastronomia: Edson Wander Puiati

Hadassah Ester Gonçalves de Oliveira, Wessery Geraldo Zago, Ana Luísa Pacheco Solar Fernandes



INVENTÁRIOS PARTICIPATIVOS: USO DE MAPAS DE PERCEPÇÃO NA CONSTRUÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

Luís Gustavo Molinari Mundim

A oficina “Inventários Participativos: usos de mapas de percepção na construção do patrimônio cultural” trata-se de uma ação junto às comunidades, cujos objetivos são refletir sobre a construção do patrimônio cultural e abordar questões teóricas/práticas relacionadas aos processos participativos de pesquisa. Como resultado da oficina, são apresentados os chamados “mapas de percepção”, os quais são construídos pelos participantes com a finalidade de pensar sobre os diferentes significados e usos do patrimônio cultural.

A noção do que é patrimônio cultural mudou significativamente ao longo dos anos. De uma concepção mais restritiva e fechada, caminhou para processos mais participativos e abertos. Trata-se, portanto, de um conceito em contínuo processo de reflexão, fazendo-se necessário a participação social em sua construção, definição e gestão.

Um dos grandes desafios existentes na atualidade é o de construir em conjunto com as comunidades esse patrimônio. Uma estratégia adotada é a utilização dos mapas de percepção, ferramenta que trabalha com a percepção do ambiente, com a subjetividade do olhar e do sentir de indivíduos e de grupos (Andrews, 1996, p.24), e que é adaptada para identificar as referências culturais (Fonseca, 2008) e os valores identitários de determinados grupos ou comunidades.

Os mapas de percepção e seu processo de construção funcionam como um espaço para a grafia, para o desenho propriamente dito, no qual se representa a topofilia dos indivíduos, ou seja, suas relações com o ambiente vivido (Tuan, 2012). No mapa traçado é possível identificar objetos, espaços, pessoas, relações e, também, de forma mais específica, os caminhos percorridos, as edificações significantes, os lugares de encontros, as festas, os ritos, as celebrações, os mestres de saberes. Esses elementos relacionados às referências culturais dos envolvidos na elaboração do mapa permitem compreender a continuidade histórica dos bens culturais, suas transformações e, sobretudo, sua vivência pelas comunidades que os mantêm.

Os mapas de percepção, como instrumentos de mobilização social, podem contribuir para despertar uma consciência sobre os bens culturais, condição fundamental à sua proteção. Como fruto de uma construção negociada, torna-se ferramenta para o diálogo, para a aproximação e para o compartilhamento de valores culturais pelos diferentes autores que participam do processo de elaboração. Trata-se, portanto, do primeiro contato no sentido de construir um inventário participativo, componente essencial nos processos de planejamento e gestão do patrimônio cultural, com aplicações as mais variadas, desde planos de inventário, divulgação dos bens culturais, até ações educativas em escolas, para citar algumas delas.

A proposta da oficina “Inventários Participativos: usos de mapas de percepção na construção do patrimônio cultural” é apresentar a utilização desses mapas na construção do patrimônio cultural e discutir sobre o uso e a adaptação dessa ferramenta, a partir do mapa que será produzido pelos participantes da oficina e de casos concretos como o “Inventário Cultural do Rio São Francisco” (IEPHA-MG, 2015); as “Folias de Minas” (IEPHA-MG, 2016); o “Inventário Cultural das Comunidades de Chacrinha dos Pretos, Boa Morte (IEPHA-MG, 2017), e outros.

Com duração de 6 horas, a oficina se realizou em Nova Era/MG, no dia 19 de maio de 2018. Teve como público-alvo estudantes, professores, técnicos, representantes de grupos culturais, Conselho Municipal de Cultura, Conselho Municipal de Turismo, representantes da Paróquia,

representantes da Prefeitura, e o público em geral que participou do evento. O desenvolvimento da oficina ocorreu da forma relatada a seguir.

Em um primeiro momento foram feitas as apresentações dos participantes e foram explicados conceitos básicos relacionados ao patrimônio cultural, sua construção, suas referências e o papel dos mapas de percepção como instrumentos nesse processo. Em um segundo momento, mesclou-se os participantes em grupos e iniciou-se a reflexão e a discussão sobre quais eram os espaços, as práticas significativas de seu lugar, na cidade, na comunidade, no bairro, nas ruas, nas praças, nos trajetos.

Para auxiliar nesse processo, foram utilizados objetos ligados à memória e aos afetos dos participantes, como fotografias e sons. Também foram usadas categorias que ajudam a pensar a relação dos indivíduos com o ambiente, com a paisagem e com o patrimônio cultural. Foram utilizados papel e caneta para desenhar e escrever as referências culturais coletivas. No terceiro e último momento da oficina, foram apresentados os trabalhos dos grupos e discutidos os resultados. Como recursos técnicos, foram utilizados notebook, datashow, quadro branco, papel Kraft ou cartolina e pinceis atômicos de cores variadas.

Ao final da oficina, observou-se os seguintes resultados: os participantes tiveram a oportunidade de trabalhar em equipe, desenvolvendo a percepção e discutindo o patrimônio cultural ao seu redor; os integrantes conseguiram perceber os pontos de contato e interação com os demais participantes; o mapa construído com as referências culturais comuns aos participantes auxiliará, entre outras ações, na elaboração de um plano de inventário e de ações relacionadas à Educação para o Patrimônio Cultural, além de promover uma aproximação entre os envolvidos em tais ações.

Avaliando os resultados da atividade, consideramos que eles são surpreendentes. A proposta se realiza como uma forma de aproximação entre o poder público e a sociedade civil. Convém salientar que esse tipo de oficina já foi replicado diversas vezes pela equipe técnica do IEPHA-MG, ou por terceiros que se tornam multiplicadores dessa metodologia.

Equipe Técnica:

Luís Gustavo Molinari Mundim

A EXPERIÊNCIA DO “FÓRUM DE ESCUTA PARA SALVAGUARDA DAS FOLIAS”

Débora Raiza C. R. Silva
Guilherme Eugênio Moreira
Laura Moura Martins
Mariana Loures Morais

O patrimônio cultural imaterial manifesta-se, entre outras formas, por meio dos saberes, ofícios, modos de fazer, celebrações, formas de expressão, lugares e representações que grupos e comunidades reconhecem como parte integrante da sua identidade e memória. Esse patrimônio, que se transmite de geração em geração, via de regra, por meio da percepção ou da oralidade, é constantemente recriado pelos seus detentores, gerando a continuidade das tradições em nossa cultura.

Quando reconhecidos por meio do instrumento do Registro⁸, os bens de natureza imaterial passam a ser alvo de medidas de proteção que, em geral, são sistematizadas em um instrumento chamado “Plano de Salvaguarda”. Essa ferramenta de gestão consiste na elaboração compartilhada de ações que visam a manutenção dos bens culturais ao longo do tempo e a definição de prazos para sua execução. Os Planos devem ser periodicamente revistos, para que possam dar conta da natureza dinâmica dos bens culturais imateriais e de gerar autonomia e sustentabilidade para seus detentores.

No âmbito da salvaguarda de bens culturais registrados como Patrimônio Cultural Imaterial do estado de Minas Gerais, o IEPHA-MG vem aplicando e desenvolvendo distintas metodologias para possibilitar a escuta dos detentores e consolidar ações de salvaguarda que estejam em diálogo com as demandas dos grupos. É nesse contexto que se insere o “Fórum de Escuta para Salvaguarda das Folias de Minas Gerais”, experiência que abordaremos neste texto.

As Folias⁹ foram registradas como patrimônio cultural imaterial pelo Conselho Estadual de Patrimônio Cultural de Minas Gerais (CONEP), em 6 de janeiro de 2017. Naquele momento, para a produção do estudo que subsidiou o parecer e a votação do Conselho, a Gerência de Patrimônio Cultural Imaterial¹⁰ do IEPHA-MG disponibilizou um cadastro online, com o objetivo de mapear e conhecer os grupos de Folia presentes no estado.

No momento do registro, estavam cadastrados cerca de 1.200 grupos, sendo que atualmente há mais de 1.800¹¹. A partir dos dados obtidos no cadastro, das pesquisas realizadas ao longo do ano de 2016 e dos momentos de escuta feitos com foliões e gestores locais nos municípios de Arceburgo, João Pinheiro, Paracatu, São Francisco, Uberaba e Uberlândia, foi elaborado um

8 - A Constituição Federal de 1988, em seus artigos 215 e 216, reconhece a existência de bens culturais imateriais e a necessidade de sua proteção. O Decreto Federal Nº. 3.551, de 04 de agosto de 2000, institui o Registro como instrumento de proteção para os bens culturais de natureza imaterial. Em nível estadual, o Decreto Nº. 42.505, de 15 de abril de 2002, institui o instrumento para os patrimônios culturais imateriais de Minas Gerais.

9 - A Folia é uma das práticas culturais mais antigas e difundidas no estado de Minas Gerais. Associada ao catolicismo popular, geralmente é formada por mestres, cantadores, tocadores, bandeireiros e dançadores que realizam jornadas de visitações às casas de devotos cumprindo promessas e recolhendo donativos para variados fins. Em Minas Gerais, os grupos de Folias são também conhecidos como Ternos, Companhias, Caravanas, Charolas, entre outras denominações.

10 - A Gerência de Patrimônio Cultural Imaterial (GPCI) compõe a Diretoria de Proteção e Memória (DPM) do IEPHA-MG e é a responsável por estudar e promover os bens culturais de natureza imaterial no estado.

11 - A plataforma continua disponível no site do IEPHA-MG para cadastro das Folias do estado e seu monitoramento constitui uma das atividades da GPCI.

Plano de Salvaguarda inicial. Essa versão preliminar, presente no Dossiê de Registro, aponta as principais reivindicações dos grupos de Folias, mas necessita de aprofundamentos.

Assim, com o objetivo de validar as ações identificadas e de pensar conjuntamente propostas mais eficazes para a salvaguarda do bem cultural, foi realizado no dia 14 de setembro de 2019 um “Fórum de Escuta para a Salvaguarda das Folias”. O Fórum executado pela Gerência de Patrimônio Cultural Imaterial do IEPHA-MG, em parceria com a Prefeitura de Mutum/MG, ocorreu durante o “VI Encontro de Folias e Charolas de São Sebastião”, evento anual promovido pela Secretaria Municipal de Cultura de Mutum/MG, em parceria com os foliões e charolistas do município.

Na programação do encontro, com duração de 2 dias, foi destinado à GPCI um período de cerca de 4 horas para a realização de uma atividade com os foliões presentes. O encontro contou com a participação de Folias de diversas cidades do estado: Mendes Pimentel, Muriaé, Mutum, Nanuque, Prudente de Moraes, Salto da Divisa, Taiobeiras, Tocantins e Várzea da Palma, cada uma com cerca de 20 pessoas.

A atividade teve início com a apresentação, por parte da equipe técnica do IEPHA-MG, do processo de registro das Folias de Minas como Patrimônio Cultural Imaterial do estado de Minas Gerais, esclarecendo sobre a pesquisa e sobre as possibilidades abertas pelo seu reconhecimento. Na sequência, a atividade do fórum foi proposta aos participantes. A ação iniciou-se com a solicitação de 3 representantes de cada grupo da Folia para participarem, pois havia um grande número de foliões e somente 4 técnicos para acompanhar os grupos.

Os participantes foram então divididos em quatro grupos, com 15 pessoas cada, de forma que os integrantes das diferentes Folias se misturassem, apresentando variedade em sua composição. Prestou-se atenção para que os grupos possuíssem diversidade em relação à geração, gênero e cidade de origem, de forma que fossem compostos por mulheres e homens, idosos, adultos, jovens e crianças.

Cada um dos grupos formados se organizou em torno de uma mesa redonda e teve como mediador um técnico do IEPHA-MG. Nas mesas, estava disposto o material de trabalho necessário para a ação. Este material consistia em: 30 fichas de papel Kraft (tamanho 12 cm x 22 cm), pincéis atômicos de cores variadas e uma folha de papel sulfite A3.

De início, os mediadores de cada grupo solicitaram que os integrantes se apresentassem, informando o grupo de Folia ao qual pertenciam e sua cidade. Após esse primeiro momento, os técnicos do IEPHA-MG estimularam o debate entre os detentores, a fim de obter um quadro geral de suas histórias e especificidades, bem como traçar um panorama da situação atual em que se encontravam.

Em seguida, os mediadores estimularam os participantes a elencar os fatores que dificultavam e os que favoreciam a continuidade de suas Folias/Charolas. Os apontamentos foram escritos¹² com os pincéis nas fichas de papel.

Estas, por sua vez, eram dispostas sobre a mesa de acordo com as categorias: “Dificuldades” e “Fortalezas”. Na medida em que as fichas eram escritas, os mediadores dispunham-nas sobre as mesas. A disposição seguia o critério de agrupar as demandas que tinham relação entre si como,

12 - Os registros nas fichas foram feitos pelos próprios charolistas e foliões, ou pelos mediadores quando necessário.

por exemplo, locomoção para visitação e transporte para encontros. As fichas com as dificuldades e as facilidades foram distribuídas por temas como: relação com a prefeitura, investimentos, valorização, transporte, aquisição de uniformes e instrumentos musicais, entre outros.

Após esse momento, aconteceu o debate para a elaboração das proposições para a salvaguarda das Folias, tomando como ponto de partida o panorama que havia se formado através do levantamento anterior. Esse momento também foi facilitado pelos mediadores, que fizeram alguns questionamentos no sentido de qualificar as propostas que eram apresentadas de forma muito genérica.

Em um dos grupos, por exemplo, os participantes apontaram como dificuldade a pequena participação dos jovens e a desvalorização dos mestres. Por outro lado, como ponto forte, foi apontada a existência e o grande conhecimento desses mestres. Assim, levando em consideração tais apontamentos, o grupo propôs a articulação para que os mestres ministrassem oficinas em escolas e em outros espaços não formais de ensino. As folhas de papel A3 serviram para listar as proposições que foram indicadas pelos detentores em conjunto com os mediadores de cada grupo.

Como maneira de ampliar os diálogos entre todos os grupos e de validar as proposições, o encerramento da atividade consistiu na apresentação das propostas para todos os participantes. Esse momento foi importante para que os que estiveram no Fórum conhecessem as sugestões uns dos outros e discutissem suas diferentes realidades.

Nesse momento, de escuta e fala, surgiram muitas dúvidas em relação ao tema da salvaguarda. Diante disso, os técnicos do IEPHA-MG que faziam a mediação, utilizaram a ocasião para esclarecer questões relativas à política de patrimônio cultural no estado, a exemplo do Programa ICMS Patrimônio Cultural¹³.

A realização do fórum representou um momento de aproximação entre o IEPHA-MG e os foliões. Pensando na salvaguarda das Folias, a ação foi uma oportunidade de informar sobre o próprio processo de registro e salvaguarda e esclarecer dúvidas em relação ao funcionamento da política de patrimônio imaterial, suas possibilidades e limites como via de acesso a direitos para aqueles grupos. Além disso, a equipe aproveitou o espaço para realizar uma devolutiva à comunidade, por meio da distribuição de exemplares da edição dos Cadernos do Patrimônio sobre as Folias de Minas Gerais. Essa publicação do IEPHA-MG apresenta os resultados do processo de registro e objetiva contribuir na promoção dos bens culturais protegidos. Acredita-se que o acesso dos foliões a esse material funciona como ação de valorização e de difusão da informação em diferentes regiões.

Percebemos, também, que a reunião de grupos de Folia de distintas regiões do estado e a composição diversa dos grupos durante a dinâmica promoveu o intercâmbio de experiências e o estreitamento de laços entre foliões. Ouvir as realidades locais uns dos outros fomentou a identificação de demandas, bem como as trocas de possibilidades de ação para a proposição de medidas de salvaguarda. Ao mesmo tempo, essa diversidade regional contribuiu para aprimorar a compreensão da Instituição a respeito de seu objeto de atuação, ao encontrar Folias de localidades que até então não haviam sido alcançadas pelo IEPHA-MG. A percepção das singularidades que envolvem cada Folia, advinda dos encontros entre técnicos/as e detentores, permitiu à instituição desenvolver um olhar mais atento e plural, de maneira a contemplar as diversidades que envolvem o bem cultural protegido.

13 - Programa de incentivo à preservação do patrimônio cultural do Estado, por meio de repasse de recursos para os municípios que preservam seu patrimônio e suas referências culturais através de políticas públicas relevantes.

Um resultado interessante do Fórum foi o incentivo à gestão participativa do patrimônio cultural, pois sua realização trouxe os foliões para a mesa de discussão, onde puderam expor suas demandas e necessidades ao poder público. Essa escuta favoreceu, ainda, a sistematização de medidas mais integradas às realidades dos grupos, permitindo a apreensão de novas demandas e a compreensão das ações, por meio de áreas temáticas. Ao longo dos anos, o IEPHA-MG criou uma categorização para agrupar as diretrizes e estratégias para ações de salvaguarda em quatro grandes eixos. São eles: Transmissão da Tradição e Valorização; Gestão Participativa e Sustentabilidade; Apoio e Fomento e Promoção e Difusão. As propostas construídas pelos grupos durante o Fórum de escuta foram alocadas nesses quatro eixos em uma sistematização posterior da GPCI, no sentido de organizar a atuação do Instituto para cada uma das áreas temáticas apontadas pelos grupos na atividade.

Assim, consideramos que o processo de realização do “Fórum de Escuta” nos permitiu dar um passo na direção de um importante objetivo da salvaguarda dos bens culturais, que diz respeito ao envolvimento dos detentores e à apropriação dos instrumentos da política por sua parte, de modo a incentivar a autonomia dos grupos na condução dos processos de gestão do patrimônio cultural.

Finalmente, pode-se entender que a realização do Fórum fortaleceu os canais de comunicação entre o IEPHA-MG e os foliões, estreitou laços e deixou as portas do Instituto abertas para o recebimento de suas demandas. Desde a realização da atividade, 2 foliões visitaram a sede da Instituição para conhecê-la, narrar as repercuções do Fórum e falar sobre a organização do encontro de Folias e Charolas do próximo ano. Além disso, o representante do poder público de um dos municípios presentes solicitou ao IEPHA-MG parceria para a realização do Fórum em sua cidade.

Desse modo, diante dos resultados obtidos, concluímos que a escuta sensível, que dá ouvido a grupos que foram historicamente marginalizados dos processos de gestão do patrimônio cultural, promove resultados positivos para a salvaguarda dos bens culturais. Entendemos, portanto, que a promoção desses espaços participativos se mostra eficaz na condução de processos de salvaguarda mais integrados, efetivos e, sobretudo, afetivos.

Equipe Técnica:

Débora Raiza C. R. Silva, Guilherme Eugênio Moreira, Laura Moura Martins, Mariana Loures Morais.

A APPA: O LOCAL DO ENCONTRO DE IDEIAS E PESSOAS COM A CULTURA E A EDUCAÇÃO PARA PROMOVER AS ARTES E A CIDADANIA

A história da APPA-Arte e Cultura começa em 1993 com a criação da Associação dos Patronos do Palácio das Artes (APPA), para suprir demandas desse que é o maior centro de produção, formação e difusão cultural de Minas Gerais. Ao expandir parcerias, a entidade se qualificou como OSCIP Federal, produziu o projeto da Arte Italiana do MASP, seguida da implantação da Casa FIAT de Cultura, e dos Festivais de Arte Negra (FAN), Internacional de Teatro (FIT) e Internacional de Quadrinhos (FIQ), com a Prefeitura de Belo Horizonte.

Assim, criada com foco em projetos artístico-culturais, a APPA teve sua atuação ampliada para a área de educação há quase 10 anos. Isso ocorreu a partir de iniciativas como as desenvolvidas na Fundação Clóvis Salgado e seu Centro de Formação Artística, as oficinas e os cursos ofertados nos Festivais que realizou, as ações junto à BHTrans, para a sensibilização de educação no trânsito, e o projeto de conferências “Mutações”, com foco em estudos filosóficos. Sua atuação em espaços museais iniciou-se com a revitalização do programa educativo do Centro de Memória da AngloGold Ashanti, que permanece nosso parceiro. Todas elas foram fundamentais ao comprovar a relevância de que a cultura e a educação caminhem juntas para alcançar a inclusão cultural e a cidadania, razões para a existência dessa entidade. E o êxito dessa ampliação tem ido muito além da nossa Belo Horizonte.

Em 2018, a OSCIP manteve parceria com o IEPHA-MG para o desenvolvimento e implantação das iniciativas adotadas nos espaços museais do Palácio da Liberdade, no Circuito Liberdade/BH, e da Fazenda Boa Esperança, em Belo Vale. Para tal, buscou-se profissionais com uma visão multidisciplinar, formação acadêmica de áreas relevantes para pensar o patrimônio, a inclusão, a inovação do ensino formal e não-formal. Nossa time de gestores, auxiliares e estagiários passam por uma ambientação que os permite não só conhecer peculiaridades do projeto, mas das demais atividades da APPA. Realizam visitas frequentes a outros espaços de cultura e participam de formações diversas para seu aprimoramento constante.

Somado a isso, temos terceirizados da área de segurança, serviços gerais e recepção que também realizam treinamentos, associados à frequentes análises de seus processos e dinâmicas de trabalho. Seu trabalho também é norteado por indicadores qualitativos e quantitativos extraídos de nossos modelos de avaliação de resultados. Sua concepção e aplicação deve ser sempre aprimorada, inclusive para contribuir para a sensibilização sobre a importância da economia criativa no desenvolvimento socioeconômico da cidade, de Minas Gerais e do Brasil.

Neste caderno apresentamos o resultado de nosso trabalho em parceria com o IEPHA-MG, por meio da descrição de duas ações educativas que foram realizadas. Esses relatos traçam um breve detalhamento do modelo educativo dialógico e crítico que temos disseminado para a valorização do patrimônio, de forma transversal ao currículo escolar. Um convite inicial para educadores(as) refletirem sobre suas práticas. Já para estudantes e o público espontâneo, uma oportunidade para experienciar uma visita a esses locais de forma mais questionadora, distinta da visita guiada e apenas contemplativa.

Desde sua abertura ao público, em dezembro de 2018, o Palácio da Liberdade recebeu a visita de milhares de pessoas, inclusive visitantes de diversos países. Em relação às visitas educativas, iniciadas em março de 2019, o alcance foi de quase uma centena de escolas de 11 municípios do entorno de Belo Horizonte. Já na Fazenda Boa Esperança, localizada na área rural da região central do Estado, obtivemos centenas de visitantes, sendo cerca de 100 educadores de Belo

Vale e região, que realizaram o “Encontro com Educadores”.

Dados esses que, aliados às pesquisas qualitativas junto ao público atendido, tem perpetuado o fato da APPA ter se tornado referência no Estado quando empresas privadas, governos municipais e estadual buscam parceiros em projetos desta natureza, seja para atividades culturais pontuais, de requalificação de equipamentos, ou planejamento estruturado para gestão permanente. Em 2019 alcançamos cerca de 270 ações para mais de 700 mil pessoas diretamente beneficiadas, o reflexo de nossa ampla experiência em gestão de recursos públicos e privados. Cabe salientar que o IEPHA-MG propôs à nossas equipes a participação em um projeto desafiador. Tanto por instigar o protagonismo de educadores(as) em espaços não formais de aprendizagem, como a lançar um olhar mais crítico para o patrimônio em locais tão simbólicos para nós, mineiros e brasileiros.

MULHERES EM DESTAQUE: O LUGAR DA MULHER É ONDE ELA QUISER

Esther Oliveira
Marianne Braga
Marden Ferreira
Izabel Freitas

A ação educativa aqui descrita, uma roda de conversa e produção textual realizada com alunos(as) do 9º ano do Ensino Fundamental da Escola Municipal Vereador Jésu Milton dos Santos, foi proposta pelas autoras deste texto, para dialogar especificamente com a abordagem temática escolhida pela professora responsável pela mediação da visita. Nesse tipo de atividade, todos os(as) professores(as) que participavam do Programa Educativo do Palácio da Liberdade passavam pelo “Encontro com Educadores: ampliando repertórios culturais”. O Encontro acontecia em duas etapas, as quais serão detalhadas a seguir.

A primeira etapa ocorria no auditório do IEPHA-MG. Nela, educadores e educadoras eram sensibilizados(as) para as temáticas do patrimônio, refletindo sobre memória, esquecimento, identidade, subjetividade e cidade. As dinâmicas vivenciadas nessa etapa permitiam uma troca intensa de saberes e visões de mundo que, além de contribuírem para uma ampliação conjunta de repertórios culturais, podiam, facilmente, ser multiplicadas no âmbito da educação formal, tendo em vista a transversalidade dos conteúdos e os diversos contextos e experiências culturais que tanto estudantes, quanto professores trazem consigo.

A segunda etapa acontecia no Palácio da Liberdade. Nessa etapa, o foco era a prática da mediação, a ambientação dos espaços e o percurso da visita escolar, já que os próprios(as) educadores(as) eram responsáveis por mediar a visita com suas turmas. Todo esse percurso se baseia nos eixos de leitura propostos no material educativo, entregue na primeira etapa do encontro.

O material propõe cinco eixos de leitura e mediação para o Palácio da Liberdade: “O Palácio como Casa: formas e jeitos de morar”; “O Palácio como espaço público: transformações do espaço urbano”, “O Palácio como espaço simbólico: representações da liberdade”, “O Palácio como lugar de trabalho: trabalhadores da nova capital e do Palácio” e “O Palácio como espaço museal: os objetos e suas histórias”. O eixo e a proposta escolhida pelos(as) professores(as) podem ser aprofundados na visita, com o desenvolvimento de ações educativas que corroboram uma interpretação mais aguçada do patrimônio.

Para cada um desses eixos, havia sugestão de imagens, conteúdos, percursos e perguntas geradoras que poderiam ser trabalhados na pré-visita, durante a visita e no pós-visita, de forma interdisciplinar e transdisciplinar. Existia, ainda, a possibilidade de sugestão de outros eixos, ou conteúdos temáticos, pelos(as) próprios(as) professores(as), visando a um maior estreitamento entre espaço formal e não formal de educação. A variada gama de conteúdos propostos potencializa a possibilidade de significação desse bem cultural, tanto em escala local, quanto nacional e global.

A educadora responsável pela visita da escola que participou da oficina optou pelo eixo de leitura “O Palácio como Casa” para, a partir dele, promover uma reflexão sobre o papel social da mulher na sociedade brasileira, em diferentes contextos, desde fins do século XIX até os

dias atuais. As questões abordadas, tanto na mediação da professora, quanto na ação educativa desenhada para dialogar com a proposta, passaram pela interseccionalidade das relações entre gênero, classe e etnia.

A ação ocorreu no dia 28 de agosto de 2019, durante 40m, no torreão do Palácio da Liberdade. Foi apresentada aos estudantes a música “Mulher não manda em homem”, do grupo musical Vou para o Sereno. Após a escuta atenta, os(as) estudantes foram orientados(as) a se dividirem em grupos para que juntos reescrevessem a canção ou criassem uma resposta para ela. A criação foi fundamentada na discussão prévia sobre como o machismo e o patriarcado estão presentes na letra e, para além disso, como tais pensamentos não refletem ou não deveriam refletir o momento atual.

Para o desenvolvimento da ação, foram utilizados lápis, folhas brancas, pranchetas e borracha. Os(as) estudantes utilizaram como materiais didáticos/suportes de mediação música em mp3 e a letra da música “Mulher não manda em homem”, do grupo Vou para o Sereno (que pode ser lida no final deste texto)¹⁴. Assinalamos como resultados alcançados, a participação ativa dos(as) estudantes na ação educativa, assumindo protagonismos, exercitando a escuta e a reflexão crítica.

Em relação à difusão, isto é, ao momento pós oficina, a visitação ao Palácio da Liberdade

14 - Letra da música “Mulher não manda em homem”

Grupo de pagode: Vou para o Sereno

Agora que eu não vou
Pra casa descansar
Mulher não manda em homem
E você quer me mandar
Com tanta roupa suja em casa
Você vive atrás de mim
Mulher foi feita para o tanque
Homem para o botiquim
Vê se não me amola
Para com isso mulher
Eu bebo em casa
Ou aonde eu bem quiser
Não vem com essa
De querer vir me buscar
Agora mesmo é que eu não vou
Pra casa descansar
Agora mesmo é que eu não vou
Pra casa descansar
Deixa eu beber em paz ô. mulher bis
Deixa eu beber em paz
Agora é que eu não vou
Pra casa descansar...
Mulher não manda em homem
E você quer me mandar
Com tanta roupa suja em casa
Você vive atrás de mim
Mulher foi feita para o tanque
Homem para o botequim
Lá em casa
Tem tanta coisa pra fazer
Conseguiu me
Vindo aqui me buscar
Não adianta me dizer tanta besteira
Fala, fala faladeira mas eu não vou descansar Deixa eu beber em paz ô... mulher
Deixa eu beber em paz

e a participação das professoras no “Encontro com Educadores” foi parte importante para o desenvolvimento do projeto “Mulheres em Destaque”, ocorrido na escola. A discussão sobre a representação da mulher na sociedade, a partir das biografias e leituras das obras de mulheres negras tais como Conceição Evaristo, Carolina Maria de Jesus, entre outras, foi fundamental para o desfecho do projeto, cujo ápice previsto foi a pintura dos muros da escola, com a representação dessas mulheres, no dia da celebração da consciência negra. Os(as) estudantes participaram ativamente desse processo de escolha, e foram eles(as) próprios(as) os(as) responsáveis pelas pinturas. O projeto, de caráter interdisciplinar, envolveu também professores(as) de arte, que trabalharam as técnicas da pintura mural.

Equipe Técnica:

Coordenadora Geral Termo de Parceria IEPHA-APPA: Fernanda Werneck

Gerente de Promoção do Palácio da Liberdade: Luciana Corrêa

Coordenadora do Educativo do Palácio da Liberdade: Tatiana Correia

Supervisor do Educativo do Palácio da Liberdade: Stanley Faustino

Professora da E. M. Vereador Jésu Milton dos Santos: Natália Gadoni

Estagiários(as) do Receptivo e Educativo do Palácio da Liberdade:

Alê Moreira, Alexia Nascimento, Ana Miranda, Bruna Machado, Christiane Avelino, Davds Lacerda, Elison Silva, Erika Damasceno, Esther Oliveira, Filipe Matos, Giovana Vaz, Izabel Freitas, Júlia Jovita, Luan Viana, Lucas Alves, Marcela Fiorenzo, Marden Ferreira, Marianne Braga, Nathália Marques.



ENCONTRO COM EDUCADORES: REDESCOBINDO SENTIDOS

Magno Marciano da Silva

Mariana Cicarelli Silva

Mauro Fernandes Maia

Mayana Silva Vinti

Paulo Sérgio Castro Vieira

Taynan Leonardo Oliveira

A oficina “Encontros com Educadores: redescobrindo sentidos” foi uma atividade alicerçada em conversas entre educadores, com o objetivo de estimular o desenvolvimento de habilidades para a mediação crítica e sensível da Fazenda Boa Esperança e outros patrimônios culturais. Os encontros foram momentos de conversa e reflexão acerca do patrimônio cultural e sobre possíveis eixos temáticos a serem explorados a partir da Fazenda Boa Esperança.

O propósito era garantir que a visitação não fosse apenas um momento isolado, mas uma oportunidade de discutir sobre a educação para a preservação desse e de outros patrimônios culturais, bem como sobre a sociedade em que vivemos. Desse modo, foram realizadas vivências que permitiram discutir a temática do patrimônio cultural a partir das memórias e referências culturais dos próprios educadores.

Assim, além de um breve histórico da Fazenda Boa Esperança e seu entorno, foram trabalhados os conceitos de identidade, alteridade, memória coletiva, patrimônio cultural, história, tradições e comunidades tradicionais. Foram também experimentadas formas de mediação que levaram em consideração as vivências anteriores dos educandos.

Os encontros com educadores foram pensados para atender professores da educação básica, pública e particular, e pessoas que assumem o papel de educadores em processos educativos não formais. Os encontros eram realizados em 6 horas, divididas em duas etapas. A primeira, com 4 horas de duração, era realizada na escola ou na comunidade de origem do educador. A segunda etapa ocorria na Fazenda Boa Esperança, onde o professor tinha oportunidade de conhecer o espaço expositivo e a dinâmica de recebimento de visitas.

O Termo de Parceria firmado entre o IEPHA-MG e a APPA propunha que as visitas de grupos de estudantes deveriam ser mediadas por seus próprios educadores. Para isso, foi proposto que o programa educativo oferecesse a esses educadores um momento de formação que tratasse da Fazenda Boa Esperança e de temáticas relacionadas ao patrimônio cultural. A partir dessa demanda, e utilizando como fonte de inspiração as propostas que resultaram do Projeto Refazenda¹⁵, criou-se uma ação dialógica que, partindo das referências e patrimônios culturais reconhecidos pelos próprios educadores, colocasse em evidência a Fazenda Boa Esperança e os sentidos a ela atribuídos. Sentidos estes que justificaram seu tombamento estadual e federal.

Na ação, conceitos relacionados à temática do patrimônio cultural foram retomados a partir do estímulo ao resgate e compartilhamento das memórias afetivas e percepções sensíveis dos educadores. O que se coloca em perspectiva é a forma como percebemos e criamos relações com o ambiente em que vivemos.

15 - O Projeto Refazenda, realizado por meio de parceria entre o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – IEPHA-MG e o Instituto Inhotim, consistiu em um conjunto de ações iniciais para a transformação da Fazenda Boa Esperança em equipamento cultural amplamente usufruído pela comunidade de Belo Vale e entorno.

O processo de reconhecimento de suas próprias referências afetivas e culturais teve início na primeira etapa do encontro, quando os educadores foram convidados a revisitar suas memórias pessoais e aquelas relacionadas ao bairro ou à cidade em que habitam. A revisitação teve como finalidade escolher uma das atividades pelo mediador, levando em conta as características do grupo e o local de realização dessa etapa. As atividades são as seguintes:

Mapas mentais

Os mapas mentais são importantes estratégias para a aproximação dos educadores, uma vez que são confeccionados em conjunto, desde os desenhos até o que é fundamental para a produção destes, a memória coletiva. A partir dos mapas mentais, é possível perceber o olhar daquele grupo sobre seu território e sobre a forma como se relacionam com ele, enumerando aquilo que é mais representativo na localidade.

Utilizando rolos de papel e canetas coloridas, os educadores produzem seus mapas de acordo com perspectivas diversas, desenhando ruas, casas, pessoas e eventos, enquanto conversam e relembram fatos importantes que alimentam essa memória.

Os mapas podem ser confeccionados a partir de determinados direcionamentos, como os “mapas das ausências”, cuja finalidade é representar elementos da paisagem – lugares, pessoas, construções etc.- que já não existem, mas que representam muito para a cultura daquela localidade. A partir da confecção desses mapas, pode-se discutir uma série de conceitos como memória individual, memória coletiva, patrimônio material e imaterial, dentre outros conceitos.

Moldagem com argila

A moldagem com argila tem como propósito estimular a criatividade dos educadores, permitindo criar cenários, personagens e objetos tridimensionais. Para realizar a atividade, os educadores se dividem em dois ou mais grupos que assumem diferentes funções.

O primeiro grupo fica responsável por modelar com argila um ou mais patrimônios culturais de suas próprias cidades ou de cidades imaginárias, que sofrem algum tipo de ameaça. Podem ser modelados objetos, construções, ambientes naturais ou mesmo manifestações culturais. Além disso, seus integrantes devem elaborar argumentos para a defesa desses patrimônios.

Os integrantes do segundo grupo devem defender argumentos e ações que representem ameaças à proteção dos bens em questão, justificando sua desvalorização ou destruição em nome de outros interesses. O terceiro grupo funcionará como um júri, ouvindo os argumentos dos dois primeiros grupos. Feita a representação em argila, os dois primeiros grupos são convidados ao debate que termina com o veredito do grupo que tem a função de júri. A argila é a ferramenta lúdica para a representação, um estímulo ao processo criativo, entretanto, o debate é o grande momento da atividade. A partir dele, os educadores trazem à tona seus pontos de vista, sentimentos e experiências relacionadas aos patrimônios culturais do seu cotidiano.

Caminhada sensorial

A caminhada sensorial é um convite ao educador tornar-se consciente da localidade onde mora ou atua, por meio da atenção plena de seus cinco sentidos. Com o uso de materiais como vendas, elementos sensíveis ao olfato, molduras, entre outros recursos, os educadores experimentam percorrer ruas e caminhos cotidianos, induzidos a perceberem com mais calma cada detalhe das paredes, dos desniveis da rua, dos sons produzidos pelo movimento da cidade, ou mesmo da natureza ao redor.

A atividade busca estimular a reflexão sobre as relações estabelecidas com o ambiente onde vivem. Eles são chamados a perceber detalhes que às vezes passam despercebidos, como texturas das paredes, cheiros e sons. Os recursos utilizados ou as dicas que estimulam a percepção visam à reflexão do educador sobre como ele sente o mundo, como suas relações de afeto estão vinculadas de formas diferentes com cada um dos seus 5 sentidos.

Explorando os 5 sentidos

Os educadores são convidados a resgatarem em suas memórias as experiências que contribuíram para o estabelecimento de suas relações de afeto com o meio.

As atividades realizadas a partir desse direcionamento exigem do educador atenção plena aos sentidos trabalhados no momento. Se a atividade proposta necessitar de uma boa escuta, é preciso, de certa forma, suprimir um dos sentidos, como a visão por exemplo. A supressão da visão permite deixar apurado os demais sentidos, pois os educadores exercitam outras formas de reconhecerem o território ao qual pertencem.

A segunda etapa consistia em uma visita mediada à Fazenda Boa Esperança, com o propósito de apresentar aos educadores a exposição permanente, discutindo em grupo as temáticas abordadas no conteúdo das placas interpretativas. A visita prévia ao espaço expositivo buscava reduzir a insegurança que muitos educadores sentiam ao realizarem a visita com seus estudantes. Situação que muitas vezes os impediam de mediar a exposição, por acreditarem na complexidade de seu conteúdo.

Após conhecerem os espaços destacados pela exposição, os educadores discutiam em grupo as possibilidades de mediação na Fazenda Boa Esperança. Esse momento era reservado para tirar dúvidas relacionadas ao dia da visita com os estudantes e compartilhar ideias para a mediação das visitas.

O encontro com educadores utilizou como recurso a cidade onde moram ou trabalham esses educadores, os seus lugares, entendidos aqui como os espaços aos quais eles atribuem sentidos. Uma vez que se deseja discutir suas relações com o meio e suas próprias referências culturais, a escola, seus arredores, seus bairros e cidades são fundamentais para a realização desta ação educativa.

Buscando incentivar a criatividade na construção dos processos de mediação da Fazenda, utilizou-se a declamação de poemas-charadas. Esses textos procuram, de forma lúdica, apresentar ao educador algumas temáticas possíveis de serem abordadas. A partir da escuta dos poemas, os educadores devem descobrir a quais elementos ou espaços da Fazenda Boa Esperança eles se referem.

Para aguçar os sentidos, utiliza-se vendas, objetos do cotidiano, materiais aromáticos como óleos essenciais ou o aroma do café coado no momento da atividade. O próprio lanche oferecido se torna um suporte de mediação, ao aguçar o paladar. Ao término do encontro, os participantes receberam o “Manual Criativo: educação para o patrimônio cultural material”, elaborado durante o Projeto Refazenda.

O trabalho com a temática do patrimônio cultural, a partir da atenção aos sentidos e ao sensível, cria um ambiente de proximidade entre os participantes que se envolvem ativamente na dinâmica do encontro. Os professores que passaram pelo Encontro com Educadores demonstraram, em sua maioria, mais autonomia e segurança durante a mediação da visita, ocupando o espaço com a proposta planejada e desejada. Parte dos educadores continuou apresentando sinais de

insegurança ao mediar a visita escolar. Insegurança superada após uma maior familiaridade com a Fazenda e suas temáticas, à medida que retornavam com outros grupos.

Em relação à difusão, além das visitas escolares, quando os professores realizavam seu papel de multiplicadores das temáticas sugeridas durante o encontro com educadores, as discussões ocorridas ao longo das duas etapas geraram desdobramentos dentro da escola e fora dela. As apresentações feitas em uma praça, por alunos do 4º ano da rede pública de Belo Vale, são um exemplo destes desdobramentos.

A partir da proposta de se discutir a educação para o patrimônio por meio de atividades sensíveis, percebeu-se que os educadores descobriram possibilidades de trabalhar temáticas diversas durante a visita à Fazenda Boa Esperança.

De acordo com as falas expressadas, após a finalização do encontro, ou mesmo durante a realização da visita, os educadores relataram sentirem mais segurança para trazerem seus estudantes ao local. Entenderam que não precisam serem professores de História para apropriar-se do espaço e de seu conteúdo expográfico.

Ao longo do período de recebimento de grupos escolares acompanhados por educadores que participaram do encontro, ficou cada vez mais em evidência a liberdade que os educadores sentiram em escolher os espaços da Fazenda com os quais queriam trabalhar. A realização de atividades relacionadas ao brincar como forma de estabelecimento de afeto e, a partir disso, discutir a educação para o patrimônio, foram desenvolvidas principalmente nas áreas externas da Fazenda, tornando-se uma alternativa para os grupos de estudantes dos primeiros anos.

Conclui-se que a experiência do encontro com educadores possibilitou aos educadores participantes um outro olhar sobre as diversas formas de realização de práticas educativas que visam discutir a valorização do patrimônio cultural. Ao iniciarem a proposta de estarem mais conscientes às formas de perceberem o mundo em que habitam, os educadores podem contribuir com a construção de uma forma mais humanizada de educação.

Equipe Técnica:

Mayana Silva Vinti, Magno Marciano da Silva, Paulo Sérgio Castro Vieira, Mauro Fernandes Maia, Mariana Cicarelli Silva, Taynan Leonardo Oliveira.

PATRIMÔNIO, CIDADE E NEGRITUDE EM DEBATE

Josemeire Alves Pereira
Lisandra Mara Silva

O propósito deste texto é discutir aspectos de uma experiência de produção de conhecimento sobre a relação entre os temas cidade, patrimônio e as expressões da presença e agenciamentos da população negra em Belo Horizonte. Trata-se de um conjunto de ações reunidas em um projeto organizado e curado pelas autoras, a convite do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – IEPHA-MG e desenvolvido em parceria com o Instituto e com a APPA - Arte e Cultura, que ocorreu entre os dias 28 de novembro a 1 de dezembro de 2019, no contexto das celebrações do 20 de novembro, Dia Nacional da Consciência Negra.

Iniciativa inédita em Belo Horizonte, a programação do evento intitulado “Patrimônio, Cidade e Negritudes” foi composta por palestra, rodas de conversas, percursos em ruas e espaços de referência da história da população negra na cidade, ainda que esses espaços não sejam reconhecidos como tais, atividades culturais e por uma exposição intitulada “Palácio da Liberdade, leituras negras”, instalada no hall do Palácio da Liberdade, desde então.

Elementos do desenvolvimento e desdobramentos da ação apontam para a pertinência e necessidade de fortalecimento de políticas de cuidado com o patrimônio – em especial por meio da articulação com programas de Educação para o Patrimônio Cultural – que potencializem ações e abordagens similares. Isto em atenção ao fato de que tais ações e abordagens possibilitam combater a invisibilidade do tema nas narrativas e representações das sociedades como a brasileira, impactadas pela natureza estruturante do racismo nas relações de poder. Contribuem, assim, para o fortalecimento da garantia do direito à memória às populações cujas histórias têm sido negligenciadas nas mesmas narrativas e, desse modo, favorecem a equanimidade na construção de representações mais plurais e em maior consonância com a diversidade cultural que caracteriza tais sociedades.

A programação prevista para “Patrimônio, Cidade e Negritudes” contemplou a realização de atividades que fomentavam a construção de conhecimentos sobre relações sociais e de poder em Belo Horizonte, com foco na interface entre aspectos de etnicidade e as representações de memória mobilizadas pela produção de patrimônio cultural, artístico e histórico na cidade.

O projeto apresentou como diferencial a proposta de trazer ao cenário da cultura e do patrimônio a trajetória da população negra ao longo da história de Belo Horizonte, considerando, inclusive, o período anterior à construção da Capital. Contribuía, assim, para a visibilidade da identidade negra da cidade, historicamente apagada pelo racismo estrutural presente na elaboração dos discursos historiográficos e patrimoniais, que eliminam simbolicamente determinadas experiências.

A presença negada à população negra na cidade exigiu a criação de estratégias de sobrevivência que podem ser compreendidas como resistências. As experiências dos corpos negros são caracterizadas por uma transitoriedade compulsória e permanente. Isso que se pretendeu representar nesse projeto pela aproximação às experiências do corpo negro em movimentos variados em diversas escalas espaço-tempo: do deslocamento da moradia, provocado pela remoção de “cafusas” e favelas, ao deslocamento pendular cotidiano casa-trabalho, vivenciado pelas populações apartadas pelos processos de segregação urbana.

A proposta previa uma programação composta por três ações específicas, ordenadas por meio de programação que contemplou exposição; formação e rodas de conversa. Por meio de tal

programação, buscou-se abordar temas que contribuíssem para a construção de conhecimentos sobre a presença da população negra no território da capital mineira, em diferentes momentos – incluindo as experiências do Curral Del Rey, povoado que deu origem a capital – com ênfase nos movimentos da população negra no espaço urbano, por vezes caracterizados por deslocamentos compulsórios e pela resistência dos que são deslocados. Foram apresentados para discussão, por meio dos temas abordados: o direito à cidade, à moradia, à terra; assim como o direito à representação nas construções simbólicas, de memória e história que participam da dinâmica de constituição identitária da cidade.

Como objetivos do projeto, esperava-se promover a formação/sensibilização dos atores sociais envolvidos, de forma a multiplicar o conhecimento de experiências historicamente silenciadas, assim como alterar as perspectivas de percepção da cidade, a partir da dialética entre patrimônio, cidade e etnicidade.

Quanto aos objetivos específicos, o projeto se propôs a: promover ações de formação junto à sociedade e a professores/as, estudantes, acadêmicos/as das áreas relacionadas à cultura e ao patrimônio cultural; visibilizar as experiências individuais e coletivas dos corpos negros na cidade como forma de enfrentamento ao racismo institucional; subsidiar o aprimoramento da qualificação de profissionais que atuam nas áreas da educação, do patrimônio e demais interessados, para a abordagem da história e cultura afro-brasileiras.

Foram propostas atividades de formação para a sociedade em geral. De modo específico, o projeto pretendeu alcançar professores/as, estudantes, acadêmicos/as e técnicos/as com interface ou atuação específica na área de cultura e patrimônio, de diferentes idades e oriundas/os de municípios mineiros. Esperava-se um alcance médio de 500 pessoas.

A programação foi organizada a partir de um eixo de formação e da realização de uma exposição intitulada “Palácio da Liberdade, leituras negras”, cuja curadoria ficou também a cargo das curadoras do evento. O eixo de formação e a exposição são detalhados a seguir.

O eixo de formação previa a realização de 3 movimentos – como metáfora das experiências dos corpos negros na cidade. Cada movimento composto pelas seguintes ações:

- Roda de conversa: mesa composta por palestrantes convidadas em função da área de conhecimento ou tema de estudo. Duração média: 2 horas. Público esperado: 100 pessoas.
- Percurso: caminhada ou visita mediada a lugares de referência das experiências da população negra no espaço urbano, em diferentes temporalidades. Duração média: 2 horas. Público esperado: 40 pessoas.

A exposição “Palácio da Liberdade, leituras negras” constituiu-se da instalação de 5 *banners* no hall do Palácio da Liberdade. Foi aberta ao público no dia 30 de novembro de 2019, com duração por tempo indeterminado.

A exposição, assim como o projeto, teve como referência principal o símbolo da *Sankofa*, por sua força representativa do movimento e retorno ao passado como fonte de aprendizados em diálogo com o presente. Em Minas Gerais ocorreu uma grande migração de povos *bantu* da África subsaariana, conhecedores da tecnologia metalúrgica, vindo de lugares onde viveram os povos *Ashantes*, criadores da simbologia *Adinkra*. Da simbologia *Adinkra*, trazemos a *Sankofa* representada em gradis de toda a cidade de Belo Horizonte. A *Sankofa* é assim conceituada pelos criadores da Revista da USP, de mesmo nome:

O conceito de *Sankofa* (*Sanko* = voltar; *fa* = buscar, trazer) origina-se de um

provérbio tradicional entre os povos de língua Akan da África Ocidental, em Gana, Togo e Costa do Marfim. Em Akan “se wo were fi na wosan kofa a yenki”, que pode ser traduzido por “não é tabu voltar atrás e buscar o que esqueceu”. Os Ashantes de Gana usam os símbolos Adinkra para representar provérbios ou ideias filosóficas. Sankofa ensinaria a possibilidade de voltar atrás, às nossas raízes, para poder realizar nosso potencial para avançar. Sankofa é, assim, uma realização do eu, individual e coletivo. O que quer que seja que tenha sido perdido, esquecido, renunciado ou privado, pode ser reclamado, reavivado, preservado ou perpetuado. Ele representa os conceitos de autoidentidade e redefinição.

A proposta curatorial da exposição, tal como as demais ações do projeto, toma o signo da *Sankofa* como referência e convite à possibilidade de retorno às experiências de população de origem africana e seus descendentes na cidade, de forma a possibilitar que possamos avançar. Raiz moldada em ferro, com a força e a maleabilidade dos que combinaram de não morrer¹⁶.

Como referenciais, foram estabelecidos:

- A arquitetura do Palácio da Liberdade e elementos do conjunto arquitetônico do atual Circuito Liberdade e de outros espaços de Belo Horizonte.
- As experiências de visitação ao Palácio da Liberdade a partir do trabalho realizado pelo setor educativo.
- Narrativas e representações construídas sobre o espaço e as relações sociais: a eloquência dos silêncios.

Quanto aos resultados e desdobramentos, as atividades do eixo formação destacaram-se pela qualidade dos debates, com retornos bastante positivos do público participante e a expectativa de que ações como estas tenham continuidade – não atendo-se ao dia ou mês da Consciência Negra, pela centralidade do tema como constituinte da formação social brasileira e dos debates sobre questões candentes na contemporaneidade e importantes para projeções de futuro. Sugeriu-se ampliar o alcance junto a público de outras regiões da cidade e do estado.

Durante as atividades e, em especial, na roda de conversa ocorrida no dia 30 de novembro, foi sinalizada a importância de que houvesse alguma forma de difundir os debates junto ao público que não pôde comparecer e, em particular, junto aos professores/as.

Um dos desdobramentos que mais evidenciam a existência de interesse pelo tema e sua pertinência, enquanto subsídio de formação para a Educação para o Patrimônio Cultural, nos foi apresentado pelas experiências vivenciadas pelo Setor Educativo do Palácio da Liberdade, a partir de atividades realizadas por sua equipe junto aos públicos visitantes da exposição “Palácio da Liberdade, leituras negras”.

Logo após o encerramento das atividades de formação, tivemos a oportunidade de realizar um momento de diálogo entre a curadoria e a equipe de educadoras(es) do Palácio da Liberdade, com vistas a subsidiar a atuação dessa equipe durante as atividades de visitação à exposição.

Foram abordados aspectos epistemológicos suscitados por ela e pelas demais ações realizadas no projeto “Patrimônio, Cidade e Negritudes” e que explicitam a necessidade de tensionamento e superação dos limites dos paradigmas epistemológicos de produção de história e memória vigentes que, enquanto bases do projeto liberal de modernidade à brasileira, negligenciam

16 - Em alusão à escrivivência de Conceição Evaristo: publicado no livro Olhos d’água.

tecnologias e conhecimentos forjados nas experiências culturais africanas, indígenas e afro-diaspóricas e que subsidiam a própria formação da sociedade brasileira.

Esta negligência, cabe ressaltar, é expressão da forma como o racismo estrutura as relações sociais e de poder no Brasil, a partir do silenciamento dessas referências e da produção de esquecimento sobre as mesmas e seus sujeitos, e da evocação de referências europeias e, quando muito, do discurso da mestiçagem (não da diversidade de matrizes culturais). De modo que estamos tratando, pois, de um dos cernes da produção de desigualdades sociais e da maneira como são legitimadas nos discursos de memória e história de que são também expressão os signos arquitetônicos que representam a cidade de Belo Horizonte¹⁷.

“Palácio da Liberdade, leituras negras” inseriu-se dentre as ações que celebravam 1 ano de reabertura da antiga sede do Governo do Estado ao público. Tem sido ressaltada como a primeira experiência de abordagem de um tema que propicie a apreciação e reflexão sobre o papel da população de origem africana e suas referências culturais e tecnológicas na construção da cidade e sua participação na própria construção de prédios monumentalizados como o próprio Palácio da Liberdade (IEPHA-MG, 2020).

Seu potencial enquanto fonte de questões e informações que podem ser mobilizadas de maneira bemsucedida em processos de ensino-aprendizagem foi atestado durante as atividades realizadas pelo IEPHA-MG e pela Coordenação do Receptivo e Educativo do Palácio da Liberdade, desde a abertura da exposição até meados do mês de março de 2020, quando, em decorrência do contexto de pandemia da Covid-19, as atividades foram interrompidas.

Experiências com o público espontâneo visitante do Palácio da Liberdade registraram reações diversas à exposição, evidenciando-se, inclusive, a assertividade da proposta conceitual que visava estimular o pensamento crítico quanto aos processos de construção de invisibilidade da população negra como agente da construção da cidade. Assim, não foram incomuns posturas de resistência do público de perfil mais conservador, acostumado com a representação unívoca dos agentes eleitos como sujeitos principais das narrativas laudatórias tradicionalmente reificadas naquele espaço.

Estes visitantes, que têm acesso costumeiro ao Palácio da Liberdade, desde os primeiros momentos em que este ficou acessível ao público, no passado, em geral apresentavam dificuldades de escuta autêntica, recusavam-se a ler os textos que acompanham a exposição e quando raramente o faziam, colocavam em questão a legitimidade e confiabilidade das informações que ali constavam; assim como a competência dos educadores(as) responsáveis pelo trabalho do Receptivo – isto ocorrendo, especialmente em relação às/aos profissionais negras/os, tendo sido observado pela equipe que o mesmo não ocorria quando o/a interlocutor(a) era um/a educador/a branco/a¹⁸.

Não foram incomuns, também, posturas de assédio e desrespeito aos corpos negros dessas/es educadoras/es, em episódios como insistir para que posassem, contra a própria vontade, para fotos diante das imagens dos trabalhadores negros retratados na exposição; trabalhadores estes inconsistentemente apontados por esse perfil de visitante como “escravos”, ainda que lhes tivesse sendo informado que se tratavam de trabalhadores atuando na construção de Belo Horizonte – ou seja, em período Republicano e Pós-Abolição.

17 - Sobre as imbricações do racismo e da segregação racial na produção e no ordenamento do espaço urbano em Belo Horizonte, as autoras deste texto discutiram o assunto em seus trabalhos de Mestrado e de Doutorado respectivamente.

18 - Cabe ressaltar que a equipe do Educativo do Palácio, em respeito às regras vigentes, não media visitas espontâneas, mas, eventualmente, acompanham as/os visitantes.

Episódios como estes que evidenciam, em um contexto social e histórico racialmente estruturado, uma disputa de narrativas especialmente por quem não está habituado à diversidade de perspectivas sendo contempladas no pensamento museal (Barbosa, 2018), merecem atenção se considerada a importância e coerência de ações políticas de efetiva democratização de um espaço cultural público como o Palácio da Liberdade. Eles indicam a necessidade de fortalecimento de iniciativas como as aqui descritas e o seu aprimoramento no que diz respeito, inclusive, ao cuidado com as/os profissionais envolvidas/os.

Não obstante, os relatos das educadoras e educadores¹⁹ também evidenciam, mesmo junto ao público espontâneo, a recepção positiva e apontam para potências a serem mais bem exploradas. A educadora Bruna Côrtes, por exemplo, observou, além das posturas de resistência, dúvida ou estranhamento do público mais conservador, muitos visitantes “positivamente surpresos”, “alguns encantados”, “muito interessados”. Em relação à maioria destes que ela acompanhou, observou que “realmente parava com calma para ler, fotografar; sentiu neles/as, realmente, ‘interesse muito grande’. Giovanna Vaz também notou uma relação de autorreconhecimento de uma senhora negra, que trabalha na região, e que visitava com frequência a exposição e fazia questão de dialogar com a equipe.

Marianne Braga nota que a exposição mudou a interação do público espontâneo com o Palácio; observa mesmo um “antes e depois da exposição”. Para além do recorte racial, a abordagem da equipe possibilitava simultaneamente abordar a exposição destacando os sujeitos trabalhadores, “como uma homenagem” a estes. E isto possibilita ao visitante tecer “conexões”, “criar sentidos”. Marianne também percebe a experiência como disparadora de abertura a discursos que não poderiam estar ausentes daquele espaço público: “só o tempo para fazer isto ser inerente ao discurso do Palácio”; precisa de continuidade.

A exposição é assim percebida por essa equipe como uma “abertura para ressignificar o Palácio”, por meio de outras narrativas como a das mulheres e outros sujeitos potenciais. Giovanna Vaz, dialogando com as proposições da exposição quanto a este tema, evocava a história da mulher conhecida como Maria Papuda, expulsa do espaço em que morava, nas imediações do Palácio da Liberdade, em função da construção de Belo Horizonte. Giovanna enfatizava algo que foi silenciado sobre Maria – o fato de ser uma mulher negra²⁰. Segundo Marianne Braga, “um potencial para pensar o corpo negro no mundo”. Um meio para despertar o diálogo e a reflexão de alguns públicos sobre lugares comuns de conhecimento, a exemplo do deslocamento do senso comum sobre o Egito como uma civilização branca, como bem menciona Felipe Matos.

Neste sentido, foi igualmente importante para a equipe a possibilidade de leitura da escadaria (um dos elementos arquitetônicos do Palácio da Liberdade de maior destaque para os visitantes), para além das referências conhecidas dos arabescos art nouveau, a partir do elemento das Sankofas e seus significados. Bruna Côrtes destaca como “uma surpresa muito boa, muito rica”, que “acrescentou muito” e, por meio da qual, passaram a direcionar atenção a outros elementos eventualmente representados no espaço e a outros aspectos do próprio trabalho.

Além disto, as/os educadoras/es ouvidas/os por nós, ressaltaram a importância e repercussão da exposição junto à própria equipe de mediadoras/es. Destacaram-na como elemento

19 - Agradecemos imensamente pelas contribuições fundamentais desta equipe de educadoras/es para a compreensão dos desdobramentos da exposição. Em especial à Luciana Corrêa, à Tatiana Correia, à Giovanna Vaz, ao Filipe Cardoso Matos, à Marianne Braga, ao Elison Vitor e à Bruna Machado Lagares Côrtes, que generosa e prontamente se colocaram à disposição para dialogar com a curadoria, por ocasião da elaboração deste artigo.

20 - No século XIX, no Curral Del Rey, a maioria da população livre era constituída por pessoas classificadas como pardas e, dentre estas, a maioria era de mulheres. É possível que Maria Papuda fosse uma destas mulheres, que, a despeito da liberdade, viviam em situação de relativa pobreza.

de fortalecimento e subsídio que possibilita abrir mais espaço para discutir outros temas negligenciados, mas passíveis de interpretação a partir do próprio espaço do Palácio, como o das mulheres e outros sujeitos ainda ausentes das narrativas expositivas. Observaram e mobilizaram durante seu trabalho as articulações possíveis com temas como o direito à cidade, à terra, à memória – “por que algumas memórias são silenciadas e outras não?” –, a apropriação dos símbolos, dentre outros. Ressaltaram a importância do conhecimento das experiências silenciadas na história da cidade como, por exemplo, o fato de que a maioria dos trabalhadores que atuaram construindo a cidade, durante as primeiras décadas do século XX, serem negros, a despeito da narrativa que reifica a participação dos operários estrangeiros, sobremaneira os italianos.

Segundo Bruna Côrtes, a “exposição gerou mesmo potência de pelo menos poder discutir com os estudantes, instigar o debate” e “talvez impacto maior tenha sido mesmo junto aos educadores” que puderam repercutir isso no trabalho.

A equipe destaca que a exposição instigou a criação de um novo eixo – Leituras Negras –, o 6º dentre os que integram o “Manual do Anjo”, um dos instrumentos que subsidia e orienta as/os mediadoras/es.

Observou-se, ainda, a importância de perceber que a exposição não representou um fim em si, mas ultrapassou a pesquisa e a própria instalação, com um potencial educativo para todos os públicos que é de significativa relevância.

De modo geral, a equipe destaca a grande repercussão de “Palácio da Liberdade, leituras negras”, junto ao público escolar da rede pública estadual – em especial o de Ensino Médio, que já apresenta uma visão mais crítica da história, como também junto aos estudantes mais novos. Todos demonstravam muito interesse, mesmo os costumeiramente mais apáticos. Percebeu-se, com frequência, que muitos desses identificavam-se bastante e positivamente com as representações dos trabalhadores: “meu pai (ou meu tio), também é pedreiro!”, diziam. Mostravam-se interessados, inclusive pelos textos e, não gostavam muito das eventuais interrupções, em função do tempo que passava a ser pouco para as atividades. O público de adolescentes estabelecia, amiúde, conexões com elementos da própria cultura e vivências – a exemplo da relação com as músicas do rapper Djonga.

Elison Vitor menciona o exercício de, a partir das representações sobre o trabalho e os trabalhadores que atuaram na construção do Palácio em sua suntuosidade, mobilizar junto aos adolescentes discussão sobre o universo das profissões que os atraíam. Isto instigava, com leveza, os estudantes a pensarem sobre o tema. Demonstravam surpresa ao chegarem ao hall, onde está instalada a exposição, quando viam o perfil dos trabalhadores. Elison testemunhou também o autorreconhecimento de um dos visitantes de um grupo de jovens em cumprimento de medidas socioeducativas, ao identificar-se como gesseiro, ao ver/ouvir sobre os trabalhadores retratados na exposição. Elison enfatiza, a partir deste episódio, a percepção da importância da experiência dos visitantes conectada à experiência de educação. Também foi muito positiva, na percepção da equipe, a (auto)identificação das/os professoras/es – que na experiência de visitação são convidados e preparados para serem mediadoras/es do percurso escolhido no Palácio.

Durante o período em que foi possível realizar este trabalho de visitação, houve uma experiência muito especial e inédita promovida pelo Receptivo e Educativo do Palácio, junto às/aos agentes da equipe responsável pela segurança do Palácio. Foi realizada com estas/es profissionais, uma visita mediada, da qual a equipe registra uma repercussão que aponta uma vivência de muito aprendizado segundo as/os agentes, de diálogos e conversas sobre si próprios como trabalhadores, experiências de racismo, registros de identificação junto às fotos.

Para além disto, Elison Vitor ressalta o potencial de transformação simbólica do espaço a partir da exposição. Menciona a grande surpresa do público ao se deparar com uma citação do escritor Cyro dos Anjos em um dos banners, cuja citação destaca uma cena corriqueira que ele testemunhava quando jovem ao andar pelas imediações do Palácio:

Na alameda à direita de quem ia rumo ao Palácio, caminhavam rapazes e moças de família; na esquerda, que passava ao pé do coreto, criadas e soldados de polícia. Uma rua central, em meio a renques de palmeiras-imperiais, separava sociedade e plebe; democráticas as roseiras floriam indiscriminadamente do lado preto e do lado branco. (...) Depois da retreta, que acabava às nove da noite, as mulatas desciam para outro footing, o da Avenida, e dali iam para cinemas-poeira ou sumiam com os namorados pelo Parque (Anjos, 1979, p. 238).

O potencial reflexivo gerado pela articulação desta citação aos outros elementos da exposição, instigando indagar sobre a natureza racializada da constituição e ordenação do espaço urbano, repercute na indagação sobre as conexões entre os significados do estabelecimento do Palácio como sede do Governo, nesse espaço, e a transformação do Palácio como patrimônio. Elison diz, ainda, sobre as relações entre o acesso cognitivo e o acesso físico ao patrimônio (o Palácio como um todo) e o papel do Educativo que demandava a criação de estratégias de acesso e leitura do espaço. O que foi possibilitado, em alguma medida, pela exposição.

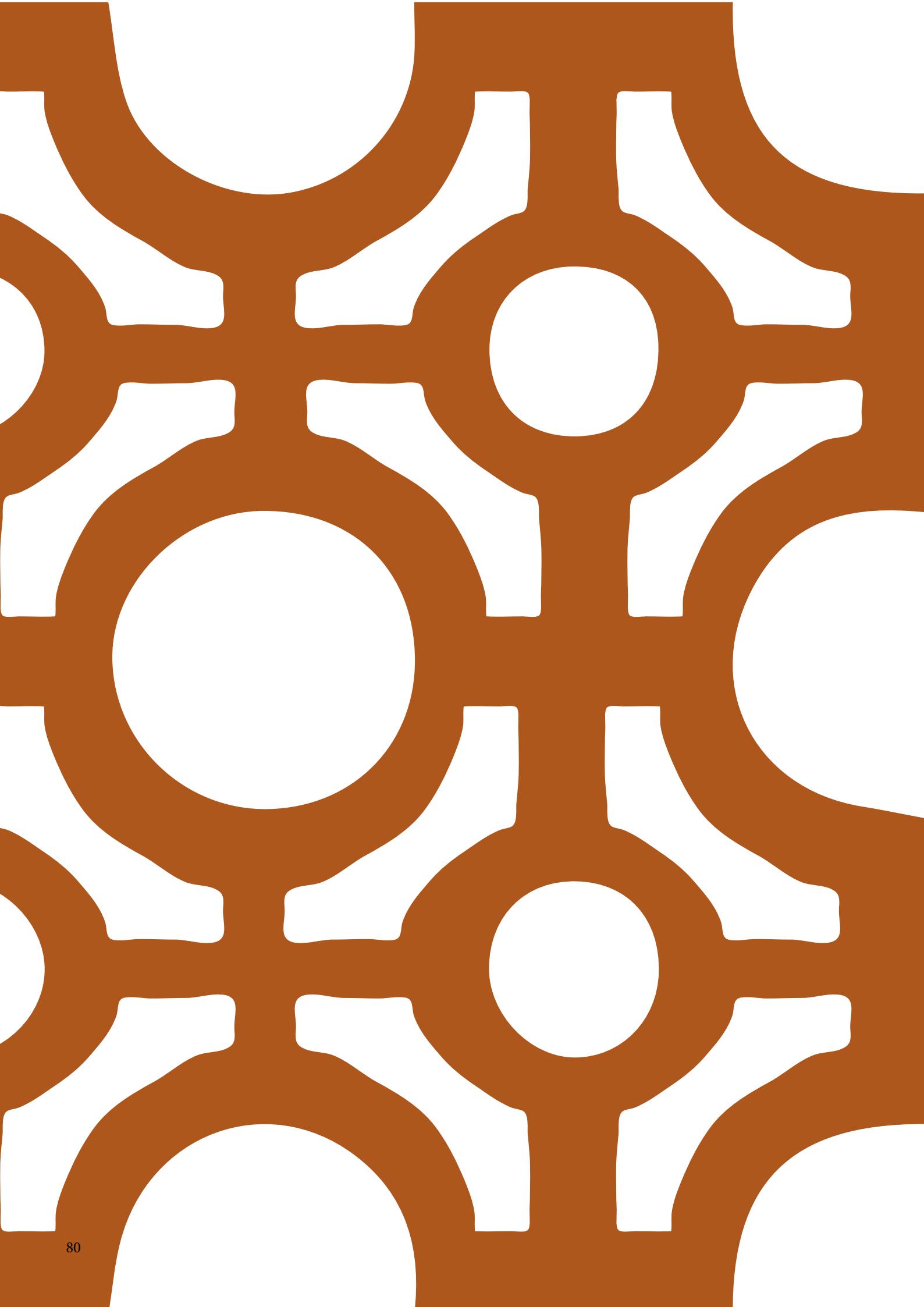
Também, a partir dela foi possível, segundo Elison, trabalhar com as subjetividades negras a partir da abertura às Áfricas e ao Pan-Africanismo. Assim, um dos importantes desdobramentos desta experiência foi a criação de jogos a partir de elementos como os signos Adinkras, o território Akan que estão sendo utilizados, por exemplo, em um jogo de RPG criado por Giovanna, Filipe e ele próprio, e que propõe a construção de conhecimento sobre tecnologias e tradições africanas e ancestralidades. Além deste jogo, outros começaram a ser trabalhados, mobilizando linguagens como as dos “jogos da memória, e “imagem em ação”, dentre outros que não puderam ser elaborados devido à interrupção do projeto do Receptivo e Educativo do Palácio da Liberdade. Um deles, contudo, chegou a ser utilizado durante os processos de mediação aqui relatados – um jogo de cartas com símbolos Adinkras. Elison, por exemplo, com a anuência da professora-mediadora de uma das turmas visitantes, chegou a trabalhar com este jogo, explorando os usos dos símbolos na sociedade (símbolo combate ao câncer de mama, por exemplo), a partir dos Adinkras. De acordo com Elison, “a exposição trouxe algo que agregou à experiência do sensível – mobilizando outros saberes e agregando ao processo de ensino-aprendizado, afetando também o educador.”

Por fim, um aspecto importante do relato da equipe do Receptivo e Educativo diz respeito às experiências com acessibilidade durante a exposição. Giovanna Vaz percebeu que o texto foi avaliado como elemento positivo, especialmente para o público com deficiência auditiva, que gostava muito dos textos e os percebia como diferencial em relação aos demais espaços expositivos do Palácio, que não os possuem. Há necessidade, contudo, de pensar melhores estratégias para atendimento ao público de pessoas com deficiência visual. Neste sentido, uma sugestão feita por Marianne Braga merece ser considerada. Para ela, que também sugere pensar formas de potencializar o estímulo à leitura, a criação de um vídeo sobre a exposição que possa ser exibido no momento da visitação em que o público é convidado a conhecer o cinema, pode contribuir também como estratégia de acessibilidade para o público de pessoas com deficiência visual.

Equipe Técnica:

IEPHA-MG

Educativo e Receptivo do Palácio da Liberdade



O PAPEL DA COMUNICAÇÃO NA PROMOÇÃO E DIFUSÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

Leandro Henrique Cardoso

Transformar o conhecimento produzido em comunicação é um dos grandes desafios do IEPHA-MG. Fundado em 30 de setembro de 1971, o Instituto carrega em sua bagagem importantes instrumentos de promoção e difusão do patrimônio cultural, resultado de intenso trabalho de pesquisas e estudos. A diversidade cultural presente nos 853 municípios mineiros torna esse trabalho ainda mais complexo. Seja por meio dos bens materiais, revelados nas igrejas, fazendas, casarões, edifícios; dos imateriais, marcados nas celebrações, saberes, formas de expressão, lugares; ou dos inventários culturais.

Cadernos, revistas, jornais, guia, documentários são alguns meios de informação produzidos pelo órgão. É preciso tornar acessível e estimular constantemente, por meio das redes sociais, mídias digitais e encontros, a consulta a esses conteúdos, como defende o professor da Universidade de Brasília, Luiz Cláudio Martino, em seu livro “Escritos sobre epistemologia da comunicação” (2017), ao explicar o sentido de comunicação. Para Martino, uma mensagem ou informação não é comunicação senão de modo relativo. O professor ainda continua:

Para que a página de um livro se transforme em mensagem é preciso reunir tanto a atividade do leitor, quanto o produto da atividade do escritor. Consequentemente, um livro na estante não é comunicação, senão a partir do momento dessa interação (Martino, 2017, p.16).

Sendo assim, a tarefa de sistematizar a informação não termina com a produção de materiais impressos ou audiovisuais.

Reunidos no site da instituição – www.iepha.mg.gov.br -, publicações, documentos, fotos e vídeos estão disponíveis para consulta ou download de estudiosos, gestores públicos e sociedade.

Publicações

O “Bem Informado”, boletim com as principais ações do IEPHA-MG, o “Guia de Bens Tombados”, os “Cadernos do Patrimônio” e a revista “Óculo” são fontes indispensáveis de consulta para quem lida com o patrimônio cultural, não só em Minas Gerais, mas em todo o Brasil. Dados que resultaram na proteção, tais como valores históricos, artísticos, estéticos, afetivos, simbólicos, dentre outros, podem ser acessados, juntamente com textos e fotografias extraídos dos dossiês de Tombamento e de Registro.

E graças ao avanço da tecnologia, o alcance dessas publicações não se limita às edições impressas. As versões digitais assumem importante papel na difusão, promoção e ações de Educação para o Patrimônio Cultural, tornando a experiência de comunicação do Instituto mais abrangente e democrática.

Assim como as publicações, os documentários reúnem personagens da vida real que colaboraram, e continuam colaborando, com a construção e a manter vivas as tradições culturais que fazem parte da memória dos mineiros. Ao assistir os vídeos, é possível viajar no tempo e no espaço e conhecer a história de Minas Gerais por meio do seu rico patrimônio cultural. Esse material audiovisual contribui para que tradições, saberes, valores históricos permaneçam nas memórias de gerações futuras.

Portal Eletrônico

Lançado em 2016 e totalmente reformulado, o site do IEPHA-MG foi planejado e organizado para que, ao acessá-lo, o cidadão tenha uma experiência positiva durante a sua visita. Ações do Instituto são transformadas em notícias, periodicamente, com o objetivo de manter o visitante bem informado.

O site também funciona como canal de interlocução com agentes públicos de municípios que participam do Programa ICMS Patrimônio Cultural. É por meio do portal eletrônico do IEPHA-MG que se tem acesso à legislação, documentos, e ao resultado alcançado, após o “ano de ação e preservação” de cada cidade mineira.

Redes Sociais

Presente no mundo virtual, o IEPHA-MG mantém uma intensa atividade nas principais redes sociais. Com perfil no Instagram e no Facebook, é possível estabelecer uma interação com os gestores municipais, pesquisadores, estudantes e diversos atores da sociedade civil. Além de estimular frequentemente o acesso ao site, as redes sociais do Instituto são usadas como ferramenta para comunicar ações e fatos recentes sobre o patrimônio cultural em Minas Gerais.

Identidade Visual

Todas as ações e experiências de comunicação se tornam fortes ao serem pensadas e executadas seguindo a identidade visual do IEPHA-MG, que desde 2015 ganhou cores e formas que são encontradas na diversidade tão marcante do patrimônio cultural mineiro.

Comunicar é também uma missão do IEPHA-MG por meio das ações de promoção e difusão do patrimônio cultural.

TRABALHO DE DIFUSÃO REALIZADO NA REDE MINAS

Jason Barroso Santa Rosa

No período de maio de 2006 a abril de 2018, foi firmada uma parceria entre a REDE MINAS de Televisão e o IEPHA-MG, com o objetivo de contribuir para a valorização e difusão do patrimônio cultural mineiro, por meio da inserção dessa relevante temática dentro da programação da TV Minas. Na fase inicial, em 2006 e 2007, produzimos a série “VIVA!” exibida na interprogramação da emissora abordando aspectos da diversidade cultural de Minas Gerais.

A série “VIVA!” teve como finalidade registrar e divulgar na interprogramação, por meio de peças de aproximadamente um minuto, a diversidade das evidências e manifestações culturais de Minas Gerais, num formato audiovisual direto, claro e atrativo para o telespectador. O título da série “VIVA!”, proposta com uma exclamação, era também uma expressão de alegria e celebração, traduzindo o desejo de manter viva e presente a nossa memória.

Foram produzidos cerca de 40 (quarenta) VT’s com o formato de registro documental sobre o patrimônio cultural material e imaterial de Minas Gerais, enfocando temas como arte, tradição, sabores, ofícios, devoção, fé, sons e lugares, em diversas regiões do Estado, com destaque para o Vale do Jequitinhonha. Constituiu-se uma forma de educação para o patrimônio veiculada pela televisão visando a promoção dos bens culturais mineiros, por meio da interprogramação de uma TV pública voltada para a conscientização dos cidadãos, a respeito de sua identidade cultural. A importância da produção da série “VIVA!” foi reconhecida pelo Prêmio ABERJE Nacional, na categoria “Gestão de Mídias - Mídia Audiovisual”, em outubro de 2008.

A partir dessa produtiva experiência com a série “VIVA！”, coordenei a implantação do Núcleo de Registro do Patrimônio Cultural na TV Minas, em 2007, e no ano seguinte, propus a criação do programa “Bem Cultural”. A intenção era atender à crescente demanda pela produção e difusão de conteúdos voltados para a valorização do patrimônio cultural mineiro nos meios de comunicação e assim atender a uma das prioridades da REDE MINAS de Televisão como emissora de caráter eminentemente educativo e cultural.

A emissora busca cumprir o seu papel fundamental de serviço público de televisão comprometido com a elaboração e promoção de produções audiovisuais de qualidade, como no caso do programa “Bem Cultural”. A grande abrangência alcançada pela TV Minas, com a exibição de sua programação por todo o território mineiro, contribui de forma decisiva para a conscientização das comunidades sobre a importância de se conhecer e preservar suas manifestações culturais.

O programa “Bem Cultural” tem um caráter educativo e visa ampliar o conhecimento sobre o patrimônio cultural mineiro, nos seus múltiplos aspectos e sentidos. Por meio do desenvolvimento de um formato de conteúdo documental, respaldado por especialistas, o programa é atraente, com uma linguagem que convida o telespectador a conhecer e refletir sobre as particularidades de diversos cantos de Minas Gerais.

São apresentadas várias categorias de bens imateriais e materiais, sejam celebrações, formas de expressão, saberes e lugares, como também conjuntos paisagísticos, urbanos e rurais, edificações, monumentos e objetos tradicionalmente reconhecidos. Os temas dos programas são elaborados com base em pesquisas direcionadas para a definição de conteúdo e abordagens, personagens e especialistas convidados, além das locações específicas.

O “Bem Cultural” apresenta a multiplicidade das formas de expressão produzidas e transmitidas pelos diversos grupos culturais mineiros. A partir da compreensão das suas mais variadas manifestações, busca-se mostrar os valores da cultura de Minas, partindo do princípio de que o patrimônio de um povo é ingrediente de sua identidade e pode se tornar um importante fator de desenvolvimento sustentado, de promoção do bem-estar social, de participação e de cidadania.

O programa foi produzido para atuar efetivamente na documentação e divulgação de bens patrimoniais e manifestações culturais de todas as regiões do estado. Além de promover uma reflexão sobre o patrimônio cultural mineiro, apresentando-o em sua diversidade e complexidade, a intenção era também constituir um acervo audiovisual de referência.

Em duas oportunidades, o programa “Bem Cultural” conquistou o consagrado prêmio concedido anualmente pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN/MinC. Por ser um importante veículo de registro e difusão do patrimônio cultural mineiro e brasileiro, o programa foi premiado na seleção de Minas Gerais e finalista na concorrência nacional do 24º Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade, de 2011, na categoria “Promoção e Comunicação”. E a série “Pré-História em Minas Gerais” do Programa “Bem Cultural”, em cinco episódios, foi premiada na seleção de Minas Gerais e finalista na concorrência nacional do 25º Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade, de 2012, na categoria “Proteção do Patrimônio Natural e Arqueológico”.

No período de 2008 a 2014, foram realizados pela equipe do “Bem Cultural” cerca de 60 (sessenta) programas com diferentes temáticas, exibidos isoladamente ou em série, por temporadas, dentro da programação da REDE MINAS; os quais estão descritos a seguir.

A primeira série do “Bem Cultural” foi exibida em agosto de 2008 baseada no XLV Jubileu de Nossa Senhora da Piedade realizado na cidade de Felixlândia, com três programas: “Carro de bois”, “Jubileu” e “Piedades”. A série “Hip Hop – cultura em movimento”, veiculada em outubro de 2008, apresenta o movimento *Hip Hop* como cultura contemporânea cada vez mais assimilada, reproduzida e renovada em manifestações de inúmeros jovens das periferias urbanas. Tradição e atitude são os motes desta série composta por quatro programas (episódios) – “Break”, “Grafite”, “MC & DJ”, “Rap” – que mostram as várias formas de expressão da cultura *Hip Hop*: dança, artes plásticas, discotecagem, música e palavra.

Em novembro de 2008, foi exibido um programa especial “Través”, em comemoração ao centenário de nascimento de Guimarães Rosa. A equipe do “Bem Cultural” refez e registrou o caminho percorrido pelo escritor em 1952, quando acompanhou a comitiva de vaqueiros que conduziu uma boiada atravessando o sertão mineiro, desde o Rio São Francisco até Cordisburgo; numa travessia que inspirou a sua mais importante obra literária: “Grande Sertão: Veredas”.

Na temporada de 2009, além da produção de um especial feito pela equipe do “Bem Cultural” sobre o artista plástico brasileiro Hilal Sami Hilal, foram realizados sete programas autônomos, exibidos mensalmente a partir do mês de junho, os quais abordaram diferentes temáticas: “Vissungos”, “Restauro da alma”; “O gosto do queijo”; “Capoeira – mestres e rodas”; “Jornada paisagem adentro”; “Jardins de Burle Marx”; “Palácio da Liberdade”.

Em maio de 2009, exibiu-se um programa especial, “HILAL SAMI HILAL”, solicitado pela Diretoria de Produção e Programação da REDE MINAS, e que foi realizado pela equipe do “Bem Cultural” a partir do registro audiovisual da exposição “Seu Sami”, com obras do artista plástico Hilal Sami Hilal; ocorrida no segundo semestre de 2008, nas galerias Alberto da Veiga Guignard, Genesco Murta e Arlinda Corrêa Lima, no Palácio das Artes.

Cantos de origem africana, os “Vissungos”, foram apresentados no “Bem Cultural” exibido em junho de 2009, em homenagem ao centenário de nascimento do linguista mineiro Aires da Mata Machado Filho, que pesquisou e introduziu o termo na língua portuguesa. Praticados por descendentes de escravos, os cantos de trabalho, de multa e de enterro remetem às mesmas práticas sociais que ocorriam nos séculos XVII e XVIII, para aliviar o dia a dia nas antigas minas de ouro e diamante e nos funerais. Vestígios dessa secular forma de expressão ainda resistem ao desaparecimento pelas vozes isoladas de dois cantadores: Sr. Ivo, em Milho Verde, no Serro; e Sr. Pedro, em Quartel do Indaiá, distrito de São João da Chapada, na região de Diamantina.

O “Restauro da alma”, veiculado em julho de 2009, tratou dos patrimônios material e imaterial de Chapada do Norte, abordando simultaneamente as obras de restauração da Igreja de Nossa Senhora do Rosário até a sua conclusão em 2008, e os principais momentos da Festa do Rosário realizada em outubro daquele mesmo ano. Para essa edição, foram utilizadas as gravações feitas em 2006 pela REDE MINAS das etapas que compõem essa festa celebrada há mais de dois séculos, que movimenta irmãos, fieis, comunidade e a população do Médio Jequitinhonha: “Meio Dia” (primeiro dia da novena), “Novenas” (preparação espiritual para a festa), “Leilões” (durante cinco noites após a celebração da novena), “Lavagem da igreja” (mulheres se reúnem para lavar a igreja), “Quinta do angu” (distribuição de refeição), “Buscada da santa” (encenação da aparição da Virgem do Rosário), “Mastro a cavalo” (após a última celebração da novena, considerado o apogeu da festa), “Reinado” (caminhadas e cortejos que conduzem os reis festeiros), *Missa da festa*, Distribuição do doce, Coroação, Buscada do cofre, Divertimentos noturnos, Feira dos mascates, Tamborzeiros e Congada.

A edição documental desses registros videográficos integrou o dossiê do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – IEPHA-MG referente ao processo de Registro, inscrito no Livro das “Celebrações”, da Festa de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos de Chapada do Norte como patrimônio cultural imaterial de Minas Gerais, o qual foi aprovado, por unanimidade, pelo Conselho Estadual do Patrimônio Cultural – CONEP, em maio de 2013.

O “O Gosto do Queijo”, exibido em agosto de 2009, mostrou o processo de fabricação do queijo artesanal de Minas, reconhecido como Patrimônio Cultural Imaterial do estado e do país. São apresentados os modos de fazer desse alimento típico da culinária mineira, produzido nas regiões do Serro, Serra da Canastra, Araxá e Alto Paranaíba. Todo o processo de produção é mostrado, desde os currais até as queijarias de fazendas localizadas nestes diferentes territórios mineiros. Nelas, segundo características ambientais e culturais próprias e conforme condições higiênicas adequadas, confeccionam-se diariamente e de forma artesanal, os mais saborosos queijos de Minas Gerais. Produtores e queijeiros, seguidores de tradições familiares, revelam segredos passados de geração a geração para se obter um queijo de qualidade. Eles mostram, em especial, as propriedades do “pingo” que dá ao queijo Minas sua identidade regional.

O programa “Capoeira – Mestres e Rodas” foi veiculado em setembro de 2009. A capoeira, caracterizada como luta, dança e esporte, registrada como patrimônio cultural imaterial do Brasil, teve sua prática iniciada e desenvolvida principalmente na Bahia, se espalhou por todo o país e, depois, pelo mundo; tornando-se um símbolo de identidade nacional. O programa mostra suas variações mais tradicionais como a Capoeira Angola do lendário mestre Pastinha e a Capoeira Regional do famoso mestre Bimba, explicadas por discípulos e mestres capoeiristas que atuam em grupos e academias de Belo Horizonte. Os diversos movimentos de corpo demonstrados em

rodas de capoeira são acompanhados por instrumentos musicais típicos, como o berimbau, que seguem variados ritos e ritmos.

O programa “Jornada Paisagem Adentro”, exibido em outubro de 2009, trata sobre a 1ª Jornada Mineira do Patrimônio Cultural realizada pelo IEPHA-MG, em setembro de 2009, enfocando, dentre suas inúmeras e diversas atividades espalhadas por todo o estado, as visitas guiadas; mais especificamente, aquelas feitas em sítios paisagísticos e arqueológicos, localizados em diferentes municípios mineiros, inscritos nessa inédita celebração. São jornadas dentro da “Jornada”.

A edição “Jardins de Burle Marx”, veiculada em novembro de 2009, faz uma homenagem ao centenário de nascimento de Roberto Burle Marx, reconhecido internacionalmente como um dos mais importantes paisagistas do século XX. Burle Marx, que se destacou também como pintor, escultor, tapeceiro, ceramista e designer de joias, criou o moderno paisagismo brasileiro, utilizando como base de seus projetos plantas da flora brasileira. Os jardins públicos do Conjunto Arquitônico da Pampulha, em Belo Horizonte, e do Grande Hotel de Araxá são exemplos, em Minas Gerais, de seu trabalho pioneiro e inovador. Artista de jardins de formas curvas, com manchas verdes e contrastes de cores, texturas, volumes e flores, atuou em várias cidades do país e do mundo. A equipe do programa “Bem Cultural” foi até Barra de Guaratiba, no Rio de Janeiro, visitar o sítio tombado pelo IPHAN onde Burle Marx morou e organizou sua enorme coleção de plantas.

A edição “Palácio da Liberdade” veiculada em dezembro de 2009, mostra a antiga sede do governo estadual, símbolo da história política republicana, o edifício referencial do conjunto urbano da Praça da Liberdade, inaugurado em 1897, com a nova capital mineira; ressaltando a beleza e o requinte de sua arquitetura, seus elementos artísticos e seu mobiliário.

A série “Mercados – Cores e Sabores” estreou em setembro de 2010, com quatro programas, mostrando diversos mercados de cidades do interior de Minas: Juiz de Fora, Uberaba, Uberlândia, Diamantina, Araçuaí, Montes Claros, Januária; além do tradicional Mercado Central de Belo Horizonte, patrimônio cultural da capital mineira. Revelou-se um universo repleto de produtos artesanais, hortifrutigranjeiros, iguarias, ervas e especiarias, que estimulam todos os sentidos; desde o alimento do corpo até a proteção da alma. Mais do que centros de compra e venda de mercadorias, os mercados são espaços democráticos, cheios de vida e de histórias. São pontos de encontros, de trocas simbólicas, de boemia e gastronomia, de arte e convivência social, abertos aos frequentadores de todas as classes sociais, idades, gostos e interesses. Além de despertarem nossa curiosidade e fascínio, os diversos mercados mineiros apresentados nessa série são responsáveis por uma história viva e contínua que conta os nossos hábitos alimentares, comportamentais e culturais, preservando nossa identidade regional e popular.

Os quatro episódios da série do “Bem Cultural - Santuário de Congonhas”, exibidos em dezembro de 2010, fazem um percurso, primeiramente, por entre os Passos e os Profetas que compõem, com a Igreja do Bom Jesus de Matosinhos, na cidade de Congonhas, um monumento espetacular reconhecido pela UNESCO, desde 1985, como patrimônio cultural da humanidade; e depois, pela grande romaria que ali acontece durante o mês de setembro, congregando uma multidão de fiéis, no mais tradicional Jubileu de Minas Gerais. No adro da igreja, as doze estátuas de profetas do Antigo Testamento destacam-se no cenário do Santuário.

No interior das seis Capelas dos Passos encontram-se as sessenta e quatro imagens de madeira representativas da Paixão de Cristo. Verdadeiras obras-primas barrocas, os conjuntos escultóricos

existentes nesse magnífico acervo foram construídas em pedra-sabão e cedro segundo o gênio criativo de Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho. A historiadora e pesquisadora da arte Myriam Ribeiro descreve em detalhes a beleza plástica e a força expressiva das esculturas, e, de forma inédita, revela as pinturas murais recentemente descobertas feitas pelo mais importante pintor do período colonial em Minas Gerais, Manoel da Costa Ataíde. Restauradores e jovens aprendizes falam da importância do trabalho de restauro ali realizado. Mas são principalmente a presença e a força da fé dos milhares de romeiros vindos de todos os lugares anualmente em Congonhas, pedindo graças ou agradecendo por aquelas alcançadas, que preservam o conjunto do Santuário como um patrimônio cultural tão relevante para o estado, o país e o mundo como para a comunidade local. As origens da devoção ao Senhor Bom Jesus de Matosinhos e as fontes de inspiração para a construção do conjunto de Congonhas remetem aos importantes santuários situados nas cidades de Matosinhos e de Braga, no norte de Portugal.

Em 2011, a então coordenadora de Cultura da UNESCO no Brasil, e depois, presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, Jurema de Sousa Machado, após considerar de grande relevância o conteúdo da série “Santuário de Congonhas” do programa “Bem Cultural”, convidou a REDE MINAS de Televisão para o estabelecimento de uma parceria. Em 2012 e 2013, a equipe do programa junto à equipe dos Projetos Especiais da TV Minas foram responsáveis pela elaboração de produtos audiovisuais para comporem o Museu de Congonhas, inaugurado em dezembro de 2015.

A edição “Batismo dos Sinos” foi exibida em dezembro de 2010, na véspera do dia de Natal, como especial de fim de ano da TV Minas. O programa apresentou a bela cerimônia da bênção de seis novos sinos de igrejas de Diamantina, que foram custeados por mais de oitenta padrinhos, através da Campanha “Sino Cidadão” de sensibilização comunitária. A população da cidade compareceu no adro da Catedral para assistir a solenidade festiva que teve procissão com a representação de grupos culturais do Reinado do Rosário, do Império do Divino e da Guarda Romana, a apresentação de bandas musicais locais e a participação de sineiros diamantinenses que deram os primeiros toques nos sinos expostos ao público. Além da celebração do batismo, em que recebem nomes próprios, acompanha-se a notável trajetória desses sinos, que são réplicas de antigos sinos avariados, desde sua fabricação artesanal feita em fundição localizada na cidade de Uberaba até a subida para sua instalação nas torres sineiras e seus repiques comemorativos.

A série “Palácios”, exibida em outubro e novembro de 2011, teve quatro programas, apresentando importantes edifícios de Belo Horizonte, que são símbolos arquitetônicos representativos de diferentes autoridades e grupos sociais: artístico – Palácio das Artes (40 anos); religioso – Palácio Arquiepiscopal “Cristo Rei”; judiciário – Palácio da Justiça “Rodrigues Campos”; político – Palácios da Liberdade e Tiradentes; esportivo – “Palácio do Futebol” – Mineirão. Cada programa abre as portas e percorre os espaços desses prédios que constituem patrimônios culturais referenciais da capital mineira, tendo como guias personalidades, trabalhadores e especialistas que contam suas histórias e vivências.

Em dezembro de 2011, foi exibido o especial de fim de ano sobre o “Presépio do Pipiripau”. O Museu de História Natural e Jardim Botânico da Universidade Federal de Minas Gerais, situado em Belo Horizonte, guarda esse importante tesouro da arte popular. Criado pelo artesão Raimundo Machado, desde 1906, sincroniza 586 figuras móveis, distribuídas por 45 cenas que narram o nascimento, vida, morte e ressurreição de Jesus Cristo; inseridas no cotidiano de uma cidade, com sua variedade de artes e ofícios. Em 1984, um ano após passar a fazer parte do acervo definitivo do Museu, o Pipiripau foi tombado, em nível federal, pelo Instituto do

Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. Constitui um universo mágico que ocupa 20 m² no Museu, nascido de uma mente encantada pela fé, construído ao longo de uma vida com paciência, cuidado e criatividade, por mãos curiosas pela arte e imortalizado pela eterna dedicação de seu criador. Do nascimento do menino Jesus nasceu um presépio inteiro. Um cenário de luz, magia e movimento constantemente admirado por inúmeros visitantes que o procuram a cada ano, em especial, por ocasião do Natal.

A série “Pré-História em Minas Gerais”, com cinco episódios, foi exibida em março e abril, tendo como temática a Pré-História e seus vestígios encontrados em alguns dos principais sítios arqueológicos de Minas Gerais. Em especial, nas regiões de Lagoa Santa e do médio Rio São Francisco onde se encontram as cavernas e grutas mais importantes situadas no estado pois, além de locais de impressionante beleza cênica, são marcos naturais e culturais bastante significativos, internacionalmente reconhecidos e estudados por renomados especialistas de todo o mundo, desde os séculos passados. Um dos focos principais da série é a trajetória de Peter Lund em Minas Gerais, seus achados e lugares referenciais, quando por aqui permaneceu, no século XIX. Além disso, abordou-se o desdobramento proporcionado pelas descobertas do chamado “Pai da Paleontologia Brasileira”, que influenciaram, a partir de então, várias pesquisas e viagens de caráter científico-cultural, originárias de diversas partes do mundo e do Brasil, como a histórica Missão Arqueológica Franco-Brasileira realizada em território mineiro durante a década de 1970.

No período de maio a setembro de 2012, aconteceram no prédio-sede do Museu das Minas e do METAL (MMM), no Circuito Liberdade, mensalmente, sessões comentadas sobre a série “Pré-História em Minas Gerais”, em parceria firmada com a REDE MINAS de Televisão. A cada sessão, participaram, além do idealizador e pesquisador do “Bem Cultural”, consultor pelo IEPHA-MG, Jason Barroso Santa Rosa, e do então diretor do Programa, Paulo Henrique Rocha, convidados especialistas no assunto tratado em cada um dos cinco episódios da série produzida, para um bate-papo com o público presente, logo após a respectiva exibição.

O programa especial “Caravaggio”, veiculado em julho de 2012, foi executado conforme solicitação feita pela Secretaria de Estado de Cultura à REDE MINAS de Televisão. Foi produzido a partir do registro audiovisual da exposição “Caravaggio e seus Seguidores” (além de palestras e atividades afins), ocorrida de maio a julho de 2012, na Casa FIAT de Cultura; sendo considerada a maior mostra de obras desse gênio da pintura realizada na América Latina. O Programa teve exibição pública, ocorrida no auditório da Casa FIAT de Cultura, no dia 07 de novembro de 2012, em evento comemorativo ao ano da Itália no Brasil.

A série “Da boemia à Liberdade” estreou em agosto e setembro de 2012, com cinco episódios. Percorre-se a história e o cotidiano de dois tradicionais espaços urbanos de grande importância cultural para Belo Horizonte. Numa memorável trajetória, sobe-se a Rua da Bahia até chegar à Praça da Liberdade conhecendo seus lugares, personagens e vivências. Essa série teve lançamento público especial, ocorrido em 19 de agosto de 2012, no prédio-sede do Museu das Minas e do Metal.

A série “Sob o céu de Ataíde” foi exibida em dezembro de 2012 homenageando o artista mais expressivo da pintura Rococó em Minas Gerais, Manoel da Costa Ataíde, quando se comemoraram os 250 anos de seu nascimento. Nos dois episódios que compõem essa série especial são apresentados painéis, forros, encarnações, douramentos, quadros, com detalhes e descrições que revelam a encantadora obra realizada pelo pintor no final do século XVIII e início do XIX. Suas cores e formas surpreendentes estão presentes em diversos edifícios

religiosos localizados em Mariana, Ouro Preto, Ouro Branco, Congonhas, Catas Altas, Santa Bárbara, Itaverava e no Caraça; além de peças que integram acervos de museus. Historiadores e estudiosos da arte e do barroco mineiro falam de aspectos da vida do Mestre Ataíde e da importância do patrimônio artístico de sua autoria.

A realização da série “Fé – caminho religioso da Estrada Real” contou com uma equipe especificamente contratada pela TV Minas, com apoio da Arquidiocese de Belo Horizonte; na ocasião da visita do Papa Francisco ao Brasil, durante a Jornada Mundial da Juventude, em julho de 2013. Exibida em quatro episódios, durante os meses de julho e agosto de 2013, a série apresenta um inventário da fé cristã registrado num percurso de cerca de 600km, que vai do Santuário Estadual Nossa Senhora da Piedade, em Minas Gerais, ao Santuário de Nossa Senhora Aparecida, em Aparecida, no estado de São Paulo – de Padroeira a Padroeira, percorrendo várias cidades. Nessa longa jornada, diferentes personagens falam de suas experiências de fé, momentos de oração, pedidos, agradecimentos e tradições religiosas. Entre celebrações, festas e rituais encontrados ao longo do “Caminho Religioso da Estrada Real”, os episódios da série mostram as relações entre espiritualidade e introspecção nas montanhas mineiras, a espiritualidade presente em cidades históricas durante as celebrações da Semana Santa e as peregrinações que giram em torno de santos e figuras sacras; destacando-se a fé em seu sentido mais amplo e diverso.

Comemorando cinco anos, o programa “Bem Cultural” exibiu a série “Arturos”, em outubro de 2013; a partir de demanda feita pelo IEPHA-MG. Nos três episódios da série, a história e o cotidiano da Comunidade dos Arturos, que vive numa propriedade coletiva situada em Contagem, na região Metropolitana de Belo Horizonte. Há mais de cem anos, ali são mantidas as tradições de origem africana herdadas dos ancestrais desse grupo familiar, preservando uma expressiva cultura, de grande religiosidade. No primeiro episódio, a partir da memória da formação da Comunidade dos Arturos, são tratadas a importância fundamental do nome originário e a conscientização das questões ligadas à negritude. No segundo episódio, a permanência do culto à Nossa Senhora do Rosário, que transcorre de geração em geração, em meio às mudanças trazidas pelo tempo. No terceiro episódio, as festividades marcadas pelo Congado e o sagrado ofício do batuque dos tambores – Festas da Libertaçāo e do Rosário, a Folia de Reis, o Candombe e o João do Mato.

A edição documental feita pela equipe do “Bem Cultural” dos registros videográficos integrou o dossiê do IEPHA-MG referente ao processo de registro, inscrito no Livro de “Lugares”, da Comunidade dos Arturos, como patrimônio cultural imaterial de Minas Gerais; o qual foi aprovado, por unanimidade, pelo Conselho Estadual do Patrimônio Cultural – CONEP, em maio de 2014. Três rituais da comunidade também foram considerados patrimônio cultural imaterial do estado: o Reinado/Congado, a Festa do Rosário e a Benzeção; que foram registrados no Livro das “Celebracōes”.

A série “Benjamim – O Condutor de Histórias”, produzida em 2013 junto ao setor de Projetos Especiais da TV Minas, trata dos antigos vapores do Rio São Francisco, com destaque para o lendário “Benjamim Guimarāes”, patrimônio histórico estadual tombado, único vapor que naquele momento ainda estava em funcionamento. Por meio de relatos e da memória dos ribeirinhos, faz-se uma viagem pelo Rio São Francisco, pela história dos vapores, pelas lendas ribeirinhas e pela cultura do “ser” barranqueiro. Um registro audiovisual do modo de ser das comunidades de Pirapora, Januária e mais seis municípios na região norte de Minas Gerais, onde vivem, além de pescadores e suas famílias, músicos, contadores de histórias e ex-trabalhadores

dos vapores. Essa série especial foi exibida em janeiro de 2014, com três episódios, e tem trilha sonora cantada pelos próprios personagens.

O programa especial “Aleijadinho – Gênio da Arte Brasileira” realizado em homenagem ao bicentenário da morte de Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho, foi editado a partir de pesquisas e gravações feitas inicialmente para comporem uma série do programa “Bem Cultural”. Exibida em 30 de novembro de 2014, a edição apresenta: a trajetória do artista, abordando mitos e curiosidades; a cidade de Ouro Preto da época; os estilos Barroco e Rococó; a importância de Aleijadinho para o Brasil e o mundo; a valorização do mercado de arte; imagens e devoção.

A última série produzida do “Bem Cultural”: “Cine Theatros e Casas da Ópera” foi exibida em dezembro de 2014, com quatro episódios, nos quais foram apresentados importantes prédios históricos, que se tornaram símbolos arquitetônicos representativos da cultura de Minas Gerais e do Brasil: o recém-reinaugurado Cine Theatro Brasil, em Belo Horizonte (tombamento estadual); o Cine-Theatro Central, em Juiz de Fora; a Casa da Ópera, em Sabará; e a Casa da Ópera, em Ouro Preto (tombamentos federais). Cada programa revelou belos detalhes dessas edificações referenciais da expressão artística mineira, tendo como guias especialistas e profissionais que ali trabalharam e que contam suas histórias e vivências.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Regina. Memorar os patrimônios: uma via para os desafios no contemporâneo? *Óculo: revista do patrimônio cultural*, Belo Horizonte, n. 2, p. 88, 2018.
- ANDREWS, John H. What was a map? The Lexicographers Reply. *Cartographica*, v. 33, n. 4, p. 1-11, 1996.
- ANJOS, Cyro dos. A menina do sobrado. Rio de Janeiro: José Olympio, 1979. p. 238.
- BARBOSA, Nila Rodrigues. Museus e etnicidade: o negro no pensamento museal. Curitiba: Appris, 2018.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 12 maio 2020.
- BRASIL. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 30 jul. 2020.
- BRASIL. Ministério da Educação. Base nacional comum curricular (BNCC): educação é a base. Brasília: MEC: CONSED: UNDIME, 2017.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. [Documentos]. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secretaria-de-educacao-basica/apresentacaoc>. Acesso em: 27 jul. 2020.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: pluralidade cultural, orientação sexual. Brasília: SEF, 1997. 164p.
- CADERNOS do Patrimônio. Disponível em: <http://www.iepha.mg.gov.br/index.php/component/arismartbook/Category/5-Cadernos-do-Patrimonio>. Acesso em: 29 jul. 2020.
- FLORÊNCIO, Sônia RAMPIM; CLEROT, Pedro; BEZERRA, Juliana; RAMASSOTE, Rodrigo. Educação patrimonial: histórico, conceitos e processo. Brasília: IPHAN, 2014.
- FLORÊNCIO, Sônia Regina Rampim. Educação patrimonial: um processo de mediação. In: TOLENTINO, Átila Bezerra (org.). Educação patrimonial: reflexões e práticas. João Pessoa: Superintendência do Iphan na Paraíba, 2012. p. 22-29.
- FOLIAS de Minas. Belo Horizonte: IEPHA-MG, 2016.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. O patrimônio em processo. Rio de Janeiro: UFRJ: IPHAN, 2008.
- GADOTTI, Moacir. Perspectivas atuais da educação. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 14, abr./jun. 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/spp/v14n2/9782.pdf>. Acesso em: 19 maio 2020.
- GOULART, Bya. Cadernos pedagógicos: territórios educativos para a educação integral: a reinvenção pedagógica dos espaços e tempos da escola e da cidade. Brasília: MEC, 2010.
- INVENTÁRIO Cultural das Comunidades de Chacrinha dos Pretos, Boa Morte. Belo Horizonte: IEPHA-MG, 2017.
- INVENTÁRIO Cultural do Rio São Francisco. Belo Horizonte: IEPHA-MG, 2015.
- IPHAN. Programa Nacional do Patrimônio Imaterial. 3. ed. Brasília: IPHAN, 2008.

LARROSA BOMDIA, Jorge. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, n. 19, p. 10, abr. 2002.

MANUAL criativo: educação para o patrimônio cultural material. Disponível em: <http://www.iepha.mg.gov.br/images/EDITAIS/Material---Educacao-para-o-Patrimonio.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2020.

MARTINO, Luís Cláudio. Escritos sobre epistemologia da comunicação. Porto Alegre: Sulina, 2017.

PATRIMÔNIO, cidade e negritude. Disponível em: <http://www.iepha.mg.gov.br/index.php/noticias-menu/471-negritude-na-construcao-da-capital-e-tema-de-evento-no-circuito-liberdade>. Acesso em: 30 jul. 2020.

PEREIRA, Josemeire Alves. Para além do Horizonte planejado: racismo e produção do espaço urbano em Belo Horizonte (séculos XIX e XX). 2019. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2019.

REVISTA ELETRÔNICA DO IPHAN. Disponível em: <http://www.labjor.unicamp.br/patrimonio/materia.php?id=37>. Acesso em: 30 jul. 2020.

REVISTA USP. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/sankofa>. Acesso em: 6 out. 2019.

SILVA, Lisandra Mara. Propriedades, negritude e moradia na produção social da segregação racial da Cidade: cenário de Belo Horizonte, 2018. Dissertação (Mestrado) – Escola de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

SILVA, Lisandra Mara; PEREIRA, Josemeire Alves. O estigma do invasor na produção do espaço urbano: o caso de Belo Horizonte. In: PEREIRA, Josemeire Alves; LIBÂNIO, Clarice (org.) Periferias em rede: experiências e perspectivas. Belo Horizonte: Favela é Isso Aí, 2018.

TUAN, Yi-Fu. Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. Londrina: EDUEL, 2012.

UNESCO. Convenção sobre a proteção e promoção da diversidade cultural (2005). Disponível em: <http://www.ibermuseus.org/wp-content/uploads/2014/07/convencao-sobre-a-diversidade-das-expressoess-culturais-unesco-2005.pdf>. Acesso em: 19 maio 2020.

VIOLAS de Minas: vinheta Expressão. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=y-4l_02DyDg. Acesso em: 29 jul. 2020.



CORREALIZAÇÃO



PATROCÍNIO MASTER



PATROCÍNIO



REALIZAÇÃO

